UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
CEPPAC

TESE DE DOUTORADO

Questão Global e ação do Estado em uma perspectiva comparada: Brasil e Argentina

Paula Moraes Pereira

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Brasília, setembro de 2009

Paula Moraes Pereira

Questão Global e ação do Estado em uma perspectiva comparada: Brasil e Argentina

Tese apresentada ao Programa de Doutorado do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor.

Brasília, setembro de 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
CEPPAC

Tese de Doutorado

Questão Global e ação do Estado em uma perspectiva comparada: Brasil e Argentina

Paula Moraes Pereira

Banca Examinadora:

Titulares:
Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro (UnB/CEPPAC) – Orientador
Prof.Dr. Benicio Viero Schmidt (UnB/CEPPAC)
Profª Drª Ana Maria Fernandes (UnB/CEPPAC)
Profª Drª Simone Fadel (UERJ)
Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González (UFRGS)

Suplente
Moisés Villamil Balestro (CEPPAC/UNB)

À minha família, aos meus amigos e aos
que dedicaram seus trabalhos ao continente branco e belo.

Agradecimentos

Eu quero agradecer aos que me ajudaram a iniciar e a finalizar mais este trabalho.

Ao meu orientador Henrique Carlos de Oliveira de Castro do CEPPAC/UNB por acreditar e incentivar a minha busca por novos conhecimentos;

Aos meus pais, Raul e Dulce, que me mostraram o caminho dos livros, das viagens e dos novos horizontes e a minha irmã Rafaella pela força e a minha avó Elita pelo carinho e pelas preces, sempre;

Aos meus colegas de curso Camilo, Tereza, Aida e Rodrigo, pelas conversas, textos, incentivos e convivência nas aulas; e aos professores do CEPPAC pelas boas e instigantes aulas;

Aos meus colegas do CNPq (2004-2006), da Coordenação de Oceanografia e Impactos Ambientais, em especial a Verônica e Olívia e a minha Chefe Carmen Arroio por acreditarem na importância da pesquisa e do valor da Antártica para o Brasil;

Às minhas amigas do Ministério do Meio Ambiente Dani, Carol, Mari e Angelina por me ajudarem a trabalhar e a estudar ao mesmo tempo, à especialista em temas antárticos Tânia Brito, pelas idéias, relatos, indicações, livros, artigos e contatos sobre o Programa Antártico do Brasil e da Argentina; e à amiga Ana Paula Prates, que também é a chefe no Ministério do Meio Ambiente, por apoiar e entender a situação de uma doutoranda;

Aos colaboradores ao redor do mundo que auxiliaram na busca de referências Valéria Palanza, da Universidade de Princeton, Andrew Howkins da Universidade do Texas e Felipe Ferreira da Embaixada do Brasil em Buenos Aires.

Lista de Abreviaturas ou Siglas

AGI	Ano Geofísico Internacional
ASOC	Antarctic and Southern Ocean Coalition/ Coalização para o Oceano do Sul e Antártico
ASPA	Antarctic Specially Protected Areas/ Areas Antárticas Especialmente Protegidas
ATCM	Antarctic Treaty Consultative Meeting / Reunião das Partes Consultivas do Tratado Antártico
BIOMASS	Marine Antarctic Systems and Stocks Program/ Programa de Investigação Biológica do Sistema Marinho Antártico e seu estoque
CARI	Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales/ Conselho Argentino para as Relações Internacionais
CCAMRL	Convention on the Conservation of Antarctic Marine Living Resources/ Convenção para a Conservação dos Recursos marinhos vivos
CCAS	Convention for the Conservation of Antarctic Seals/ Convenção para a Conservação das Focas Antárticas
CEE	Comunidade Econômica Européia
CEP	Committee for Environmental Protection
CIRM	Comissão Interministerial dos Recursos do Mar
CNPA	Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMNAP	Council of Managers of National Antarctic Programs/ Conselho de Administradores de Programas Nacionais Antárticos
CONANTAR	Comissão Nacional para Assuntos Antárticos
CONAPA	Comitê Nacional de Pesquisas Antártica
COPRAN	Comissão Organizadora do Programa Antártico
COSPAR	Committee on Space Research / Comitê de Pesquisa Espacial

CRAMRA	Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities / Convenção para regulamentação das atividades sobre os recursos minerais antárticos
DNA	Direccion Nacional Del Antártico /Direção Nacional do Antártico
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos das Américas
FURG	Fundação Universidade Federal de Rio Grande
GA	Grupo de Assessoramento
GAAm	Grupo de Avaliação Ambiental
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GO	Grupo de Operações
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IAA	Instituto Antártico Argentino
IAATO	International Association of Antarctica Tours Operators / Associação Internacional de Operadores de Turismo na Antártica
IANTAR	Instituto Antártico Brasileiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBEA	Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos
ICSU	Conselho Internacional das Uniões Científicas
IHO	International Hydrographic Organization / Organização Internacional Hidrográfica
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IUCN	International Union for Conservation of Nature/ União Internacional para a Conservação da Natureza
LABEL	Laboratório de Belgrano (Base Argentina Belgrano)
MARPOL	International Convention for the Prevention of Pollution from ships/ Convenção Internacional para prevenção de poluição por navios
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRE	Ministério das Relações Exteriores

OCENANTAR I	Programa de Pesquisas Oceanográficas Argentinas
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PNRM	Política Nacional dos Recursos do Mar
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLANTAR	Política Nacional para Assuntos Antárticos
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RAPAL	Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos
SCAR	Scientific Committee on Antarctic Research/ Comitê Científico de Pesquisa Antártica
SCOR	Scientific Committee on Oceanic Research/ Comitê Científico de Pesquisa Oceânica
SDN	Sociedade das Nações Unidas
STA	Sistema do Tratado Antártico
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UCR	União Cívica Radical
UCRI	União Cívica Radical Intransigente
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo
WMO	World Meteorological Organization/ Organização Mundial de Meteorologia

Lista de Figuras

Figura 1. Sistema do Tratado da Antártica (STA) 58
Figura 2. Funcionamento da Comissão Nacional do Antártico/Argentina 82
Figura 3. Sistema Antártico Brasileiro a partir de 1995 160

Lista de Tabelas

Tabela 1 Relação dos funcionários do Instituto Antártico Argentino 104
Tabela 2 Recursos financeiros do PROANTAR de 1983-1987 142
Tabela 3 Percentual dos Recursos aplicados em subprogramas (Brasil) 142

Lista de Quadros

Quadro 1 Critérios de análise 20
Quadro 2 As pesquisas Brasileiras na Operação Antártica II, 1983 139
Quadro 3 Projetos de Pesquisa Operação Antártica – 1985- 1990 Brasil 141
Quadro 4 As pesquisas do Instituto Antártico Argentino 146

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é a comparação das políticas do Brasil e da Argentina para a Antártica, um continente sem soberania, onde ocorreram reivindicações territoriais até a criação do acordo internacional, o Tratado da Antártica, que estabeleceu mecanismos para a administração do continente. A tese apresentou a decisão, os atores e a ação do Brasil e da Argentina para cumprir o acordo, relacionando os fatores internos e externos que contribuíram para definir a política de cada país. As análises foram feitas do período em que o Tratado entrou em vigor, em 1961, até a criação do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre proteção do meio ambiente em 1991. A história e os interesses do Brasil e da Argentina na Antártica foram diferentes, o que refletiu na política elaborada por cada país. A reivindicação do setor argentino na Antártica era uma prioridade de governo, enquanto que a atuação do Brasil na região só foi efetivada na década de 1970. Esta tese visa contribuir com os estudos sobre política dos países do hemisfério sul e os acordos internacionais. As semelhanças da política para a Antártica estão na forma de execução e nos instrumentos utilizados pelos países e as diferenças são marcadas pelo nacionalismo e territorialismo da Argentina, em contraponto a um interesse brasileiro na ciência, na economia e na defesa da região.

Palavras-chave: Política, Brasil, Argentina, Antártica, Ciência, Meio Ambiente

ABSTRACT

The object of study of this dissertation is the comparison of the politics of Brazil and Argentina for Antarctic, a continent without sovereignty and where territorial claims occurred until the creation of a international agreement, the Antarctic Treaty, that established mechanisms for the administration of the continent. The dissertation presented the decision, the actors and the action to fulfill to the agreement, relating the internal and external factors that had contributed to define the politics of each country. The analyses had been made from the period that the Treaty entered into force, in 1961, until the creation of the Protocol on Environmental Protection to the Antarctic Treaty in 1991. The history and the interest of Brazil and Argentine had been different and it reflected in politics elaborated for each country. The claim of Argentina sector in the region was a government priority, whereas the performance of Brazil in the region was accomplished in the decade of 1970. This dissertation aims to contribute with the studies on politics of the south hemisphere and the international agreements. The similarities of the policy are in the execution form and in the used instruments and the differences are marked by the nationalism and territorial claim of Argentina in counterpoint to a Brazilian interest in science , economy and defense of the region.

Key words: Politics, Brasil, Argentina, Antarctic, Science, Environment

SUMÁRIO

Introdução 16

Capítulo 1 A Questão Global 25

1.1 A Questão Global e os Acordos Internacionais 25

Capítulo 2 A gestão do Continente Antártico 34

2.1 O Continente Antártico: o histórico e as expedições científicas 34

2.2 Reivindicações Territoriais na Antártica 42

2.3 Os acordos internacionais 47

2.3.1 A criação do Tratado da Antártica 47

2.3.2 O Sistema do Tratado da Antártica 52

2.3.3 A "Questão Antártica" na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) 59

Capítulo 3 A Argentina e o Brasil: interesses na Antártica 62

3.1. A ciência, soberania e economia na região 64

3.1.1. Os interesses científicos 65

3.1.2. Os interesses territoriais 71

3.1.3. Os interesses econômicos 76

3.2. Antártica: presença argentina e ausência brasileira 79

3.2.1 A soberania Argentina e as expedições militares para a Antártica 79

3.2.2 A expansão das bases argentinas e o interesse brasileiro no continente 84

3.2.3. O Ano Geofísico Internacional e as conseqüências para a Argentina e para o Brasil da criação do Tratado da Antártica 90

Capítulo 4 A política antártica da Argentina e do Brasil a partir da entrada em vigor do Tratado da Antártica em 1961 96

4.1 O Estado e as políticas públicas 98

4.2 A Argentina e o Brasil nos anos de consolidação do Tratado 101

4.2.1 A Argentina como membro original do Tratado e sua Política 101

4.2.2 O debate sobre a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica 110

4.3 A Argentina e o Brasil: a política para a Antártica entre 1972 e 1983 115

4.3.1 A adesão do Brasil ao Tratado da Antártica 115

4.3.2 O governo militar na Argentina e a política para a Antártica 124

Capítulo 5 A Argentina e o Brasil: Ciência e Meio Ambiente na Antártica 130

5.1 A Ciência e a questão ambiental 130

5.1.1 A Ciência na Antártica: a Argentina e o Brasil 134

5.1.2 A proposta de regulamentação da exploração dos recursos minerais 148

5.2 A Argentina e o Brasil: as políticas para o meio ambiente antártico 152

5.2.1 A revisão do Tratado e a política da Argentina e do Brasil a partir da criação do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre proteção ao meio ambiente (Protocolo de Madri) 152

Conclusão 165

Referências Bibliográficas 177

Anexo 1 - Relação das pessoas entrevistadas 191

Anexo 2 – Questionário para a entrevista 192

Anexo 3 – Mapa com os setores na Antártica da Teoria da Defrontação 193

INTRODUÇÃO

Os Estados utilizam o instrumento jurídico – tratado, acordo, convenção para construir uma agenda comum visando à solução de problemas que afetam a mais de uma nação. Os governos, que desempenham as funções de Estados durante um determinado período, são os responsáveis pela adesão do país aos atos internacionais, construindo uma política interna para o cumprimento dos mesmos, a partir da análise das vantagens e desvantagens que cada ato pode gerar.

A presente tese teve como ponto de partida investigar a ação de Estados em relação a um acordo de cooperação internacional. A agenda internacional e a agenda nacional possuem interações mútuas que colaboram para a efetividade das decisões. O objetivo da pesquisa foi a comparação das políticas públicas do Brasil e da Argentina para a região antártica, a partir da entrada em vigor do Tratado da Antártica, criado para defender a utilização pacífica da região para fins exclusivamente científicos. Os dois países se localizam na América do Sul e sofrem influência direta das mudanças que ocorrem no sul, quer seja no clima, quer seja na exploração de recursos naturais vivos, como a pesca. A escolha do tema está relacionada com a trajetória profissional da autora, que trabalhou com projetos relacionados com educação e meio ambiente na área costeira e marinha do país, primeiro como pesquisadora de biologia de aves marinhas, depois com especialização em atividade de educação nos ambientes marinhos e finalmente com a proposta de entender a construção de políticas voltadas para os recursos do mar, incluindo a ciência e o meio ambiente. O que motivou o estudo foi entender a construção de políticas públicas pelos Estados para responder a uma demanda internacional e como esta ação é realizada por eles.

Os acordos internacionais que surgiram ao longo do século XX tinham como objetivo contribuir para as resoluções de conflitos relacionados com o meio ambiente, a soberania, a segurança dos Estados, o narcotráfico, os direitos humanos entre outros. A

mudança no grau de visibilidade e de importância desses temas contribuiu para a inclusão dos mesmos nas agendas dos países. Como esses assuntos contêm elementos que transcendem as possibilidades de regulamentação isolada por parte dos Estados, eles exigem a elaboração de políticas e regras de conduta globais (Soares, 2001).

As áreas comuns globais que ainda não foram completamente conhecidas pelo homem são a Antártica, o espaço e os fundos oceanos. O continente antártico é o único sem divisão geopolítica e está localizado no Pólo Sul Geográfico, circundado pelo Oceano Antártico ou Austral. A região tem uma grande importância científica e o conhecimento de seu funcionamento e dos fenômenos naturais pode contribuir para o estudo da viabilidade econômica de recursos vivos ou auxiliar nas projeções futuras sobre as mudanças climáticas (Machado e Brito, 2006).

A pesquisa é uma comparação da política elaborada para responder as demandas de gestão de uma região sem soberania localizada no pólo sul, considerada como uma questão global. O acordo internacional elaborado para a região possui normas que criam benefícios e possibilidades de interferir nos processos de decisão sobre o tema. O trabalho apresentará a decisão, os atores e a ação para cumprir o Tratado da Antártica, relacionando os fatores internos e externos que contribuíram para definir a política de cada país para aquela área. As análises foram feitas em três períodos: o da entrada em vigor do Tratado da Antártica; o dos regimes militares na América do Sul e o do conflito entre a exploração mineral na região e a proteção do meio ambiente que fez surgir um novo acordo entre os países membros do Tratado. O primeiro período, que delimita as análises da pesquisa, foi caracterizado pela elaboração de um acordo internacional para a Antártica, com o objetivo de tentar solucionar os conflitos territoriais na região e garantir que aquela área seja dedicada à paz e à ciência. Nesta fase foram analisados os interesses do governo argentino na região e a ação do governo brasileiro em relação ao Tratado da Antártica. No segundo período foram feitas as comparações das políticas brasileiras e argentinas para a Antártica durante a década de 1970, quando o Brasil aderiu ao acordo internacional e iniciou suas atividades de pesquisa. No terceiro período foram descritas as políticas de Brasil e Argentina para a região com a inserção dos temas sobre exploração de recursos minerais e sobre a proteção do meio ambiente nas discussões para a Antártica, o que apenas referendava as

mudanças ocorridas na agenda internacional na década de 1990. Os dois países, interessados na possibilidade de explorar comercialmente a região, concordaram com a criação da Convenção para Regulação de Atividades Minerais. Este acordo não entrou em vigor, pois alguns países como a França e a Austrália rejeitaram a proposta, o que contribuiu para que outros países também defendessem a proibição da exploração mineral na região. No ano de revisão do Tratado, em 1991, os países concordaram em criar um mecanismo para proteger o meio ambiente e assim surgiu e foi aprovado o Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente (Villa, 2004, Ferreira, 2005).

Os objetivos específicos da pesquisa procuraram analisar e comparar:

a) Os interesses na região Antártica;
b) O histórico de inserção do tema na política de cada país;
c) Os atores e instrumentos relacionados com a construção da agenda;
d) As ações internas dos países para cumprir um acordo internacional.

A escolha da comparação entre Brasil e Argentina se justifica por uma série de fatores. Entre eles, se destaca o fato dos referidos países se localizarem na América do Sul, fazendo parte do grupo dos que atuam na região antártica, mas com restrições econômicas. Além disso, a Argentina participou da elaboração e criação do Tratado, desenvolvendo atividades no continente desde o início do século XX. O Brasil, apesar de não ser um dos membros consultivos originários, se destacou por desenvolver pesquisas relevantes no continente antártico, mesmo tendo aderido ao Tratado somente em 1975. As diferenças na construção das políticas para a Antártica de Brasil e Argentina foram resultado principalmente dos interesses de cada país na região, que foram influenciados pelas diretrizes dos governos. O interesse inicial da Argentina no sul do continente americano e na região antártica estava relacionado com a expansão territorial, com aspectos estratégicos de presença no Atlântico Sul, com interesses econômicos e de reafirmação de seu poder em relação aos países vizinhos. O interesse do governo brasileiro resultou em uma ação mais efetiva na década de 1970, quando a atuação do Ministério das Relações Exteriores junto à Presidência de Ernesto Geisel e ao Conselho de Segurança Nacional possibilitou a defesa da necessidade do país de participar do

fórum de decisão sobre as atividades realizadas no continente antártico (Ferreira, 2005, p.119).

As semelhanças entre o Brasil e a Argentina em relação à Antártica estão relacionadas com algumas características, tais como: a geografia, a política e a organização administrativa. Em relação à geografia, os dois países se localizam na América do Sul e recebem influência do clima da Antártica. A política foi marcada pela presença dos militares na presidência em determinadas fases da história, como no período de 1964-1985 no Brasil e de 1966-1973 na Argentina. A administração dos países possuía uma organização baseada em uma hierarquia de comissões, planos e programas. A Argentina construiu sua política com metas claras de defesa de seu direito de soberania na região. Esta posição era fortalecida pela presença de um discurso nacionalista. As diretrizes da política do Brasil para a região seguiam as normas apresentadas pelo Tratado da Antártica em que, após a entrada em vigor do acordo, os novos países membros não poderiam reivindicar nenhum território. Os interesses de cada país no continente antártico eram diferentes em função dos fatores econômicos, políticos e sociais.

Os dados da pesquisa foram resultados de consultas realizadas nos arquivos de instituições como as bibliotecas da Direção Nacional do Antártico, Biblioteca Nacional da República Argentina e da Universidade de Buenos Aires, na Argentina, e os Centros de Informação do Congresso Nacional, da Marinha, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Rio Branco, das bibliotecas da PUC-RJ e da Universidade de Brasília, no Brasil.

A análise dos dados referentes às políticas para a Antártica foi construída de modo a descrever e comparar o processo de construção da política do Brasil e da Argentina, destacando os elementos que auxiliaram na escolha de uma determinada forma de atuar de cada país para responder as suas demandas internas e ao contexto externo, representado pela inserção no acordo internacional. Na construção da tese, optou-se por incorporar os dados no texto sem o devido destaque como forma de torná-lo mais fluído, mas sempre que necessário foi feita a referência às fontes.

Os interesses do Brasil e da Argentina no continente Antártico são diferentes e as posições defendidas por seus governos em relação à soberania também. A pergunta que orientou a tese é a se esses fatores poderiam influenciar no modo do Estado atuar na Antártica. A Argentina realizou atividades contínuas na região desde o início do século XX. O Brasil formalizou sua adesão ao Tratado da Antártica na década de 1970, enfrentando a oposição de grupos de parlamentares e um recuo estratégico do Ministério das Relações Exteriores, influenciado pelo Conselho de Segurança Nacional, em função da disputa de poder entre Brasil e Argentina na construção da Usina de Itaipu. A obra iria proporcionar uma geração de energia significativa para as atividades programadas pelo governo militar brasileiro na década de 1970 (Ferreira, 2005, p. 119, Melo, 1996, p.148).

Os critérios e algumas perguntas usadas para auxiliar na busca de comparações entre a política dos países estão presentes no quadro 1.

Quadro 1: Critérios para a análise.

Tema	Perguntas
Interesses e ideias que poderiam influenciar política	Quais os interesses na Antártica? Quais as ideias que auxiliaram na construção da política?
Histórico	Quais os acontecimentos importantes em relação à Antártica? Por que o país investiu na região?
Agenda	Como foi construída a agenda e as ações para a região Antártica? Quais os atores e as decisões?
Política	Quais os elementos e instrumentos da política?

As entrevistas foram realizadas com gestores e pesquisadores dos Programas do Brasil e da Argentina para a Antártica com o objetivo de coletar informações sobre a realidade que estava descrita nos documentos, atas e relatórios de pesquisa que descreveram o processo de inserção dos países na arena internacional de debate sobre a administração da Antártica. No anexo 1 está a lista de pessoas entrevistas e no anexo 2 estão as perguntas realizadas nas entrevistas.

O tema Antártica tem sido ignorado como um objeto de estudos de economistas, historiadores, geógrafos, cientistas políticos e advogados, exceto talvez para os residentes no cone sul da América Latina, África do Sul e Austrália (Beck and Doods,

1998). As pesquisas realizadas, no âmbito das ciências sociais, no Brasil e na Argentina sobre a conquista, ocupação e cooperação da Antártica estão inseridas no contexto das relações internacionais, do direito internacional, da defesa e estratégia. Os temas já abordados no Brasil em forma de monografias, dissertação e teses foram: a teoria dos regimes (Colombo, 1987, Bischoff, 1996 e Ferreira, 2005); o papel dos atores não estatais no sistema internacional (Villa, 2004); o pensamento político do Brasil para a Antártica (Santos, 2004); o Tratado e o direito internacional (Pinto, 1991, Borges, 1992, Rodrigues, 1999); as reivindicações territoriais de Chile e Argentina (Vieira, 2006); a ciência e o Programa Antártico Brasileiro (Nascimento, 2007), entre outros.

Na Argentina, as pesquisas na área de ciências sociais voltadas para as questões antárticas investigaram: a política nacional antártica (Delgado, 1994), a arqueologia (Zarankin y Senatore, 2000), a Antártica e as relações internacionais argentinas (Colacrai, 2003), aspectos psicológicos dos participantes de campanhas antárticas (Barbarito, 2004), dimensões culturais das estações argentinas na Antártica (Peri y Barbarito, 2004), entre outros.

O Conselho Argentino para as Relações Internacionais (CARI) é uma instituição que foi criada com o objetivo de buscar estimular o estudo e o debate de problemas internacionais a partir de um enfoque nacional (Angel Molinari, entrevista realizada em abril de 2007). Ele possui diferentes grupos de trabalho, inclusive um dedicado a pesquisa sobre a Antártica (Barea y Beltramino, 1992). Além disso, o país possui grupos de pesquisas sobre relações internacionais e geopolíticas, Atlântico Sul, Ilhas Malvinas e soberania, com destaque para os que atuam nas Universidades de Rosário e de La Plata, além do grupo de pesquisa do Instituto Antártico Argentino.

Os capítulos da tese foram organizados para discutir no início as questões globais e a importância dos acordos internacionais para a gestão de áreas consideradas como comuns e globais, sem soberania e com recursos naturais passíveis de exploração. Em seguida há uma descrição do histórico de descobrimento e ocupação da região antártica e da atuação de exploradores, cientistas e políticos que buscaram conhecer e explorar uma área inóspita e com possíveis riquezas naturais. Durante a chamada Era Heróica, como ficou conhecido o período em que os exploradores se aventuraram no

pólo sul sem muitos recursos, vários desbravadores iniciaram suas viagens com o objetivo de serem os primeiros a conquistarem os pontos intocados da região sul do planeta.

A primeira parte da tese apresenta dados sobre as questões globais, os acordos internacionais e sobre o histórico da descoberta do continente antártico e a solução encontrada para atenuar os conflitos de direitos de soberania no continente antártico, por meio da criação do Tratado da Antártica que teve como ponto central a valorização da paz e da ciência.

A segunda parte discute a questão do Estado e sua forma de ação, o histórico do Brasil e da Argentina na região antártica, antes da assinatura do Tratado, e a comparação entre as políticas dos referidos países para a Antártica, a partir da entrada em vigor do Tratado da Antártica, em 1961.

Os capítulos estão organizados de uma forma integrada para apresentar as relações entre a agenda internacional e a nacional, a partir da adesão a um regime internacional voltado para a administração da região do pólo sul. A comparação entre a política do Brasil e da Argentina para cumprir os acordos que constituem o Sistema do Tratado Antártico foi realizada com o objetivo de discutir a elaboração e implementação das políticas públicas para a região da Antártica. A análise da história e da política do Brasil e da Argentina, frente às demandas do Tratado da Antártica, permitiu construir um estudo em que as diferenças e as semelhanças contribuíram para explicitar o enfoque de cada decisão tomada por cada país.

O primeiro capítulo descreveu a questão global e os atos internacionais, acordos firmados entre os Estados para garantir a cooperação internacional visando à solução de conflitos. Eles são criados para gerenciar questões amplas que demandam do Estado e de sua organização, a elaboração de políticas. Cada governo constrói a política considerando os diferentes fatores como: relações de poder de cada país, o regime político, a estrutura institucional, ao grau de visibilidade das questões frente aos interesses dos atores envolvidos e as ações pertinentes a estrutura da sociedade.

O segundo capítulo apresentou o histórico de descoberta do continente antártico, desde a chegada dos primeiros aventureiros até as expedições científicas e comerciais que contribuíram para despertar o interesse na região. Além disso, os dados sobre as disputas territoriais e as pesquisas científicas na área são descritos, de forma a contribuir para contextualizar o período anterior à criação do Tratado da Antártica. Nesta parte, há um histórico da criação dos acordos de cooperação internacional que formam o Sistema do Tratado Antártico e do tema "A questão Antártica" na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

O terceiro capítulo descreveu o contexto histórico das ações do Brasil e da Argentina para a Antártica, antes da assinatura do Tratado, mostrando as diferenças entre a atuação dos dois governos. Enquanto a Argentina já administrava uma estação meteorológica, enviava barcos de pesca e de caça e atuava de forma a garantir a sua presença na região e o seu direito a soberania, o Brasil acompanhava o tema por meio de sua diplomacia, mas sem nenhuma atividade de pesquisa ou de exploração na região.

O quarto capítulo foi elaborado com o objetivo de mostrar como o Estado atua para responder as demandas internas e externas e de comparar as diferentes fases de atuação do Brasil e da Argentina no continente antártico. A análise da política dos países foi realizada a partir da entrada em vigor do Tratado da Antártica e ao longo do período de consolidação do acordo entre 1960 e 1970. Neste capítulo foi feita a comparação entre as políticas do Brasil e da Argentina usando os seguintes critérios: os interesses de cada país na região, a elaboração da política e da agenda para a Antártica que incluía ações voltadas para a área de ciência, de logística e de meio ambiente. Além disso, foi apresentada a estruturação da agenda de cada país para a Antártica e as atuações das instituições e atores para cumprir as regras do acordo internacional.

O quinto capítulo discutiu a atuação de cada país com a emergência de novos temas no contexto internacional sobre a Antártica, tais como a exploração dos recursos minerais e a proteção do meio ambiente. O texto descreve o contexto internacional que incentivou a criação do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente em 1991 e como as mudanças internas e externas ocorridas nos dois países influenciaram o modelo de atuação para a região antártica.

A conclusão permitiu observar que os dois países possuem interesses diferenciados na região, pois a Argentina atua na região desde o século XX e desenvolveu uma política de defesa de um setor argentino na Antártica, mesmo sendo membro consultivo do Tratado, enquanto que o Brasil só iniciou suas atividades na década de 1970, desenvolvendo um programa para a região com ênfase na pesquisa e no cumprimento das diferentes regras do Sistema do Tratado Antártico.

Capítulo 1

Questão Global

1.1 **A Questão Global e os Acordos Internacionais**

A relação entre os Estados intensificou-se ao longo da história, por meio da economia e da administração de conflitos e da cooperação por meio de acordos internacionais. Com as mudanças ocorridas na história da consolidação dos estados, o direito internacional público ampliou o acervo normativo com o objetivo de atuar de acordo com a nova organização dos estados. Os governos são responsáveis pela adesão aos atos internacionais, construindo uma política interna para o cumprimento dos mesmos a partir da análise das vantagens e desvantagens que cada ato pode gerar e segundo Lafer (1994) "a vida internacional de um país move-se pela conjugação entre o universal – o pensar e a humanidade – e o específico – o cogitar sobre o nacional e o regional. De um lado valores e princípios de aceitação geral na comunidade das nações e, de outro, aspirações e interesses particulares das sociedades, à luz da singularidade cultural, histórica, econômica e política". Ao assinarem acordos, tratados e protocolos, os países se comprometem a cumprir regras, que em geral não são obrigatórias, por diferentes razões como obter poder e coerção, por interesse próprio ou por benefícios recíprocos (Colacrai, 2004, p. 44).

Os atos internacionais podem ser denominados de "tratado", que é um termo genérico, que inclui as convenções, os pactos, os acordos, os protocolos entre outros. Ele é definido na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, em seu art. 2°, como "acordo internacional concluído entre Estados em forma escrita e regulado pelo direito internacional, consubstanciado em um único instrumento ou em dois ou

mais instrumentos conexos, qualquer que seja a sua designação específica" (Schmidt e Freitas, 2004).

Os atos podem ter diferentes variantes como: acordo, ajuste, arranjo, ata, ato, carta código, compromisso, constituição, contrato, convenção, convênio, declaração, estatuto, memorando, *modus vivendi*, pacto, protocolo e regulamento. Alguns atos podem ser classificados, de acordo com o seu conteúdo, em: **Tratado** – expressão escolhida na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados para designar um acordo internacional, ele pode ser um ato bilateral ou multilateral que possui relevância política. O conceito segundo a Teoria Geral dos Tratados é "um acordo formal, concluído entre sujeitos de direito internacional público, destinado a produzir efeitos jurídicos" (Resek, 1984); **Convenção** – designa atos multilaterais oriundos de conferências internacionais, versando sobre assuntos de interesse geral; **Acordo** – expressão de uso livre e de alta incidência na prática internacional, embora alguns juristas entendam como acordo, um ato internacional com reduzido número de participantes e importância. No entanto, um dos mais notórios e importantes tratados multilaterais foi denominado de Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que foi substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e **Protocolo** – termo usado tanto para acordos bilaterais como para multilaterais, menos formais que os tratados que funcionam como acordos complementares ou interpretativos de tratados ou de convenções anteriores (BRASIL, 2008).

As relações entre os Estados foram marcadas por mudanças tanto no tipo de cooperação, quanto na comercialização de bens. No século XX, as duas grandes guerras contribuíram para que os temas relativos à paz e à cooperação entre os países alterassem a visão dos conflitos internacionais. No início da Primeira Guerra Mundial já se discutia a possibilidade de criação de uma organização internacional com o objetivo de preservar a paz. Com o término desta guerra, os países da Europa, América e Ásia se reuniram na Conferência da Paz, em 28 de junho de 1919, em Versalhes e criaram o Pacto da Liga das Nações, primeira parte do Tratado de Paz, formado pelas potências aliadas e associadas, de um lado e a Alemanha, de outro, reunindo quarenta e dois países. A Liga ou Sociedade das Nações (SDN) surgiu em 1919 como uma organização internacional permanente com o objetivo de fomentar uma associação de Estados, de âmbito mundial,

para preservar a paz e assegurar o cumprimento das normas de direito internacional, com a cooperação de um número indeterminado de Estados. O Brasil participou do Conselho da Liga das Nações como membro temporário e tinha a pretensão de ocupar um assento permanente, mas em 1928 se retirou definitivamente em função de divergências com a indicação da Alemanha para o conselho executivo (Cervo e Bueno, 2008, p. 222). Os fatos que contribuíram para a dissolução jurídica da Liga em 1946 estavam relacionados com a falta de um poder executivo forte, a ausência dos Estados Unidos e da Rússia, a presença de um número pequeno de membros, a exigência de unanimidade nas decisões e o fracasso em conter as agressões entre os países, principalmente as da Alemanha contra a Polônia, o que provocou a Segunda Guerra Mundial (Carvalho, 1971, Garcia, 2000, Mendes, 2006).

Os Estados enfrentaram a Segunda Guerra Mundial e com o fim do conflito as potências aliadas (Estados Unidos, União Soviética, China e Reino Unido) julgaram ter condições de constituir uma nova sociedade internacional de caráter político (ONU, 2008). A Carta das Nações Unidas, redigida em São Francisco em 1945, instituiu a Organização das Nações Unidas – ONU que é uma reunião de países criada voluntariamente para trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento no mundo. Dentre algumas ações realizadas pela ONU destaca-se a produção de uma série de normas consensuais, podendo-se dizer que o cerne do trabalho seja a produção de orientação para a cooperação internacional, o que é feito por meio de resoluções, declarações, planos de ação, consensos, recomendações.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, começou um período na história que foi caracterizado pela divisão do mundo em duas potências e seus aliados. De um lado os Estados Unidos que defendiam a democracia liberal, com igualdade de direitos, liberdade individual e a propriedade privada com poucas restrições, e de outro lado, a antiga União Soviética que defendia o conceito de socialismo, colocando limite à liberdade individual e a propriedade privada com o objetivo de se transformar em uma sociedade sem classes. O mundo se dividiu em dois blocos e cada potência investiu muito em armamento com uma preocupação com a segurança, o que não favoreceu a discussão sobre questões sociais no âmbito internacional. O período ficou conhecido como Guerra Fria, em que o destaque era dado para as grandes estratégias de segurança

internacional denominadas de “alta política” enquanto que os temas sociais eram identificados como “baixa política”, indicando um lugar secundário na agenda internacional (Sato, 2000).

Para alguns historiadores, o fim da Guerra Fria ocorreu com a queda do muro de Berlim, com a superação do mundo bipolar e o início de um novo padrão de atuação dos Estados na Nova Ordem Mundial, termo que identificou um novo arranjo geopolítico e econômico internacional. Este foi marcado pelo fim da divisão de poder entre as duas superpotências (Estados Unidos e a ex-União Soviética) e na área econômica se destacou o processo de globalização e a formação de blocos econômicos regionais.

Se até a década de 1970, os Estados com maior poder, agindo em interesse próprio, eram capazes de solucionar suas disputas com outros Estados sem prejuízo de sua soberania, seja pela conciliação, seja pela imposição, a partir da década de 1980 ocorreu uma perda diferenciada de autonomia de quase todos eles (com a única exceção dos Estados Unidos) e uma necessidade cada vez maior de cooperação internacional, o que demandou flexibilidade nas negociações. A nova configuração do sistema internacional, com a presença dos organismos internacionais e da sociedade civil nas disputas internacionais, levou a uma nova configuração do poder do Estado, limitada pelas relações econômicas, tecnológicas, políticas e sociais. Com a globalização, os acordos internacionais se modificaram e a formação de regimes internacionais econômicos, de segurança e ambientais passou a impor algumas restrições à soberania da grande maioria dos Estados (Viola, 2003).

A pesquisa em relações internacionais inseriu a análise de regimes internacionais de forma expressiva, a partir da década de 1970. Segundo Herz (1997) “a análise de regimes internacionais ocupou uma parte expressiva da pesquisa em relações internacionais, desde meados de década de 1970, o que permitiu a mudança do foco nas relações de poder entre os Estados para as issues politics”.

A definição de regime internacional consensual é a que diz ser “um conjunto de princípios implícitos e explícitos, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, em torno das quais as expectativas dos atores convergem em determinada área das relações internacionais, e que serão aceitos pelos Estados” (Krasner, 1983, Hasenclever

et al, 2001). Os princípios são entendidos como crenças sobre fatos, causalidade e integridade, as normas são padrões de comportamento definidos como direitos e obrigações; as regras são prescrições específicas ou proscrições no tocante a certas ações; os processos de tomada de decisão são as práticas correntes ou prevalecentes, por meio das quais se realiza e se implementa a escolha coletiva.

O conceito de áreas comuns globais tem sido descrito como aquelas porções do planeta que estão além dos limites das jurisdições nacionais. Essa definição abrange a legislação internacional para os espaços sem soberania, em oposição às regras específicas de gestão de uma área que pertence a um país (Joyner, 1998). As áreas comuns globais que possuem um regime internacional que delimita regras de uso e proteção **são os oceanos e fundos marinhos, o espaço, a atmosfera e o pólo sul**. Para administrar essas áreas, foram criados acordos internacionais que possibilitam o uso dos recursos de forma mais racional e igualitária, pois há um consenso de que a área pertence a todos por possuir atributos que podem ser utilizados pela coletividade. A necessidade de criação de um regime internacional para a gestão de áreas comuns pode ser explicado por duas razões:

a) Alguns objetivos podem ser alcançados de maneira mais eficaz com a cooperação dos países;
b) Uma melhor coordenação das atividades entre os estados pode ser feita por meio das instituições criadas pelos regimes (Joyner, 1998).

No caso dos oceanos e fundos marinhos, o aumento do conhecimento sobre o mar e o desenvolvimento de tecnologias que permitiam o acesso às áreas remotas e a exploração de recursos suscitou discussões sobre a soberania dos oceanos e posteriormente dos fundos marinhos. O conflito resultante das discussões culminou com a aprovação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ou Convenção de Montego Bay. Este acordo, após quase dez anos de negociações, construiu um conjunto de normas com um enfoque integrado, interdisciplinar e intersetorial para os diversos temas em relação do Direito do Mar (Figuerôa *et al*, 2003).

As pesquisas espaciais realizadas pelas grandes potências, como os Estados Unidos e a União Soviética a partir da década de 1950, iniciaram um debate sobre a

necessidade de se colocar limites para a utilização do espaço. Apesar de ser semelhante ao alto-mar como uma área comum, o acesso é o diferencial, pelo alto custo das atividades. O Comitê da ONU, reunido em 1963, elaborou a Declaração dos Princípios Jurídicos reguladores das atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico. O resultado das reuniões sobre o assunto indicou que o espaço não poderia ser objeto de apropriação nacional, por proclamação de soberania, por uso ou ocupação, nem por qualquer outro meio (BRASIL, 1998, Vogel, 2000, Santos, 2001). A atmosfera é uma massa de ar em constante movimento e seus componentes estão sujeitos a transformações químicas, reagindo com a radiação solar e possibilitando a existência de vida no planeta. Os acordos locais para proteção da atmosfera existem desde a década de 1960, mas foi somente na década de 1980, com o aumento dos problemas globais atmosféricos que se iniciou a discussão para criação de acordos multilaterais mais amplos. Os acordos têm como objetivo impor regras e resoluções para diminuir os problemas que afetam a atmosfera, como a poluição e o aquecimento, tais como a Convenção para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985. O Protocolo de Montreal que proibiu o uso de substâncias que atuavam na destruição da camada, presentes em aerossóis e refrigeradores e, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em 1992, com o objetivo de "alcançar a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático" (BRASIL, 1999).

As áreas comuns globais podem ser classificadas em termos de práticas de manejo como uma área sem soberania ou pertencendo a todos. Os Estados elaboraram regras e princípios gerais para os espaços ditos internacionais. Existem quatro tipos de classificação no direito internacional público relacionado com as áreas comuns globais: *res nullius*, *res communis*, o conceito de patrimônio comum da humanidade e a *res publica*.

A noção de *res nullius* e de *res communis* é originária do direito romano e o princípio de *res nullius* diz que um objeto não é propriedade de ninguém, mas é suscetível de apropriação. A expressão mais significativa de um reconhecimento legitimizador da aplicabilidade do princípio é a bula Intercoetera, que explicitava a partilha dos territórios desocupados entre Portugal e Espanha. A aplicação do princípio

de *res nullius* em relação aos espaços não ocupados foi rejeitada pelos países em desenvolvimento porque aumentaria a desigualdade entre as potências, pois apenas os estados com tecnologia avançada teriam capacidade legal de estabelecer soberania sobre as áreas (Santos, 2001).

O conceito de *res communis* era, na ordem jurídica de Roma, tradicionalmente aplicado aos espaços marítimos. Ele indica uma soberania exercida em comum e "não admite a apropriação unilateral indiscriminada de espaços ou territórios, baseada na ocupação efetiva ou em qualquer outro critério de anterioridade histórica, capacidade de acesso ou valoração diferenciada do grau civilizacional das populações encontradas nesses territórios" (Santos, 2001). O conceito de *res publica* ou patrimônio público da humanidade indica um acesso livre às áreas comuns, regulado por uma instituição internacional com o objetivo de coibir abusos e degradação das áreas.

A Antártica pode ser pensada como uma área comum global, pois é uma grande região em que não há uma soberania nacional. O que acontece na região ultrapassa as fronteiras tradicionais dos estados e é necessário que exista um regime com regras e normas para gerenciar a região, com o auxílio dos Estados e outros grupos de atores interessados na região (Joyner, 1998). Nas entrevistas realizadas com os pesquisadores e gestores, a Antártica era uma questão global porque as mudanças climáticas que ocorrem na região podem influenciar todo o planeta; os fenômenos naturais que ocorrem na Antártica influenciam o clima do hemisfério sul e a região funciona como um laboratório natural para se estudar fenômenos relacionados com as correntes marinhas e a circulação atmosférica (Cordelia Machado e José Teixeira, entrevista realizada em maio de 2009).

A existência de uma terra ao sul do planeta já era imaginada desde a antiguidade clássica, mas somente no século XIX, os exploradores chegaram até as terras austrais. Apesar de não ser significante em termos de população e cultura, a Antártica se tornou uma questão global porque envolve outros aspectos como os políticos, os ambientais e os científicos que influenciam todas as outras regiões. As dimensões da região, os impactos climáticos que interferem nos oceanos, atmosfera e na temperatura do planeta, o potencial para a exploração de recursos vivos e minerais e o fato de conter noventa

por cento do gelo e oitenta por cento da água doce do planeta fazem com que ela seja objeto de discussão na política mundial contemporânea (Machado e Brito, 2006). O continente apresenta 35.000.000 km^2 na sua totalidade, ou seja, o espaço marinho e as terras do continente. A Antártica é importante para o controle do sistema climático e do nível dos mares e funciona como um grande sumidouro de calor do Hemisfério Sul devido ao seu balanço de radiação deficitário, exercendo controle sobre a circulação atmosférica em médias e altas latitudes (Aquino *et al*, 2006, Boiaski, 2007). É na região antártica aonde são formadas as águas profundas de todos os oceanos do planeta (Colacrai, 2004, BRASIL, 2007). A exploração intensa de recursos pesqueiros na região, como o krill, crustáceo rico em proteína, induziu a criação de um acordo internacional para a exploração dos recursos vivos.

O Relatório Brundtland ou "Nosso Futuro Comum" de 1987 (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988) apresentou dados sobre o futuro da Antártica e já apontava para a necessidade de se buscar objetivos comuns para gerenciar as pressões sobre o meio ambiente, por meio da cooperação internacional. O fato de ser uma área comum global faz da Antártica um desafio para o sistema político internacional baseado em territórios nacionais, soberania do Estado e legislação internacional (Beck and Doods,1998).

Neste capítulo foi apresentada uma definição das questões globais contemporâneas que receberam atenção renovada desde o início da distensão leste-oeste, na segunda metade dos anos 80, como o controle de armamento, o narcotráfico, o meio ambiente e os direitos humanos (Alves, 2001). Com as mudanças ocorridas no sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial, os países perceberam a necessidade da cooperação para lidar com os temas contemporâneos como o meio ambiente, o narcotráfico, os direitos humanos, entre outros (Sato, 2000). O objetivo desses acordos de cooperação entre os países é de organizar e criar regras que possibilitem a colaboração e o consenso e diminuam os conflitos. O capítulo apresentou também dados sobre as áreas comuns globais, com destaque para a Antártica, que no início do século XX enfrentou grandes disputas territoriais. Com a criação do Tratado da Antártica, os países interessados no tema puderam criar regras e implementar instrumentos de gestão que auxiliaram na administração do continente. O fato de ser

uma área sem soberania nacional, com um grande potencial para a pesquisa, com recursos naturais vivos e não vivos fez com que os países se interessassem pela região.

No próximo capítulo será discutido o contexto internacional que contribuiu para a elaboração do Tratado e o surgimento dos conflitos territoriais, além do histórico de incentivo à pesquisa científica na região antártica.

Capítulo 2

A gestão do Continente Antártico

O objetivo deste capítulo é contextualizar a atuação dos países na região antártica, mostrando os dados históricos da descoberta do continente e da disputa de territórios em uma região sem soberania. O acordo internacional para a Antártica foi elaborado em 1959. Os doze países que investiram no desenvolvimento de pesquisas no continente antártico durante o Ano Geofísico Internacional foram responsáveis pela construção do texto do acordo de cooperação internacional. O Sistema do Tratado Antártico (STA), descrito neste capítulo, foi formado a partir da estrutura que administra as decisões para o continente, como os acordos internacionais e as medidas e resoluções das Reuniões dos Membros Consultivos do Tratado da Antártica (ATCM). Além disso, será apresentada a discussão da gestão do continente iniciada na Assembléia Geral da ONU em 1956, por países em desenvolvimento.

2.1 O Continente Antártico: o histórico e as expedições científicas

A Antártica é o quinto continente em extensão e possui mais de 14 milhões de km^2 de superfície terrestre, com temperaturas muito baixas e com precipitações anuais de 150 mm e com uma riqueza em recursos naturais e minerais. A vulnerabilidade dos canais de Suez e do Panamá e o uso de navios em face da economia de frete aumentaram a importância da rota do cabo da Boa Esperança, pelo sul da África e a dos estreitos de Drake e de Magalhães, pelo sul da América do Sul. A proximidade do continente antártico dessas rotas, com a possibilidade da presença de bases na região visando o controle ou interferência no tráfego marítimo, faz ressaltar a importância estratégia da área (Bischoff, 1996, p.14).

O interesse na Antártica é antigo e os gregos já acreditavam que o planeta era redondo, simétrico e que existia uma porção de terras ao sul que contrabalançava com as terras ao norte. Os navegadores gregos e fenícios descobriram as terras geladas do norte, o Ártico, por volta do século IV, e a lógica do princípio simétrico sugerida por Aristóteles indicava que deveria existir a porção de terra oposta ao Ártico, que foi denominada no grego de "Antartikos", passou ao latim como "Antartikus", e para a forma em português como "Antártico". Em grego a expressão Artikus significa urso e foi escolhida, pois na fria região do norte, dominava no céu a constelação Arktos-Ursa Maior ou Menor (Capozzoli, 1991, BRASIL, 2005).

As primeiras viagens documentadas às águas antárticas se iniciaram no século XV, com a viagem de Bartolomeu Diaz, em 1487, que explorou a costa oeste da África. De 1497 a 1513, os relatos de navegadores que passaram pela parte sul do planeta como Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Vasco Nunez de Balaboa indicavam a possibilidade da existência de terras austrais. Américo Vespúcio, em 1501, relatou ter avistado as terras na altura do paralelo 53º S, descobrindo as Ilhas Falklands (Malvinas) e as Geórgias do Sul e Fernão de Magalhães chegou à Terra do Fogo, atravessando pelo oceano Atlântico até o Pacífico por meio de uma ligação conhecida hoje em dia como "Estreito de Magalhães", em 1520. Com o seu descobrimento, os mapas da época passaram a apresentar uma área localizada entre o sul do Estreito de Magalhães e o pólo como "*Terra Australis Incógnita*" (Santos, 2004, p. 16).

No século XVI a primeira expedição inglesa de circunavegação do globo foi comandada por Sir Francis Drake, que partiu do Reino Unido, passou pelo Estreito de Magalhães, chegou ao Pacífico e retornou ao ponto de partida. Outras viagens realizadas por holandeses, espanhóis e ingleses também percorreram a região sub-antártica neste período.

No século XVIII se iniciou a colonização da Patagônia e as ilhas Malvinas / Falklands despertaram o interesse, como ponto de apoio dos barcos que iam a caminho do Cabo Horn ou para as explorações pesqueiras e a caça de focas. Os franceses enviaram expedições para desbravar a região e em 1739 Jean Baptiste Charles Bouvet de Lozier descobriu as ilhas sub-antárticas na extremidade sul do Oceano Atlântico

denominadas de ilhas de Bouvet. Em 1772, a expedição de Marc Joseph Marion descobriu as ilhas Crozet, localizadas ao sul do Oceano Índico e no mesmo ano o navegador francês Yves Josef de Kerguelen-Tramarec descobriu e nomeou as ilhas de Kerguelen. Em 1769, o inglês Alexandre Dalrymple convenceu a Sociedade Britânica a explorar os mares do sul em busca da *Terra Incógnita*, mas em seu lugar foi designado o Capitão James Cook que partiu da Inglaterra, em 1770, com o objetivo de explorar e circunavegar o continente desconhecido. Em 17 de janeiro de 1773, o capitão Cook e os marinheiros dos navios Resolution e Adventure cruzaram o Círculo Polar Antártico pela primeira vez (Gurney, 1997). Apesar de cruzar a região por três vezes, ele não observou o continente gelado e retornou acreditando que a terra desconhecida não existia.

No final do século XVIII, os caçadores já haviam exterminado as focas da província da Terra do Fogo, pois as peles eram rentáveis nos mercados da China e Europa. Segundo Sanchez (2007), os caçadores de focas devem ter sido os primeiros descobridores das terras antárticas, mas para garantir a exploração única dos sítios não divulgavam a localização geográfica dos locais de caça**.** A presença humana na região se intensificou na primeira metade do século XIX, quando navios baleeiros chegaram às Ilhas Sanduíches do Sul.

No início do século XIX, três exploradores Fabian Bellingshausen, que navegou por toda a costa antártica, Nathaniel Palmer, que avistou as terras ao sul do cabo Horn e Edward Bransfield, que fez um esboço cartográfico da região, pleiteavam o mérito histórico de ter descoberto o continente. As expedições realizadas por James Wendell, John Biscoe e John Balleny de 1824 a 1838 descobriram importantes dados geográficos e auxiliaram na definição dos limites precisos do continente, mas não tiveram retorno econômico, pois as focas já estavam em processo de extinção (McGonigal and Woodworth, 2002, p.36).

Segundo Villa (2004), a descoberta de novas terras na Antártica estava relacionada com o progresso das ciências físicas modernas. O pólo norte magnético foi descoberto por James Clark Ross em 1831. O cientista Johann Carl Gauss criou uma fórmula, em 1839, que indicava que o pólo sul magnético se situava entre os paralelos 66° S de latitude e 146° L de longitude. Com isso, a França, os Estados Unidos e o

Reino Unido enviaram expedições com o objetivo de chegar ao pólo sul. Em 1837, o capitão francês Jules Dumont D'Urville iniciou uma viagem de 30 meses em que foram descobertas as terras situadas entre os paralelos 120° e 170° E, denominadas de Adélia. Em 1838, o americano Charles Wilkes coordenou uma expedição aos mares do Sul, composta por naturalistas, botânicos, taxidermistas, artistas e descobriu terras a oeste das ilhas Balleny. O inglês James Clark Ross tentou alcançar o pólo por uma rota mais a leste, e com isso descobriu uma plataforma de gelo que obstrui o mar e que leva o seu nome, hoje em dia, além da Terra Vitória e dois vulcões nomeados de Erebus e Terror. Nenhuma das três expedições conseguiu alcançar o pólo, mas seus resultados contribuíram para a moderna cartografia da Antártica (Sanchez, 2007).

As expedições em busca do pólo sul magnético despertaram a atenção dos cientistas para a Antártica e a idéia de uma pesquisa mais aprofundada foi fortalecida pelos resultados obtidos pela expedição britânica comandada por Sir James Clark Ross que esteve na Antártica entre 1839 e 1843. Esta expedição seria o início da organização do Primeiro Ano Polar Internacional, um evento que reuniu cientistas de várias partes do mundo com o objetivo de estudar os pólos sul e norte (Summerhayes, 2008). O início da organização deste evento foi em 1872 quando Karl Weyprecht que comandava uma expedição austríaca ao Ártico desenvolveu uma metodologia para se estudar as regiões polares. O primeiro Congresso Internacional de Meteorologia discutiu, em 1873, as padronizações dos métodos de observação e análise, o uso dos mesmos indicadores de medidas, a publicação de resultados e o aumento da rede de pesquisas já existente sobre os pólos. Outro tópico foi o estudo do clima nas altas latitudes e a recomendação era instalar estações meteorológicas nas regiões do pólo norte e após alguns debates foi incluída também a necessidade de se estudar as altas latitudes do pólo sul. A proposta de estudo das regiões polares foi desenvolvida por Weyprecht e apresentada em forma de artigo no segundo Congresso Internacional de Meteorologia que ocorreu em 1879. O primeiro Ano Polar Internacional, realizado entre 1882 e 1883 teve como objetivo congregar cientistas de diferentes áreas para resolver problemas meteorológicos do Ártico. Neste evento foram lançadas quinze expedições, sendo duas para a Antártica e treze para o Ártico. A proposta inicial do Ano Polar Internacional era a publicação em conjunto de todos os dados obtidos no período, mas isto não ocorreu, em função da falta uma coordenação internacional responsável pela integração dos mesmos.

Em 1895, no VI Congresso Internacional de Geografia, foi adotada a resolução que declarava ser de alta prioridade a exploração da Antártica. Além disso, os cientistas solicitaram aos governos o financiamento de expedições ao extremo sul. O primeiro país a acatar a resolução foi a Bélgica, que patrocinou uma expedição em 1897 comandada por Adrien de Guerlach de Gomery. Devido à baixa repercussão dos apoios governamentais para as expedições ao pólo sul, novas resoluções indicaram a necessidade de se gerar conhecimento científico sobre a Antártica na área de geografia física, geologia, geodésia e biologia durante o VII Congresso Internacional de Geografia em 1899. Cinco países enviaram expedições no início do século XX: Alemanha (1901-1903), Suécia (1901-1903), Reino Unido (1902-1903), Escócia (1902-1904) e França (1903-1904).

Este período ficou conhecido como Era Heróica da exploração antártica e começou quando o navio Discovery, sob o comando do capitão Robert Falcon Scott, partiu rumo ao estreito de Mc Murdo, em 1901. Apesar de alegar um compromisso básico com o progresso da ciência, o verdadeiro objetivo dessa primeira expedição ao continente antártico de Scott, bem como as expedições que a ela se seguiram, era atingir o então inalcançado Pólo Sul e conquistá-lo para a Grã-Bretanha (Alexander, 2002, p. 15). As expedições foram marcadas pela dificuldade das equipes em se manter no continente, devido às baixas temperaturas e à falta de equipamento adequado para a região. A conquista do pólo sul gerou uma disputa entre vários desbravadores entre eles o irlandês Ernest Shackleton, o inglês Robert Falcon Scott e o norueguês Roald Amundsen que foi o primeiro que alcançou o pólo sul e voltou ao ponto de partida (Gurney, 1997).

De 1925 a 1949, o Reino Unido realizou a *Discovery Investigations*, uma série de expedições científicas com o objetivo de estudar a biologia das baleias no Sul e subsidiar o manejo de estoque para a indústria baleeira. Com o apoio de um laboratório construído nas ilhas Geórgias do Sul os cientistas produziram 38 volumes com relatórios das pesquisas sobre a região.

O segundo Ano Polar Internacional ocorreu depois da primeira guerra mundial entre 1932 e 1933, com o objetivo de aumentar o conhecimento dos pólos e coletar

dados relacionados com as medições geomagnéticas, a aurora, a navegação marítima e aérea, a previsão do tempo e a comunicação. A Organização Mundial de Meteorologia apoiou o evento e vinte e seis países participaram da pesquisa no ártico e na antártica com presença de quarenta estações científicas. O enfoque maior ainda era no Ártico e somente três estações foram instaladas no sul, uma inglesa nas ilhas Geórgias do Sul e duas argentinas na Ilha Laurie e no Ushuaia (Summerhayes, 2008).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os conflitos e operações bélicas não chegaram até o continente antártico, mas o Reino Unido enviou um efetivo de 300 guardas para as Ilhas Falkland (Malvinas), com o objetivo de proteger a região (Howkins, 2006). A preocupação inglesa com a defesa do território relacionava-se com a disputa com a Argentina e a possível invasão das ilhas pelas tropas japonesas localizadas no oceano Pacífico. Além disso, a Operação Tabarin foi organizada pelo Reino Unido, em 1944, com o objetivo de realizar pesquisa e construir estações científicas, demonstrando o interesse inglês na região. Em 1945, ela foi renomeada para Pesquisa nas Ilhas Falklands com o objetivo de coletar dados de topografia, de geologia, sobre os glaciares, das condições meteorológicas, sobre a fauna, a flora e a navegação.

O ano de 1946 na Antártica foi marcado pela efetiva ocupação da região, com a construção e manutenção de estações permanentes pelo Chile, Reino Unido, Argentina e Estados Unidos. A expedição chilena partiu para a Antártica em 1947, para construir a estação Antártica Chilena, seguida da Argentina, organizada pela Marinha e do Reino Unido que continuou com o programa de pesquisas iniciado na Operação Tabarin. A maior expedição enviada para a região na década de 1940 foi a americana, com o objetivo de treinar pessoal e testar material em áreas polares, consolidar e aumentar a soberania da América do Norte sobre a Antártica, determinar possíveis locais para instalação de estações científicas, desenvolver técnicas para instalação de bases aéreas no gelo e ampliar o conhecimento sobre hidrografia, geografia, geologia, meteorologia e condições eletromagnéticas. O Projeto Desenvolvimento Antártico ou Expedição High Jump foi organizado pela Marinha Americana e contou com a participação de treze navios e vinte e três aeronaves com o objetivo de realizar o mapeamento aéreo da Antártica, com destaque para a parte costeira (Dufer, 1957, Eklund and Beckman, 1963). Com essa expedição os americanos já mostravam o seu interesse pelo continente

antártico e o investimento em atividades militares e científicas indicava o papel que o país teria na resolução dos conflitos territoriais. No final da década de 1940, a expedição Windmill continuou o mapeamento aéreo e durante as operações Deep Freeze I e II foram construídas as estações científicas americanas que seriam utilizadas durante o Ano Geofísico Internacional nos anos de 1957 e 1958 (Klotz, 1990).

A ideia de um terceiro Ano Polar Internacional partiu de um grupo de cientistas espaciais americanos reunidos, em 1951, a pedido de James Van Allen para discutir um projeto de cooperação científica internacional. Os participantes eram Sydney Chapman, um pesquisador da atmosfera da Universidade de Oxford, Lloyd Berkner, um explorador polar com experiência em engenharia, rádio comunicação e aviação e Fred Singer, físico da Universidade de Maryland. O grupo concluiu que a cooperação internacional de pesquisa seria fundamental para aumentar o conhecimento científico nas áreas espaciais, físicas e geológicas e concordaram que o modelo de pesquisa pensado para os Anos Polares Internacionais de 1882 e 1932, se aproximava da idéia que eles pretendiam implantar. Berkner tinha participado do segundo ano polar internacional e sugeriu a data do próximo ano polar para 1957 e 1958, quando ocorreria uma grande atividade solar e vários eclipses. O Conselho Internacional das Uniões Científicas (ICSU) foi indicado como o fórum apropriado para organizar o evento e o nome foi mudado para Ano Geofísico Internacional (AGI) em função da amplitude do programa e das pesquisas voltadas para o espaço, como o lançamento de satélites de observação da órbita da terra. Outro tema de grande relevância foi a pesquisa na Antártica, onde foram instaladas estações científicas coordenadas por doze nações (Dufer, 1957, Klotz, 1990,Summerhayes, 2008).

Na reunião do Comitê organizador do evento, em 1954, as 33 nações que confirmaram a participação foram: Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Tcheslovaquia, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Reino Unido, Grécia, Índia, Israel, Itália, Japão, Marrocos, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Espanha, Suécia, Suíça, Tunísia, África do Sul, Estados Unidos, Iugoslávia, México, Chile, Equador e Rússia. Ao final do evento, sessenta e sete nações participaram das pesquisas nos pólos e na região do equador com objetivo de estudar a física do planeta e sua relação com o sol (Eklund and Beckman,1963).

As duas grandes potências mundiais durante a Guerra Fria, Estados Unidos e a ex-União Soviética, participaram do evento e apesar da Rússia ter demonstrado interesse na região a partir de 1950, somente durante o AGI é que o país atuou com pesquisas significativas, com o apoio de seis estações localizadas na Antártica leste. A reunião do Comitê para as pesquisas na Antártica durante a realização do AGI ocorreu em Paris em 1955 e foram deliberados os seguintes princípios:

- Os acordos entre países seriam somente científicos, sem a discussão de questões políticas;
- A localização das estações científicas seria de acordo com a necessidade da pesquisa, e com isso algumas estações poderiam se situar na mesma região;
- Os dados meteorológicos deveriam ser compartilhados e esse acordo foi específico para os Estados Unidos e a Rússia, que deveriam trabalhar em prol da ciência, sem que as disputas territoriais e a Guerra Fria interferissem nas pesquisas;
- Os cientistas teriam acesso a todos os locais na Antártica, independentemente das reivindicações territoriais (Klotz, 1990, p. 26).

Apesar do envolvimento não político do evento, a participação russa criou impasses com as nações que já desenvolviam atividades na região. A Austrália fez considerações sobre a construção de estações russas na área de sua reivindicação e sobre a possibilidade da instalação de uma base de lançamento de mísseis ou submarinos, mas o acordo firmado pelos governos e cientistas garantia que os problemas políticos não seriam um entrave para a ciência. A ex-União Soviética demonstrou interesse em continuar suas pesquisas na região, o que fez com que os Estados Unidos mantivessem suas ações, principalmente no Pólo Sul. O programa científico americano incluía seis estações e uma de suprimentos, torres de observação, aviões, helicópteros e um sistema de comunicação. O desafio era erguer a primeira estação americana no interior do continente (Dufer, 1957, p.39).

Ao final do Ano Geofísico Internacional (AGI), os Estados Unidos e a ex-União Soviética demonstraram ser importantes atores para o futuro do continente, que

enfrentava disputas territoriais entre sete países (Klotz, 1990). As disputas e os conflitos territoriais iriam contribuir para a elaboração de um acordo internacional que permitisse aos países interessados no tema a gestão do continente.

2.2 Reivindicações Territoriais na Antártica.

O descobrimento de um novo continente sem soberania levou a uma disputa de territórios que só foi parcialmente resolvida com a criação de um acordo internacional. O Tratado da Antártica de 1959 permitiu que os sete países territorialistas (França, Chile, Argentina, Austrália, Reino Unido, Noruega e Nova Zelândia) continuassem com suas pretensões, mas que congelava esses direitos enquanto o acordo estivesse em vigência.

A posição de alguns países em defender a soberania nacional na Antártica, ou a visão territorialista, significava aceitar que o continente era passível de apropriação e com isso, um Estado poderia declarar soberania sobre uma parte ou sobre todo o continente. As diferentes justificativas para a pretensão territorial pelos países eram relacionadas com acordos, como o Tratado de Tordesilhas, apresentado pelo Chile e pela Argentina e a descobertas das terras na região por exploradores da França, Noruega, Reino Unido e suas antigas colônias Austrália e Nova Zelândia. Os outros países que desenvolveram atividades no continente antes da Segunda Guerra Mundial – Bélgica, Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos – não apresentaram reivindicações e nem reconheceram as pretensões dos outros países.

A disputa por territórios no continente antártico começou no início do século XX, com o pedido oficial do Reino Unido para obter soberania sobre determinada parte da Antártica. O governo inglês alegava os princípios de descoberta e posse de terras por seus exploradores, como James Cook que circunavegou o continente em 1772-1775, James Clark Ross, Robert Falcon Scott e Ernest Shackleton. O interesse comercial, além do sentimento de conquista de novas fronteiras, fez com que o Reino Unido editasse Cartas Patentes (Letters Patent), uma espécie de decreto, entre 1908 e 1917, confirmando sua reivindicação de ilhas no Atlântico Sul, as ilhas Falklands, que

compreendem a Geórgia do Sul, Sandwich do Sul, Orcadas do Sul e um setor localizado na península antártica conhecido como Terra de Graham (Klotz, 1990, Villa, 2004). Após reivindicar as terras, o Reino Unido emitiu regulamentos e licenças, recolhendo taxas de companhias estrangeiras que caçavam baleias nas ilhas do Atlântico Sul, o que levou ao reconhecimento internacional sobre a legitimidade do direito de posse sobre aquela área. Os domínios sobre outras partes da Antártica foram designados para duas colônias inglesas, a Austrália e a Nova Zelândia. Em 1923, uma Ordem de Conselho designou as ilhas e territórios entre o paralelo 160º de latitude leste e 50º de latitude oeste, ao sul do paralelo 60º para a administração da Nova Zelândia e em 1933, outra Ordem do Conselho indicou que todos os territórios e ilhas ao sul dos 60º de latitude sul e entre os 136º e 142º de longitude oeste estavam sob a administração da Austrália. Com isso, o Reino Unido e suas colônias reivindicavam dois terços do continente.

Outros países também iniciaram suas reivindicações, como a França que justificou seu interesse pela Terra Adélia localizada na parte da oeste da Antártica alegando que, em 1840, o capitão francês Dumont D'Urville descobriu essa região. Em 1924, o governo francês anexou a Terra Adélia e outras ilhas, incluindo Kerguelen e Crozet. As ações francesas foram provocadas pelo aumento do domínio do Reino Unido e pela necessidade de proteger os recursos pesqueiros localizados nas ilhas sub-antárticas (Klotz, 1990).

A Noruega tinha interesse na pesca da baleia no pólo sul e com isso anexou duas ilhas sub-antárticas, Bouvetoya e Peter I, para garantir a geração de recursos resultantes da pesca. Em 1939, o país reivindicou a Terra da Rainha Maud, tentando proteger as áreas utilizadas por pescadores noruegueses e impedir a reivindicação do governo alemão, que havia enviado a expedição "Schwabeland" para aquela área e que solicitou setores na mesma área, mas que não foram ratificados em função do resultado da segunda guerra mundial (Sanchez, 2007).

Em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, a Argentina e o Chile reivindicaram territórios na península antártica. O primeiro país sul americano a propor a posse de um setor na Antártica foi o Chile, que em 1940, editou um decreto governamental descrevendo suas razões, antecedentes e justificativas para administrar o

setor da península antártica. Os dirigentes chilenos fizeram referência a bula papal de Alexandre VI, que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha, e argumentaram que ao se tornar independente da Espanha em 1810, eles ganharam os direitos espanhóis no Novo Mundo, inclusive um direito histórico a territórios na Antártica, apesar da região ser desconhecida naquele tempo. Além disso, usava-se a questão da lógica da continuidade geográfica e geológica, sendo o Chile o país mais próximo da região e pesquisas chilenas apontavam que a Antártica era uma extensão geológica da América do Sul. As razões para solicitar um setor antártico eram justificadas também por interesses econômicos e de segurança, como a pesca da baleia, a extração de recursos minerais e a segurança no mar por meio do controle da passagem de Drake que liga os oceanos Pacífico e Atlântico (Colombo, 1987, Klotz, 1990). Com este ato, o Chile demonstrava seu interesse na região, apesar dos poucos recursos que o governo possuía para realizar expedições.

A Argentina, que desde meados do século XIX já estava em confronto com o Reino Unido pela disputa das ilhas Falklands (Malvinas) e Orcadas do Sul, reivindicou o setor localizado entre os paralelos 20º e 80º de latitude oeste também em 1940. A justificativa para o seu pleito era a ocupação permanente das ilhas Orcadas do Sul, desde 1904 e os aspectos geográficos e históricos. A área solicitada pela Argentina também era objeto de reivindicação do Reino Unido e do Chile e como a Argentina não reconhecia as reivindicações inglesas, de acordo com o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, a única disputa a ser resolvida era com a fronteira chilena.

A posição dos Estados Unidos em relações aos territórios na Antártica era a de não manifestar pretensão territorialista e nem reconhecer as reivindicações dos outros países. As manifestações do governo americano em 1924 e 1946 reforçaram o interesse nacional de poder atuar em toda a região e não somente em um setor (Villa, 2004).

A política soviética para a região também não reivindicava territórios, apesar de possuir títulos históricos de descobrimento, como os que confirmavam a expedição de Bellingshausen (Gurney, 1997). O governo enviou uma nota aos Estados Unidos em 1950, informando que qualquer decisão sobre o assunto deveria ser considerada como

um regime internacional, um acordo que atenderia aos interesses legais dos países (Ferreira, 2005).

A divisão da Antártica levou a criação de diferentes teorias sobre como o continente deveria ser administrado. Segundo Santos (2004) e Vieira (2006) existem seis segmentos que justificam a posse de territórios na região antártica. São eles: a Teoria da Descoberta, a Teoria da Contiguidade e Continuidade, a Teoria dos Quadrantes, a Teoria da Ocupação Efetiva, a Teoria dos Setores e a Teoria da Defrontação.

A Teoria da Descoberta diz que as terras antárticas devem pertencer aos países que as descobriram, ainda que as explorações ocorridas não tenham sido feitas no continente e sim nas ilhas sub-antárticas (Silva, 1987, p 22). É o caso do Reino Unido, que decretou domínio sobre as ilhas Falklands (Malinas) e o arquipélago das Geórgias do Sul, Sanduíches do Sul, Shetlands do Sul, Orcadas do Sul, Terra de Graham e Terra de Coats. É o caso também da França, Nova Zelândia, Austrália, Noruega, Chile e Argentina. Essa teoria é contestada por juristas, porque o simples fato de descobrir a região, não garante a permanência nas terras.

A Teoria da Contiguidade indica uma noção de proximidade geográfica que revela a influência e aproximação entre dois continentes (Costa, 1951, Santos, 2004). A Teoria da Continuidade indica a proximidade geográfica entre dois continentes separados pelo mar e que no caso da Antártica deve estar sob a soberania de países próximos, sendo utilizada pela Argentina (Ushuaia localiza-se a 980 km das Ilhas Shetlands do Sul) e pelo Chile (a Ilha Diego Ramirez está a 770 km das mesmas Ilhas) nas suas considerações sobre a posse na região. Segundo Vieira (2006) esse argumento é contestado pelo jurista Max Huber que indica não haver no Direito Internacional um fundamento que legitime essa constatação.

A Teoria dos Quadrantes sustenta que a Antártica deveria ser dividida em partes relacionadas com as regiões continentais de fronteira, indicando uma parte sul-americana entre os meridianos 0°- 90°, uma parte australiana entre os meridianos 180°- 90° L, uma parte do Pacífico entre os meridianos 90°- 180° O e uma parte africana

entre os meridianos 90° L - 0°. A crítica a essa teoria argumenta que fatores políticos não foram considerados e que as grandes potências mundiais da época, Estados Unidos e Rússia, não iriam deixar de participar da disputa por territórios.

A Teoria da Ocupação Efetiva indica que a ocupação deve conter uma condição subjetiva, que é a vontade manifesta de apropriação do território. Os países que efetivamente instalaram estações científicas na região poderiam justificar seu domínio por meio de efetiva ocupação. Essa justificativa foi apresentada por países como o Chile e a Argentina, mas esta noção era considerada imprópria para uma aplicação na Antártica (Accioly, 1966).

Na Teoria dos Setores determinadas áreas são utilizadas para reivindicar uma faixa de território no caso de uma partilha de continente. Ela significa o uso de uma extensão geográfica da soberania por meio da fixação de limites astronômicos e foi utilizado pelo senador Pascal Poirier em 1907, ao defender a soberania do Canadá sobre as terras árticas (Santos, 2004, p. 30).

A Teoria da Defrontação foi uma adaptação da teoria dos Setores, criada no Brasil e divulgada por estudiosos de geopolítica como Therezinha de Castro e Delgado de Carvalho (Castro, 1958, 1976, Carvalho e Castro, 1960, 1970). A partir da divisão das terras do Ártico, nos limites do Círculo Polar Antártico e que dividiu a região entre os Estados Unidos, o Canadá, a Noruega e a Rússia. O fundamento da teoria criou a Antártica Americana, formada pelo Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Equador, a Antártica Africana, abrangendo a África do Sul, Madagascar, Moçambique, Angola, Gabão, Congo, Tanzânia e Quênia e a Antártica Australiana reunindo Austrália, Nova Zelândia e Indonésia (Colombo, 1987, Santos, 2004, Vieira, 2006). Apesar de ter sido desenvolvida no Brasil e ser defendida por deputados como Eurípedes Cardoso de Menezes, a posição do governo brasileiro foi a de não requerer territórios na região. O mapa com as delimitações desta teoria está no anexo 3.

2.3 Os Acordos internacionais

As disputas territoriais de alguns países na região antártica contribuíram para a busca de uma solução para o impasse no pólo sul. A necessidade de se dotar a Antártica com um suporte jurídico e político fez com que diversas propostas fossem elaboradas. Entre elas pode-se destacar: o fideicomiso sob a administração da ONU, uma internacionalização da região, proposta aos países territorialistas pelos EUA até a proposta da Índia de internacionalização sob a responsabilidade da ONU (Colacrai, 2004).

As atividades científicas se desenvolveram ao mesmo tempo em que os países procuravam uma solução para as disputas. Ao final do Ano Geofísico Internacional (AGI) em 1958, o contexto internacional possibilitou a elaboração do um acordo internacional para administração da região, o Tratado da Antártica.

2.3.1 A criação do Tratado da Antártica

As tentativas de se elaborar um acordo internacional para a região antártica surgiram depois da Segunda Guerra Mundial com a preocupação dos Estados Unidos com o avanço soviético nos países do leste europeu e com o aumento do conflito na região antártica entre Chile, Argentina e Grã-Bretanha. Em função disto e para evitar as especulações sobre uma possível reivindicação territorial, certos setores do governo elaboraram uma alternativa de administração internacional para a Antártica sob a coordenação da ONU. O projeto americano de internacionalização da Antártica foi proposto em 1948, em forma de convenção para ser assinado pelos seguintes países: Argentina, Austrália, Chile, França, Estados Unidos, Reino Unido e Nova Zelândia, submetendo o continente ao regime fiduciário, em que esses estados seriam responsáveis pela região. Esta proposta não foi aceita nem pelo Chile, nem pela Argentina (Sanchez, 2007).

Entre 1952 e 1953 ocorreram novos desentendimentos entre Argentina e Reino Unido com envio de navios de guerra para a zona da Baia da Esperança e Ilha

Decepção. Este fato gerou uma representação inglesa na Corte de Justiça em Haia em 1955. O Reino Unido solicitou o reconhecimento sobre o seu território na Antártica, em detrimento das indicações de territórios chilenos e argentinos, mas a petição não foi aceita.

Os Estados Unidos reuniram em uma conferência os doze países que atuaram com pesquisas efetivas na Antártica durante o AGI com o objetivo de elaborar um acordo que pudesse perpetuar os princípios de cooperação científica, garantindo liberdade de pesquisa e cooperação internacional, sem interferir com a proposta de soberania reclamada por sete países. O processo de negociação foi realizado de maio de 1958 a outubro de 1959, com 60 reuniões preparatórias com o objetivo de elaborar os procedimentos e a base para uma posterior discussão sobre o texto do acordo internacional. No início não foi possível se chegar a nenhum consenso sobre um possível anteprojeto. A proposta da União Soviética era permitir o acesso livre dos países interessados no tema, mas foi recusada pelos Estados Unidos alegando que um grande número de países inviabilizaria o acordo (Colombo, 1987, Ferreira, 2005, Sanchez, 2007).

A conferência formal para a assinatura do acordo ocorreu em Washington, em 1959, com a participação dos seguintes países: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Nova Zelândia, Noruega e União Soviética. Os discursos dos chefes de delegação resumiam a postura de cada país. Os Estados Unidos, Nova Zelândia, União Soviética e Reino Unido propuseram uma administração para o continente de base internacional. Os consensos eram nas questões de cooperação científica, uso pacífico da região, manutenção do *status quo* e a desmilitarização da região. Sobre a questão militar, a Austrália e o Reino Unido solicitaram um tipo de inspeção com observadores e concordaram que o apoio logístico pelas forças armadas poderia ser efetuado. O tema nuclear suscitou desacordos, pois a Argentina argumentou a favor da proibição total de qualquer tipo de explosão nuclear e os Estados Unidos defenderam o uso dos explosivos, desde que houvesse aviso e consulta prévia. Com a adesão soviética e chilena à proposta argentina, a questão nuclear foi resolvida, optando-se pela proibição das armas. Outra preocupação dos países americanos era com o Acordo do Tratado Interamericano de Assistência

Recíproca (TIAR) que visa o estabelecimento de um pacto de defesa mútua, entre os países das Américas. Essa questão foi resolvida com uma declaração conjunta dos três países (Chile, Argentina e Estados Unidos), anexada ao texto do tratado, indicando que os dois acordos se completavam. A duração do Tratado também foi debatida, pois todos os países, com exceção de Argentina, França e Chile, defendiam uma duração infinita. O consenso indicou que o Tratado poderia ser emendado em qualquer momento e ao final de trinta anos, ou seja, a partir de 1991, qualquer parte poderia solicitar a revisão das disposições (Klotz, 1990, Joyner, 1996, Colacrai, 2003, Ferreira, 2005, Sanchez, 2007, Howkins, 2008).

O Tratado entrou em vigor em 23 de junho de 1961 e é um regime intergovernamental composto de quatorze artigos que expressam o objetivo de assegurar a utilização da Antártica somente para fins pacíficos, com a cooperação científica e o prosseguimento da harmonia internacional (Colombo, 1987, Ferreira, 2005). Os artigos apresentam um resumo das normas aprovadas pelos países para se administrar a região antártica.

O artigo 1º indica que são proibidas quaisquer medidas de natureza militar, tais como estabelecimento de bases e fortificações, realização de manobras militares, assim como as experiências com qualquer tipo de arma, mas garante a utilização de pessoal e equipamento militar para as pesquisas científicas e com propósito pacífico. Este artigo assegura a proposta de paz, além de possibilitar o auxílio das forças armadas na cooperação logística para a pesquisa científica. Como a região é inóspita, os equipamentos e as tecnologias da Marinha, do Exército e da Aeronáutica fornecem o auxilio para as viagens, pesquisas e manutenção das estações científicas.

O artigo 2º garante o livre acesso às diferentes áreas da região e faz referência às atividades desenvolvidas durante o Ano Polar Internacional, garantindo a colaboração científica e a liberdade para a pesquisa. Para a comunidade científica este artigo possibilita o intercâmbio e cooperação, diretrizes indicadas pelo explorador Weyprecht durante a elaboração da proposta do primeiro Ano Polar Internacional, em 1882. A presença de organizações internacionais de ciência como a Comissão Internacional de Ciência - ICSU (Sigla em inglês) e o Comitê Científico sobre Pesquisas Antárticas-

SCAR (Sigla em inglês) também colaboram para que a ciência no pólo sul tenha subsídios e apoio para a integração científica dos países.

O artigo 3º descreve a necessidade do intercâmbio de dados de pesquisa e da troca de dados científicos, observações, resultados e apoio logístico. Os países concordaram em divulgar as informações sobre planos de programas científicos, com o objetivo de ter operações eficientes e econômicas. Além disso, a permuta de expedições, de resultados e observações científicas favorece o trabalho cooperativo.

O artigo 4º está relacionado com a disputa por territórios na Antártica e ele reafirma que novas reivindicações de territórios não serão aceitas enquanto o tratado estiver em vigor. Esta norma foi aprovada com o objetivo de ter o apoio dos sete países territorialistas durante a negociação do tratado, pois garante as antigas reivindicações territoriais, mas não permite que haja novas propostas enquanto o tratado estiver em vigor.

O artigo 5º trata das proibições de testes nucleares na região, bem como o lançamento de lixo ou resíduos radioativos que suscitou várias discussões e o acordo firmado proibiu o uso de energia nuclear, mas indicou que no caso da conclusão de outros acordos internacionais sobre a utilização da energia nuclear, por todas as partes contratantes, seriam aplicadas à Antártica as normas de tais acordos. Esta norma complementa a proposta do artigo 1º e faz da região uma zona livre de armas nucleares (Joyner, 1998, p. 59).

O artigo 6º define que a área de abrangência das regras do tratado situa-se na região sul do paralelo 60º de latitude sul, incluindo as plataformas de gelo. Esta norma faz uma observação indicando que o direito de qualquer Estado em relação ao direito internacional aplicável ao alto-mar não pode ser alterado.

A inspeção de qualquer estação ou atividade na Antártica pelos países consultivos está garantida pelo artigo 7º que permite o livre acesso a qualquer área da Antártica e a indicação de observadores para inspecionar estações, instalações, equipamentos e todos os navios e aeronaves em ponto de embarque ou desembarque. O

acordo incluiu ainda a notificação para todos os países sobre os dados das expedições, da equipe das estações científicas e dos navios.

O artigo 8º define as soluções para os problemas de jurisdição sobre os observadores indicados no artigo anterior. Ele diz que todos os atos e omissões, realizados pelas pessoas durante o cumprimento de suas funções na região, estarão sujeitos apenas à jurisdição da parte contratante, ou seja, cada país é responsável pelas ações dos componentes de suas expedições.

No que se refere à organização do Tratado, o artigo 9º definiu que a primeira Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (ATCM) seria na Austrália, após o segundo mês de vigência do Tratado e que em seguida se realizariam reuniões periódicas com o intuito de trocar informações e formular, considerar e recomendar aos governos medidas sobre a Antártica.

Os países que não eram membros consultivos do Tratado apresentaram em diversas ocasiões a proposta de debater a gestão do continente antártico na Assembléia Geral da ONU. O artigo 10º define o compromisso com a Carta das Nações Unidas, impedindo que haja na Antártica qualquer atividade contrária aos princípios e propósitos do tratado e afirmando que na Antártica as atividades devem respeitar também as resoluções da ONU.

O artigo 11º regulamentou o procedimento diplomático em caso de controvérsias entre os signatários. Ele afirmou que em caso de controvérsia entre duas ou mais partes contratantes, elas deveriam ser resolvidas por negociação, investigação, conciliação, arbitramento, decisão judicial ou outro meio pacífico. Em caso de discordância, o assunto deveria ser levado à Corte Internacional de Justiça, com o consentimento, em cada caso, de todas as partes interessadas.

A possibilidade de mudanças no texto do Tratado foi prevista pelo artigo 12º que indicava a possibilidade de revisão após trinta anos de sua assinatura. Qualquer emenda ou modificação ao presente tratado, que fosse aprovada na conferência de revisão pela

maioria das partes nela representada, seria comunicada pelo governo depositário a todas as partes contratantes, e entraria em vigor de acordo com as deliberações do tratado.

O artigo 13º apresentou a possibilidade de adesão de outros estados que fossem membros da Organização das Nações Unidas ou que fossem convidados a aderir ao Tratado com consentimento de todas as partes. Ele indicou que a ratificação seria feita de acordo com o processo constitucional de cada estado, que o governo depositário do acordo seria os Estados Unidos, país responsável pelo registro do tratado de acordo com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas e o artigo 14º estabeleceu que os idiomas dos textos fossem o francês, o espanhol, o inglês e o russo, pois contemplavam a maioria dos países que assinaram o Tratado.

O conjunto de artigos que compõe o Tratado faz um detalhamento das principais resoluções que o grupo de países membros originais adotou na conferência de Washington, e apresenta um documento resumido, mas que aborda as principais questões com destaque para as resoluções que tratam da questão científica, valorizando a cooperação internacional, a difusão dos dados gerados na Antártica para toda a comunidade e a desmilitarização da região (Joyner, 1998).

2.3.2 O Sistema do Tratado da Antártica

A gestão do continente antártico é feita por diferentes acordos internacionais que estão reunidos no Sistema do Tratado Antártico. Esses acordos foram organizados de forma integrada com o objetivo de regular as atividades e os governos que atuam na região. O Sistema reúne o Tratado da Antártica; a Convenção para a Conservação de Focas Antárticas – CCAS (Sigla em inglês); a Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica – CCAMLR (Sigla em inglês); a Convenção para a Regulação de atividades sobre recursos minerais antárticos – CRAMRA (Sigla em inglês) e o Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente. Essas medidas foram criadas pelos membros signatários com o objetivo de ampliar as recomendações e leis para que a gestão do continente atue como uma reserva dedicada à paz e à ciência (Rocha- Campos, 1996).

Os atores do Sistema do Tratado Antártico estão divididos em diferentes grupos com determinadas características, atribuições e interesses. Os países que fazem parte do Tratado podem ser classificados em três grupos:

a) os que são parte consultiva, que participam das reuniões do Tratado com voz e voto e que assinaram o instrumento jurídico;
b) os que não são partes consultivas que só podem apresentar demandas, sem participar da votação e
c) os observadores que são formados por diferentes organizações que possuem experiência na Antártica com destaque para as não governamentais e as internacionais (Jose Acero, entrevista realizada em abril de 2007).

Até 2008, o Tratado possuía 28 partes consultivas (África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Bulgária, Chile, China, Coréia do Sul, Equador, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Índia, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Holanda, Peru, Polônia, Reino Unido, Rússia, Suécia, Ucrânia e Uruguai) e dezoito partes não consultivas (Áustria, Bielorússia, Canadá, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Estônia, Grécia, Guatemala, Hungria, Papua Nova Guiné, República Checa, República Eslováquia, República Popular da Coréia, Romênia, Suíça, Turquia e Venezuela). Os observadores podem expressar suas opiniões, mas não participam do processo de tomada de decisão. Entre eles destacam-se dentro do sistema: o Comitê Científico sobre Pesquisas Antárticas - SCAR (Sigla em inglês); o Conselho de Administradores de Programas Nacionais Antárticos – COMNAP (Sigla em inglês) e a Comissão da Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos – CCAMLR (Sigla em inglês). Além desses, outros observadores fora do sistema participam das reuniões como a União Internacional para Conservação da Natureza-IUCN (Sigla em inglês); o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – PNUMA (Sigla em inglês); a Organização Internacional Hidrográfica – IHO (Sigla em inglês); a Organização Meteorológica Mundial – WMO (Sigla em inglês); a Associação Internacional de Operadoras de Turismo Antártico – IAATO (Sigla em inglês) e a Coligação do Oceano Antártico e Austral – ASOC (Sigla em inglês).

Os países da América do Sul que participam do fórum do Tratado da Antártica são:

a) A Argentina e o Chile, considerados membros signatários originais, pois contribuíram para a elaboração do Tratado da Antártica;
b) O Brasil, o Equador, o Peru e o Uruguai membros consultivos, que aderiram ao Tratado, após a sua entrada em vigor;
c) A Colômbia e a Venezuela que são considerados países membros não consultivos, ou seja, participam das reuniões, mas não possuem poder de decisão (ATS, 2008).

A administração do Tratado é realizada em reuniões periódicas de seus membros, em sedes alternadas e denominadas de Reuniões Consultivas do Tratado Antártico (ATCM). O processo de tomada de decisão se baseia em um sistema de consenso, de maneira que nenhuma decisão é adotada, caso haja objeção por parte de algum país. A conseqüência desse tipo de sistema é o longo tempo para se aprovar uma decisão e o fato que os níveis de acordo são mais frouxos (Sanchez, 2007).

O Sistema do Tratado Antártico é formado pelos seguintes instrumentos legais: o tratado, as medidas, decisões e resoluções das reuniões das partes contratantes e as três convenções e o protocolo de meio ambiente. Nas primeiras reuniões do Tratado foram elaboradas recomendações aos países signatários e que recebiam este nome até 1994, quando foram divididas em três grupos: medidas, decisões e resoluções. A medida é um texto com disposições que serão legalmente vinculantes uma vez que tenham sido aprovadas pelas partes consultivas do Tratado e só entram em vigor após a notificação de todos, sobre a sua aprovação interna. A decisão é um texto adotado durante uma reunião que trata de um tema interno sobre a organização e se tornará vigente no momento de sua aprovação. A resolução é um texto exortativo, ou seja, de persuasão e será adotado durante uma determinada reunião. É uma proposição não vinculante que não precisa tramitar e nem ter aprovação interna dos governos (Brito, 2008).

As convenções que formam o Sistema são: a Convenção para a Conservação das Focas Antárticas; a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos; a Convenção sobre Regulação das Atividades Associadas aos Recursos Minerais Antárticos e o Protocolo ao Tratado Antártico sobre Proteção do Meio Ambiente. Apesar da Convenção sobre Recursos Minerais não ter entrado em vigor,

alguns autores entendem que essa convenção faz parte do sistema, pois ela foi discutida e negociada e gerou conceitos que são ferramentas fundamentais para se entender a evolução do tratado (Joyner, 1998, p.73, Sanchez, 2007). Outras recomendações importantes foram as "medidas de consenso para a conservação da fauna e flora antárticas", aprovadas em função da falta de proteção para as espécies nativas, e a preocupação com a introdução de espécies exóticas. Elas compõem as recomendações anexadas ao relatório final da reunião que ocorreu em 1964. O objetivo era proteger a fauna e a flora, em função do aumento das atividades humanas no continente e incentivar a pesquisa científica e o uso racional da flora e fauna. Estas medidas criaram também a área antártica especialmente protegida (ASPA), onde as atividades só podem ser realizadas com licença e até a pesquisa é restrita. As medidas de conservação abrangem o espaço terrestre, aéreo e as placas de gelo, com exceção do alto mar. A fiscalização desta recomendação foi designada para as autoridades nacionais, pois o monitoramento internacional não possui mecanismos para coordenar as informações dos estados (Jose Acero e Rodolfo Sanchez, entrevistas realizadas em abril de 2007).

A Convenção para a Conservação das Focas Antárticas – CCAS (Sigla em inglês) foi aprovada em 1978, com o objetivo de proteger as focas da captura excessiva para o comércio, como ocorreu no início da descoberta da região. Como os números aumentaram novamente, a proteção das espécies se fez necessária. Esta convenção foi discutida em uma reunião especial sobre o tema de proteção das focas, em 1972, em Londres. Este assunto interessava a outros estados, além das partes contratantes do Tratado e, por isso, se pensou em elaborar um acordo internacional fora do processo consultivo da Antártica. A proposta aprovada impede a captura de três espécies de focas (foca-de-Ross, foca-elefante e de lobo-marinho) e regulamenta as permissões para captura com número limitado de três espécies (foca-leopardo, foca-de-Wendell e foca caranguejeira). A operacionalização conta atualmente com o apoio do SCAR, que recebe todas as informações dos países que enviam seus dados de maneira a permitir o conhecimento sobre os números capturados. Esta convenção está diretamente ligada ao tratado, pois faz referência a ele no seu preâmbulo, além de atuar na mesma área. Apesar de ser um tema de interesse geral, somente os países membros do Tratado assinaram o acordo (Ferreira, 2005, Sanchez, 2007, CCAS, 2008).

A Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos – CCAMLR (Sigla em inglês) foi criada com o objetivo de proteger o ecossistema marinho, regulando as atividades realizadas em alto mar. A preocupação com o declínio da pesca em todo o mundo e a imposição das 200 milhas náuticas da Zona Econômica Exclusiva atraiu pescadores para a área sul do planeta. Além disso, a pesca excessiva do krill, crustáceo que vive nas águas antárticas e é importante para a alimentação de outros animais, contribuiu para a criação do acordo. Em 1975, os representantes indicaram a necessidade de um maior esforço para o desenvolvimento de programas nacionais de pesquisa científica relacionadas com a biologia marinha. Com essa indicação, criou-se o Programa de Investigação Biológica do Sistema Marinho Antártico e seu estoque – BIOMASS (Sigla em inglês) com coleta de dados em duas fases; a primeira com o estudo do krill e a segunda com a relação entre as espécies e a estrutura do oceano. O acordo foi elaborado em 1980, entrou em vigor em 1982 e é aplicado para todos os recursos marinhos vivos que vivem na convergência antártica. A Convenção é formada por uma comissão, um comitê científico e um secretariado, localizado na Austrália (Joyner, 1998, CCAMLR, 2008).

A Convenção sobre Regulação das Atividades Associadas aos Recursos Minerais Antárticos – CRAMRA (Sigla em inglês) foi criada a partir das informações científicas sobre as possíveis reservas de hidrocarbonetos no mar de Ross; do embargo pelos países árabes, na década de 1970, da exportação de petróleo para o ocidente e da possível exploração e comercialização das reservas minerais. Os primeiros trabalhos para a elaboração da proposta foram apresentados durante a XI Reunião Consultiva do Tratado da Antártica e tiveram a sua continuação em uma reunião especial na Nova Zelândia em junho de 1982. O acordo foi formado por sessenta e sete artigos e um anexo, que criou um tribunal de arbitragem, além de ser composto por uma Comissão sobre os Minerais Antárticos; uma Reunião Especial de Estados Membros; um Conselho Assessor Científico; os Comitês de Regulação que seriam estabelecidos em cada região passível de exploração e uma secretaria (Rothwell, 1990, Ferreira, 2005). Esta Convenção não entrou em vigor, em função da falta de consenso entre os países que envolviam assuntos como as reivindicações territoriais e a proteção do meio ambiente, mas alguns autores como Joyner (1998) acreditam que ela foi um importante marco nas discussões de implantação do Sistema do Tratado Antártico, por atuar como

um complemento de proteção ambiental às outras regras aprovadas anteriormente. A falta de apoio dos países e uma forte campanha mundial, das organizações não-governamentais ambientalistas, contra a exploração da região favoreceram o surgimento de uma nova negociação para a proteção do meio ambiente antártico.

O acordo internacional para proteção do meio ambiente antártico teve início na XV Reunião Consultiva do Tratado da Antártica em 1989, quando foi proposta a celebração de uma reunião especial sobre o tema. As opções de negociação indicavam três propostas: a emissão de um pacote de medidas, a elaboração de um protocolo ou uma convenção. Após quatro reuniões especiais, o Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente – Protocolo de Madri foi aprovado e tem como objetivo prescrever normas ambientais; proibir a exploração mineral que não seja para fins científicos; assegurar a proteção global do meio ambiente da Antártica e de seus ecossistemas dependentes e associados. Ele entrou em vigor em 1998 e possui vinte e sete artigos que detalham as resoluções, com destaque para a criação de um Comitê de Proteção Ambiental (CEP) e a inclusão da avaliação de impacto ambiental para as atividades propostas para a região. Além disso, foi criado também um Tribunal de Arbitragem e seis anexos ao Protocolo (Sanchez, 2007).

Os anexos ao Protocolo tratam de temas que contribuem para o monitoramento das atividades que interferem no ambiente antártico e estão divididos nos seguintes temas:

a) Anexo 1 – Avaliação de Impacto Ambiental
b) Anexo 2 – Conservação da Fana e da Flora da Antártica
c) Anexo 3 – Eliminação e Gerenciamento de Resíduos
d) Anexo 4 – Prevenção da Poluição Marinha
e) Anexo 5 – Proteção e Gerenciamento de Áreas
f) Anexo 6 – Responsabilidade sobre emergências ambientais

O CEP tem a função de recomendar e formular resolução para a ATCM nos temas relacionados com as resoluções do protocolo e de seus anexos. As reuniões do comitê são anuais e realizadas junto com as reuniões das partes contratantes. O CEP conta com a colaboração das organizações que atuam no Tratado como o SCAR,

responsável pela organização das linhas de pesquisa para o continente e assessoramento técnico ao Tratado e o COMNAP, que tem como objetivo ser um fórum de discussão sobre as questões logísticas dos programas antárticos nacionais (Rocha- Campos, 1996, p. 16, ATS, 2008).

Estes instrumentos, que formam o Sistema, contribuem para a regulamentação das atividades na região e criam um arcabouço jurídico que pretende proteger a região, considerando as suas especificidades. A figura 1 representa um esboço do Sistema do Tratado Antártico com os seus componentes, formados pelos acordos internacionais e as medidas, decisões e resoluções discutidas durante as ATCMs.

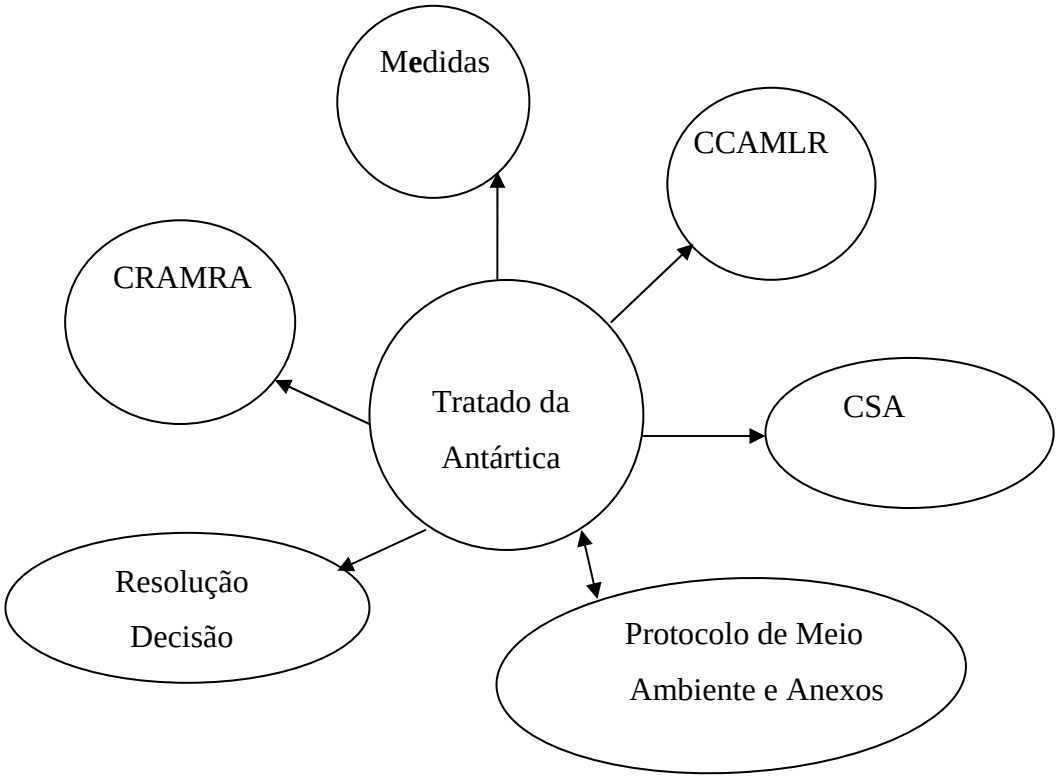


Figura 1: Os instrumentos legais que formam o Sistema do Tratado Antártico (STA). Fonte: Adaptado de Joyner, 1998, p. 97.

Cada componente do Sistema foi criado para suprir lacunas do Tratado e cada acordo possui suas próprias normas, regras, regulamentos e procedimentos. O acordo central é o Tratado da Antártica que reúne as principais regras para a gestão do continente antártico. O Sistema possui as seguintes Convenções: para a Conservação das Focas Antárticas, para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos e sobre a Regulação das Atividades Associadas aos Recursos Minerais Antárticos, que apesar de não ter entrado em vigor, contribuiu para a discussão sobre a questão da exploração dos recursos minerais e a conservação dos recursos naturais.

O acordo firmado em 1959 indicava em seu artigo 12 que qualquer parte consultiva poderia sugerir uma revisão do Tratado, após trinta anos de vigência. O texto do artigo garantia aos membros a possibilidade de modificar o acordo (Rothwell, 1990). Em 1991, os países se reuniram para fazer a revisão do Tratado da Antártica, que continuou com os mesmos artigos, mas com um novo conjunto de regras para a proteção do meio ambiente antártico, denominado Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção do Meio Ambiente.

Na XXIV ATCM, em 2001, foi aprovada a decisão de se implantar a Secretaria de apoio ao Tratado em Buenos Aires, quando a oferta da Argentina foi finalmente aceita, após vários vetos do Reino Unido. Em 2004, a Secretaria iniciou suas atividades, com o objetivo de dar apoio administrativo às reuniões e ao Comitê de Proteção Ambiental (CEP).

2.3.3 A "Questão Antártica" na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)

A elaboração de um acordo internacional para a Antártica passou por diferentes tentativas de gerenciamento da região até a entrada em vigor do Tratado da Antártica, em 1961. Os países que não faziam parte do grupo que atuava na região procuraram levar a discussão para um fórum maior, o da Assembléia Geral da ONU. A primeira tentativa de se discutir o assunto foi durante a 11ª sessão da Assembléia–Geral da ONU, em fevereiro de 1956, antes da aprovação do Tratado da Antártica. A Índia apresentou um requerimento para incluir na pauta a questão antártica, em função do interesse

despertado pelo Ano Geofísico Internacional em 1957/58 e das disputas de soberania na região, datadas do início do século XX. A proposta tinha como mentor o chefe da delegação indiana Krishna Menon, um defensor da independência das colônias dominadas pela Europa. Em função de várias objeções das delegações do Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Argentina e Chile, o tema não foi considerado e em setembro do mesmo ano foi reformulado para tratar da questão pacífica de utilização da região. Este também não foi discutido e logo depois retirado da pauta (Howkins, 2008, p. 273). A Índia solicitou a inclusão novamente da "Questão Antártica" na 13ª sessão da Assembléia-Geral da ONU em 1958, mas não foi considerada sob novos protestos da Argentina e do Chile (Moreira, 1982, p. 70).

O tema da Antártica no fórum da ONU foi novamente apresentado na época em que as Partes Consultivas do Tratado discutiram a possibilidade da exploração dos recursos minerais na região, na década de 1980. Um grupo de países liderados pela Malásia, Antigua e Barbuda apresentou a proposta de internacionalização da Antártica na ONU, com base no princípio de patrimônio comum da humanidade (Villa, 2001). Durante toda a década de 1980, o tema esteve presente na ONU, na forma de resoluções e estudos sobre os aspectos da questão antártica, sobre a proposta de convenção para a exploração dos recursos minerais, sobre a presença da África do Sul como membro do Tratado e a possibilidade de excluir o país em função do regime de segregação racial e sobre questões de meio ambiente (Beck, 2004).

As intervenções de países do terceiro mundo na ONU sobre a Antártica contribuíram para a transparência nas informações sobre a gestão do continente. Além disso, houve um aumento da cooperação entre os países membros e as organizações internacionais no âmbito da ONU. Apesar da tentativa desses países em discutir a possibilidade de internacionalização da região, os signatários do Tratado da Antártica não permitiram que a proposta fosse aceita, o que garantiu que o poder sobre as decisões de gestão da Antártica continuasse relacionado com as regras e a organização referente ao Tratado (Villa, 2004, p. 88).

Este capítulo apresentou uma retrospectiva histórica desde o descobrimento do continente até a criação do acordo internacional de cooperação para a administração da

Antártica. As disputas territoriais, principalmente entre Argentina, Chile e Reino Unido, fizeram com que várias tentativas de resolução do conflito fossem pensadas. Com a organização do Ano Geofísico Internacional a ciência foi uma questão que favoreceu a tentativa de resolução do conflito territorial, com a elaboração do Tratado da Antártica como forma de administrar as ações na região. A criação e a estrutura de organização do Tratado da Antártica foram descritos com o objetivo de analisar as peculiaridades do acordo.

No próximo capítulo serão apresentados os dados históricos sobre a relação do Brasil e da Argentina com a região Antártica, antes da elaboração e vigência do Tratado da Antártica, com destaque para as semelhanças e diferenças da política dos países para a região antártica.

Capítulo 3

O Brasil e a Argentina: interesses na Antártica

O mar sempre foi alvo de interesses dos povos, quer pelos recursos naturais passíveis de exploração, quer pela possibilidade de descobrir novas terras. Entre os séculos XV e XVI ocorreram grandes expedições marítimas organizadas por países como Portugal, Espanha, Holanda, Reino Unido e França com o objetivo de firmar parcerias comerciais na Ásia e conquistar novos territórios.

O Brasil foi uma colônia portuguesa e todo o aparato de uma administração centralizada, burocrática e patrimonialista foi transplantado para o Brasil já em 1548. Quando o Brasil se tornou independente em 1822, a linha de continuidade da administração não chegou a ser cortada completamente, um fato importante que contribuiu para a institucionalização estável do governo brasileiro durante o período colonial e a segunda metade do século XIX (Schwartzman,1979).

Ao longo da história brasileira a Marinha enfrentou períodos em que o poder naval foi diminuído, como no final do Império. A geopolítica brasileira que englobou a questão da Antártica foi criada dentro de um contexto de expansão marítima, que era uma nova corrente de pensamento geopolítico brasileiro, pois o país, em termos de expansão territorial, sempre valorizou a parte continental, com interesse em conquistar as terras do interior do continente (Child, 1988, p. 147). No século XX, a Marinha Brasileira contribuiu com sua experiência no mar para desenvolver as atividades de apoio logístico para o desenvolvimento do Programa Antártico Brasileiro, auxiliando as pesquisas na região fria e inóspita da Antártica.

No caso argentino, a frota naval foi criada durante a Revolução de Maio, que tinha como objetivo a emancipação do vice-reinado do Prata da Coroa Espanhola, no

início do século XIX. A Argentina possuía uma visão geopolítica de expansão territorial que valoriza três regiões: a continental, a insular e a da Antártica (Child, 1988, p.65). A grande preocupação com as disputas de fronteiras com o Chile fez com que a Argentina reorganizasse e investisse na sua frota naval, o que pode ter contribuído na atuação do país na Antártica já em 1902, com a administração de um observatório de meteorologia na Ilha de Ano Novo, ao norte da ilha dos Estados, com o objetivo de usar os dados meteorológicos em outras expedições que seriam realizadas mais ao sul (Genest, 2005, p.14). A Argentina em 1816 se tornou independente e o investimento nas forças armadas possibilitou a atuação na Antártica, fruto de seu interesse territorial na área do pólo sul.

O Brasil se tornou república em 1889 e na sua constituição de 1891 foi adotado o sistema presidencialista com competências diferenciadas entre a União e os estados. O novo regime foi reconhecido pelas nações americanas, com destaque para o Uruguai e a Argentina, que foram os primeiros a acolher o novo regime brasileiro.

A Constituição argentina de 1853 adotou o sistema com a divisão entre os poderes da República e com competências diferenciadas entre o governo federal e as províncias (Fausto e Devoto, 2004). O texto desta constituição indicou que é faculdade privativa do Presidente da Nação Argentina tratar sobre os assuntos referentes às relações exteriores e a capacidade de celebrar tratados internacionais e que Congresso deve aprovar ou recusar os Tratados. O acordo é aprovado ou recusado por lei, e para que entre em vigor é preciso que haja a ratificação pelo Poder Executivo Nacional, por meio da Chancelaria (Salviolo, 2005, p. 16).

As relações de Brasil e Argentina no período de 1889 até 1902 estavam centralizadas em três assuntos: “as relações comerciais, a preocupação com o rearmamento naval da Argentina e a eventual hegemonia desta na região platina” (Cervo e Bueno, 2008, p. 168). As disputas de territórios na parte sul do continente e nas ilhas sub-antárticas não eram objeto de discussão entre os dois países, pois o Brasil não demonstrava interesse, naquele momento, em atuar naquela região.

O período anterior a elaboração do Tratado da Antártica em 1959 foi marcado por diferentes eventos na esfera internacional tais como: o aumento no número de expedições de interesse científico ao pólo sul; as disputas territoriais na região com a participação de países da América do Sul, como Argentina e Chile; o início da Segunda Guerra Mundial; a inserção do tema da questão antártica na Assembléia Geral da ONU (1946) e a organização de eventos de cooperação científica como o segundo Ano Polar Internacional (1932/1933) e o primeiro Ano Geofísico Internacional (AGI/1957-1958). A instalação de diferentes estações científicas durante o AGI foi uma maneira que alguns países, como a Argentina, encontraram de se apossar de um setor específico na região, demarcando os seus setores. O AGI foi um marco importante tanto para o investimento em ciência polar, quanto para a criação do acordo internacional que iria possibilitar a cooperação para a administração da região Antártica. Os onze países, incluindo a Argentina, que instalaram estações de pesquisa na Antártica por ocasião do evento científico foram convidados pelos Estados Unidos a elaborar o Tratado da Antártica, como já foi descrito no capítulo dois.

A ação dos governos do Brasil e da Argentina para o continente antártico foi marcada por eventos importantes ocorridos em distintas fases. O presente capítulo está dividido em duas partes:

a) A primeira parte que aborda o contexto histórico do final do século XIX, marcado pelas expedições científicas, pelas disputas por territórios e pelo interesse econômico. A efetiva ocupação do continente pela Argentina já indicava o interesse do país, em contraste com a pouca atividade do Brasil na região;
b) A segunda parte apresenta a política argentina para a Antártica, no período anterior à assinatura do Tratado e as primeiras ações dos estudiosos de geopolítica e do governo em prol de uma atuação brasileira na gestão do continente.

3.1 A Ciência, soberania e economia na região

A descoberta do continente incentivou a presença de diversos aventureiros, caçadores e pesquisadores ávidos por conhecer e comercializar os recursos naturais

daquela parte do planeta ainda intocada. No capítulo dois foram apresentados os dados históricos sobre as diversas expedições realizadas por nações, associações científicas e comerciantes que fizeram a história da Antártica. Esta parte apresentará as ações dos governos do Brasil e da Argentina para o continente, antes da elaboração do acordo de cooperação internacional, focalizando em três vertentes relevantes: a científica, a disputa de territórios e a econômica.

3.1.1. Os interesses científicos

Os pólos despertaram o interesse dos cientistas europeus na medida em que serviam como pontos de pesquisa para novas descobertas no campo da meteorologia, da geologia, da comunicação e do transporte como no caso das pesquisas realizadas no pólo norte e nas áreas de magnetismo, astronomia e meteorologia como no caso do pólo sul.

Segundo Coelho (1983), o primeiro exemplo de cooperação científica internacional na Antártica foi em 1874, quando a Alemanha, os Estados Unidos, a França e o Reino Unido realizaram observações na região sub-antártica e nesta época, a expedição Challenger recolheu amostras do fundo oceânico, que confirmaram a existência de um continente nos limites do círculo polar.

A organização de um Ano Polar Internacional foi sugerida por um oficial naval e explorador austríaco Karl Weyprecht, como já foi relatado no capítulo dois. O evento foi realizado entre os anos de 1882-1883 e contou com a participação de cientistas que coletaram dados em duas estações científicas localizadas no pólo sul e em treze estações no pólo norte. Na região sub-antártica, as estações foram instaladas pela França, na baia Orange, na ponta sul da Terra do Fogo e pela Alemanha, na baia Royal nas ilhas Geórgias do Sul.

O Brasil não demonstrou interesse na pesquisa ou exploração da Antártica durante os séculos XVIII e XIX e as primeiras notícias que relacionam o Brasil com a Antártica foram as seguintes:

a) O apoio de D. Pedro II a uma expedição científica para investigar a passagem do planeta Vênus sobre o disco solar em 1882;

b) O apoio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro às expedições científicas como a do belga Adrian de Gerlach no final do século XIX e a do francês Jean Baptiste de Charcot. O capitão belga deu nomes de personalidades brasileiras a acidentes geográficos como a ilha Cruls e as ilhas Sampaio Ferraz e a expedição de Charcot batizou duas montanhas localizadas em um arquipélago com os nomes de Rio Branco, Alencar e Pernambuco em retribuição ao auxílio brasileiro (Capozzoli, 1991, Santos, 2004, Ferreira, 2005, BRASIL, 2007).

A primeira expedição científica brasileira para as terras sub-antárticas ocorreu em 1882, quando D. Pedro II enviou cientistas em uma expedição para Punta Arenas, no Chile, para coletar dados durante a observação da passagem de Vênus sobre o disco solar usando a corveta Parnahyba, comandada pelo Capitão-de-Fragata Luiz Philippe de Saldanha da Gama. A expedição chefiada pelo astrônomo e diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, Luis Antônio Cruls, fazia parte de um acordo de cooperação científica com a Academia de Ciências Francesa e tinha como objetivo utilizar a trigonometria para se conhecer a distância mais precisa entre a Terra e o Sol. Os Anais do Império registraram as críticas dos parlamentares, com destaque para Silveira da Motta, e da imprensa, por meio da publicação Revista Ilustrada, ao apoio financeiro obtido de D. Pedro II. O deputado alegava que este tipo de despesa não traria benefícios ao país (Capozzoli, 2004).

Na Argentina, a primeira proposta de expedição foi apresentada por Giácomo Bove, em 1880, com o objetivo de alcançar o mar de Ross e que teria duas fases, a primeira chegando até o extremo sul do país e a segunda até o continente antártico. Em 1881, a expedição cumpriu com o seu primeiro objetivo, mas a segunda parte não foi realizada, deixando apenas uma série de documentos oficiais que demonstravam a intenção oficial do governo em dominar aquele território (Comerci, 1979, Capdevila y Comerci, 1984). Em 1899, uma resolução do VII Congresso Geográfico Internacional e da Sociedade Real de Geografia de Londres convidou o governo argentino a participar da Expedição Internacional Antártica, com a gestão de um observatório meteorológico e magnético nas ilhas dos Estados. Os dados foram coletados sem interrupção de 1902 até 1917, firmando uma cooperação científica entre a Argentina e os países europeus.

Nesta época, o governo auxiliava com provimentos os navios que passavam por Buenos Aires rumo às terras do Sul. A expedição sueca comandada por Otto Nordenskjold foi uma dessas que levou a bordo um oficial da Armada Argentina em 1901 para invernar na base instalada na colina Nevada ao noroeste da Terra de Graham. O governo argentino também se mobilizou para resgatar os náufragos desta expedição com o auxílio do navio Uruguai e este fato faz parte da historiografia argentina na Antártica (Genest, 2005, p.19, Howkins, 2008).

A Sociedade de Edimburgo na Escócia organizou no final de 1902 uma expedição comandada pelo naturalista William Speirs Bruce com o objetivo de explorar o mar de Weddell e desenvolver pesquisas na área de geologia, magnetismo e meteorologia. Em 1903, com o término da expedição o capitão Bruce ofereceu as instalações rudimentares construídas nas ilhas Orcadas para o governo argentino continuar com as medições meteorológicas. O acordo de doação do observatório ao governo argentino foi firmado pelo Presidente Julio Roca e pelo explorador por meio de um decreto de 1904 que indicava a intenção do governo de se estabelecer na região levando em consideração as conveniências científicas e práticas. Uma equipe da Armada foi deslocada para permanecer nas ilhas, caracterizando assim a primeira ocupação permanente da região. A direção geral da empresa de Correios e Telégrafos designou um funcionário responsável pelas correspondências, o que caracterizou a instalação da primeira agência dos correios na Antártica. Além disso, as pesquisas sobre hidrografia e relevos eram realizadas por oficiais do Serviço de Hidrografia Naval (Comerci, 1979)

Outra medida que mostrou o interesse argentino na região foi a do governo do Presidente Manuel Quintana (período de 1904-1906) que comprou um navio polar com o objetivo de fortalecer os estudos de diferentes disciplinas antárticas. O explorador francês Charcot vendeu o navio polar Le Français que foi rebatizado de El Austral. A lei nº 5614 de 23 de outubro de 1905 aprovou a compra do navio e destacou a importância da continuidade das pesquisas nas áreas de oceanografia, bacteriologia, meteorologia entre outras iniciadas pela oficina meteorológica e de pesca do Departamento de Agricultura, que utilizava os navios da Armada Argentina, mas que não eram apropriados ao trabalho. Este navio só funcionou até 1907, pois naufragou durante uma

tempestade. A partir desse fato, as ações do governo argentino em relação à Antártica foram aumentando com a construção de novas bases (de administração militar), com emissão de selos e a continuidade na pesquisa científica e cartográfica, sendo que a primeira carta náutica argentina da Antártica foi produzida em 1916 (Genest, 2005).

Em 1906, a Argentina participou do Congresso Internacional para o Estudo das Regiões Polares em Bruxelas e uma das recomendações foi a realização e coordenação de expedições polares. Nesta época, foi criada a Comissão Polar Internacional que se reuniu novamente relatando que dos vinte e dois países convidados a participar, somente onze haviam aderido ao estatuto. A reunião seguinte deveria ocorrer em 1916, mas em função da Primeira Guerra Mundial foi cancelada e a Comissão dissolvida (Panzarini,1966).

Entre 1920 e 1930, a Argentina continuou realizando as medições no observatório meteorológico das ilhas Orcadas do Sul e contava com auxilio da Defesa para o deslocamento do navio com provimentos para a equipe. Em 1927, foi instalada a primeira estação telegráfica nas ilhas, além da construção de prédios destinados aos serviços especializados e o aos moradores permanentes (Azambuja, 1981). O primeiro vôo antártico foi realizado em 1928 durante a expedição antártica Wilkins-Hearst patrocinada pela Sociedade Geográfica Americana. As dificuldades encontradas para o uso do avião na região perpassavam pelo pouco conhecimento da geografia antártica e pela falta de previsões meteorológicas. O avião foi usado inicialmente como plataforma de operação para máquinas fotográficas, exploração e reconhecimento dos gelos. O primeiro projeto argentino de vôo foi desenvolvido em 1926 com a cooperação do Instituto Geográfico Argentino e entregue ao Poder Executivo. O avião proposto era um hidroavião bimotor que levaria uma equipe de radiotelegrafista, fotógrafo, cineasta e vários pesquisadores. O projeto não foi concretizado, pois o avião sofreu um acidente e o projeto foi abandonado (Palazzi, 2005).

O real interesse no continente antártico demonstrado pelo governo argentino neste período, por meio do efetivo aporte financeiro para o deslocamento e para manutenção da estação meteorológica nas Ilhas Orcadas do Sul e a pesquisa antártica reafirmavam a perspectiva de soberania absoluta sobre um setor na Antártica.

Um grupo de cientistas da Sociedade Internacional para a Exploração do Ártico sugeriu a organização de um segundo Ano Polar Internacional, com o objetivo de comemorar os cinqüenta anos do primeiro evento e coletar dados nos dois pólos relacionados com as medições geomagnéticas, a aurora, a navegação marítima e aérea, a previsão do tempo e a comunicação. O evento ocorreu depois da Primeira Guerra Mundial e foi proposto pelo Dr. J. Georgi em Hamburgo em 1927. A proposta foi apresentada na Conferência Internacional de Meteorologia em 1928, na Dinamarca, e seguiu para a Organização Internacional de Meteorologia. A grande depressão econômica que o mundo enfrentava prejudicou a adesão dos países. Um dos motivos alegados para o adiamento do evento foi, além do econômico, o fato de que o período não era favorável aos estudos relacionados com o sol e terra. Apesar disso, a comissão coordenada pelo geofísico dinamarquês Dan Barfor La Cour trabalhou em prol da realização das pesquisas. A Fundação Rockfeller doou quarenta mil dólares para a aquisição de material de pesquisa magnética (Pellinen, 2008). Com o início da segunda guerra mundial, logo após a coleta dos dados, muitos experimentos se perderam com a destruição de observatórios meteorológicos e os dados só foram organizados novamente por um Comitê formado em 1946/1950.

No final da década de 1930, os governos europeus, interessados nas pesquisas polares, incluindo a Noruega, convocaram os países para a realização de uma Exposição Polar Internacional e um Congresso de Exploradores Árticos programados para ocorrer em 1939. A Noruega tinha interesse na região em função de sua indústria baleeira e por meio desta reunião, ela tentaria resolver as disputas territoriais. A Argentina realizava ações na região desde o século XIX e o seu interesse por territórios antárticos era reforçado pelas várias atividades realizadas no continente. O Chile também iria participar e com isso a diplomacia argentina propôs que os dois países trabalhassem juntos para defender seus direitos. Em função do início da Segunda Guerra Mundial em 1939, os eventos não ocorreram, mas contribuíram para que a Argentina iniciasse o processo de internalizar as atividades desenvolvidas na Antártica em sua política.

A atividade científica propriamente dita da Argentina só se iniciou a partir de 1951, com a criação do Instituto Antártico Argentino, mas desde a instalação da estação

meteorológica que as Forças Armadas desenvolviam trabalhos relacionados com a meteorologia e hidrografia (Fraga, 1985).

Das expedições realizadas por outros países pode se destacar as do australiano Wilkins, do inglês Mawson e do americano Richard Byrd que sobrevoou o Pólo Sul Geográfico pela primeira vez. A expedição financiada pelo governo americano "U.S Antarctic Service", sob o comando do Almirante Richard Byrd, tinha como objetivo fazer pesquisa e levantamento econômico da região, além de intensificar o interesse dos países sul-americanos pelo sexto continente, com o objetivo de evitar a aproximação dos governos da Alemanha e do Japão da área (Moreira, 1982, p. 59). O Brasil recebeu uma nota diplomática dos Estados Unidos comunicando sobre a realização desta expedição e declarando que os americanos não tinham interesse em interferir nos direitos de qualquer país americano sobre a região antártica, mas que o governo informaria aos outros países americanos sobre as suas atividades na região. Com os dados desta expedição, que foi suspensa pelas pressões internacionais da Segunda Guerra Mundial, o explorador Byrd apresentou ao Congresso americano um relatório sobre a expedição em que descreveu a descoberta de cerca de cento e quarenta e sete tipos de minerais entre eles o zinco, ouro, petróleo, o que aumentou a percepção de países como a Argentina e o Chile sobre o valor do continente. As bases Little America II no mar de Ross e East Base na Península Antártica foram estabelecidas durante esta expedição, aumentando o número de bases ou estações dos países na região (Howkins, 2008, p. 42).

3.1.2 Os interesses territoriais

O interesse de vários países na ampliação de seus domínios fez com que alguns reivindicassem territórios na Antártica, interessados na exploração comercial, no ponto estratégico de ligação entre o Oceano Pacífico e Atlântico, que funcionava como uma rota de comércio nos séculos passados. O destaque aqui será para a atuação da Argentina que disputava espaço com o Chile e o Reino Unido, no chamado setor antártico americano.

O encontro dos oceanos Atlântico e Pacífico, no extremo sul do continente americano possui uma infinidade de ilhas e arquipélagos que também foram alvo de disputas territoriais, além da Antártica. O Chile e a Argentina, após a independência da Espanha, possuíam uma política de expansão de seus territórios. A primeira constituição do Chile, de 1822, estabelecia o limite sul do território no rio Bio-Bio e as de 1828 e 1833 indicavam que as fronteiras do território chileno eram delimitadas "desde o deserto de Atacama até o cabo Horn, e desde a Cordilheira dos Andes até o Pacífico, compreendendo o Arquipélago de Chloe, todas as ilhas adjacentes e as de João Fernandes" (Azambuja, 1981, p. 228). O interesse chileno na patagônia argentina fez surgir o primeiro tratado de limites entre Argentina e Chile em 1881, que demarcou os contornos de fronteira entre os dois países.

A Argentina disputou com o Reino Unido a posse das Ilhas Malvinas que se localizam cerca do paralelo 51º Sul e que foram conquistadas por espanhóis, franceses, ingleses e argentinos. No mapa elaborado por Diego de Ribera, em 1520, as ilhas apareciam a leste do Estreito de Magalhães. Várias expedições passaram pelas ilhas e elas receberam diferentes nomes como Hawkins Maiden Land, Sebaldinas, Pepys, e em 1690, o capitão John Strong realizou um amplo reconhecimento do arquipélago e denominou o canal que liga as duas grandes ilhas de Falkland, nome que depois foi ampliado para todo o arquipélago (Azambuja, 1981, p. 197).

Durante a guerra entre Espanha e Inglaterra entre 1739 e 1748, os ingleses procuram um local de apoio para proteger e abastecer os navios que transitavam na região. O Almirante George Anson sugeriu que se fundasse um estabelecimento nas Falklands ou na Terra do Fogo. Quando a Espanha soube do fato evocou os princípios estabelecidos em Utrechet e as disposições ulteriores constantes dos Tratados de Aquisgran, de 1748 e de Madri, de 1750, que ratificaram a proibição de súditos ingleses de navegar nos domínios das índias espanholas (Azambuja, 1981, p. 199). Em 1764, foi instalada nas ilhas uma colônia francesa, composta de marinheiros de Saint Malo que passaram a ser chamados de malvinos e as ilhas conseqüentemente de Malvinas. Com intervenção da Espanha, as ilhas foram repassadas em 1767 ao domínio espanhol.

Outra expedição inglesa foi realizada para as ilhas Peppys e Falkland, em 1765, quando os ingleses tomaram posse de uma ilha nas Malvinas Ocidental. Com isso existiam dois atos de posse com fins de povoamento dos franceses e ingleses. A Espanha, em 1766, determinou ao governo do Prata que retomasse as ilhas, mas a inoperância e a indiferença dos governantes impediu o imediato cumprimento das ordens e somente em 1769, as primeiras medidas concretas para expulsar os ingleses das Falklands (Malvinas) teriam efeito. Os ingleses saíram da região em 1774, mas deixaram uma placa indicando que as ilhas pertenciam ao Reino Unido. Com a independência da Espanha, as Províncias Unidas proclamaram-se soberanas e incorporaram o antigo território do Vice Reinado do Prata, que incluía as ilhas oceânicas periferias e as Malvinas. Em 1823, o governo de Buenos Aires nomeou um governador para as Malvinas e promoveu as concessão de pesca e a ocupação das ilhas. Em 1828, um novo comando político e militar assumiu as ilhas, mas os desentendimentos e arbitrariedades do governador com pescadores, caçadores de focas e donos de embarcações, incluindo uma norte-americana, fizeram com que os Estados Unidos enviassem uma expedição que destruiu o arsenal e declarou a ilha livre de qualquer governo. Apesar do protesto argentino e do envio de um governador para as ilhas, o conflito continuou e a nova república argentina não dispunha de uma força militar ampla para atender a todos os reclamos de soberania. Com isso, o Reino Unido retomou o poder em 1833 e as relações entre os dois países se tornaram difíceis, com os protestos de Buenos Aires que alegava que a usurpação das ilhas era uma violação de sua soberania (Azambuja, 1981, p. 213).

Destaca-se que após a independência da Espanha, os governos independentes possuíam uma vertente expansionista e no caso da Argentina o extremo sul do continente, suas ilhas e a Antártica, era alvo de reivindicações com o objetivo de ampliar o território do país. Isto fez com que as disputas de fronteira com o Chile necessitassem de intervenção diplomática e acordos como o do Tratado de Limites entre as duas Repúblicas. A disputa na fronteira fez que o acordo delimitasse as fronteiras que envolviam a Cordilheira dos Andes, a Terra do Fogo e indicasse que no Estreito de Magalhães se assegurava a navegação livre para as bandeiras de todas as Nações. Um protocolo adicional ao referido Tratado foi assinado com o objetivo de assegurar os limites e esclarecer pontos da área de fronteira do sul do continente que não estavam

definidos no mapa, garantindo que o Chile não solicitaria ponto algum sobre o Oceano Atlântico, assim como a Argentina sobre áreas do Oceano Pacífico (Azambuja, 1981, p. 230, 231).

Apesar dos acordos, as disputas territoriais no sul do continente americano e nas ilhas sub-antárticas entre Chile e Argentina eram contínuas e cada novo evento necessitava de reuniões diplomáticas para solucionar as questões. O presidente do Chile German Riesco autorizou a empresa baleeira de Enrique Fabry e Domingo Herrera a explorar os recursos existentes nas ilhas Diego Ramirez, Shetland e nas terras situadas mais ao sul, mediante o decreto nº 260 de 1906. Essas áreas eram indicadas como territórios argentinos. A diplomacia argentina enviou textos de protestos ao Chile e foram realizadas reuniões com o objetivo de apresentar os limites para os setores em disputa na Antártica. A proposta dizia que "partia de uma base de que ambos os países interessados possuíam direitos sobre a região polar e sobre a referida base se traçaria uma linha divisória, que passaria entre as ilhas Shetland e as Orcadas do Sul, chegando até o pólo sul" (Genest, 2001, Mancilla, 2006). Na ocasião, nenhum acordo foi firmado pelos países e o problema só foi resolvido, em parte, na década de 1940, quando os dois governos editaram decretos sobre seus limites na Antártica. O Reino Unido editou as "Cartas Patentes" reivindicando os territórios na região. A primeira foi emitida em 1908 e continha erros, pois estabelecia a soberania britânica sobre parte do território austral do Chile Continental. Em 1917, foi emitida nova carta com emendas aos erros cometidos e que instituía a jurisdição das Malvinas e Dependências, indicando a soberania sobre arquipélagos na região sub-antártica, incluindo as ilhas Malvinas, Geórgias do Sul, Orcadas do Sul, ilhas Sandwich e os territórios antárticos da Terra de Graham. A disputa por territórios na região foi um dos motivos que indicou a necessidade da criação de um acordo internacional para a área.

A Argentina desenvolveu uma identidade nacional fundamentada em princípios de integridade territorial que perpassou toda a história de sua relação com a Antártica como a questão envolvendo a disputa territorial das Ilhas Malvinas com o Reino Unido e a questão do canal de Beagle com o Chile. Segundo Howkins (2008) o interesse da Argentina na Antártica era resultado da continuação da expansão pós-colonial, marcada pelas guerras entre os países vizinhos como o Chile. A rentabilidade gerada pelo

comércio de pele de foca, de óleo e carne de baleia e o início da Era Heróica, quando as expedições européias se intensificaram na região, incentivaram o governo a atuar na região. O investimento argentino referente à implantação de estações meteorológicas começou em 1902, com o estabelecimento de um observatório na ilha Ano Novo, ao Norte da Ilhas dos Estados, na Terra do Fogo.

As justificativas do governo argentino para a sua soberania na região antártica se baseavam nos títulos herdados da Espanha, em conceitos geográficos, nas atividades de caça a baleias no fim do século XIX e em atos exploratórios como a instalação de uma estação meteorológica. Após a sua independência, o governo apresentou documentos históricos como a Bula papal *Inter Coetera* de 1493, e o Tratado de Tordesilhas de 1494 que estabelecia a divisão dos domínios de Portugal e Espanha descobertos durante as grandes navegações realizadas nos séculos XV e XVI, que incluíam também as terras antárticas (DNA, 1975, Colombo, 1987, Vieira, 2006).

Existia um forte apelo para a consciência antártica na nação argentina e uma crença que ela nunca estaria completa até que suas várias partes (América do Sul, parte insular, antártica e o mar argentino) estivessem sob o controle argentino (Child, 1988). Os geopolíticos argentinos indicavam que a proximidade da Antártica favorecia o papel de guardião da passagem de Drake, localizado entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

No governo de Marcelo T. Alvear (1922-1928) várias nações como França, Noruega e Reino Unido começaram a reclamar terras na região com justificativas de descoberta e exploração. Durante este período, a Argentina e o Reino Unido se desentenderam em relação à instalação da estação de rádio na ilhas Orcadas do Sul e as chancelarias trocaram correspondências, sendo que cada parte sustentava a sua posse das ilhas. Ao final, o governo britânico emitiu uma nota permitindo ao governo argentino manter em funcionamento a estação de rádio. Estes eventos são exemplos que mostram que a disputa dos países na região era um ponto de conflito que iria necessitar de uma regulamentação no futuro, para evitar que um desentendimento maior afetasse as relações diplomáticas dos interessados na questão do pólo sul (Howkins, 2008).

A defesa pela Argentina de territórios no extremo sul pode ser confirmada pela posição adotada pelo país durante a Primeira Reunião de Consulta aos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas que ocorreu no Panamá, em 1939, com o objetivo de proteger as Américas das conseqüências da Segunda Guerra Mundial. Os Estados adotaram a resolução XV que estabelecia como medida de proteção, uma área oceânica em torno do continente americano contra atos hostis de qualquer beligerante não-americano. Durante esta reunião, a Argentina formulou uma reserva que indicava "que dentro de águas adjacentes ao continente sul americano, na extensão territorial de costas que correspondessem a República Argentina, na zona que se delimita como livre de todo ato hostil, não se reconhece a existência de colônias ou possessões de países europeus e mantém intactos os títulos legítimos e direitos da República Argentina sobre as ilhas como as Malvinas, assim como qualquer outra terra argentina que estiver dentro ou além da linha" (Genest, 2001).

Como o Chile também iria participar dos eventos polares na Noruega previstos para 1939, descrito na fase anterior, as diplomacias dos dois países se reuniram para traçar uma política comum de defesa dos direitos de uma Antártica Americana. Os eventos não ocorreram em função da guerra, mas contribuíram para que o governo de Roberto Ortiz se organizasse para levantar dados sobre a soberania argentina, por meio de uma comissão provisória denominada de "Comissão Consultiva Argentina para os assuntos das regiões antárticas" e coordenada por Isidoro Ruiz Moreno, advogado com experiência internacional e próximo do Ministro das Relações Exteriores e Culto, Francisco Clarizza, representante da Marinha e Alfredo Galmarini, representante do Ministério da Agricultura. A Comissão provisória, criada pelo decreto nº 35.821 de julho de 1939, iria organizar a participação argentina e o trabalho desenvolvido mostrou a importância de um organismo coordenador, centralizador e de assessoramento sobre a defesa e o desenvolvimento dos interesses argentinos na Antártica (Colacrai, 2003, Howkins, 2008). Como o evento foi cancelado, a comissão foi extinta, mas em 1940 foi criada, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Antártico, com o objetivo de atender aos interesses nacionais antárticos (Fraga, 1992).

3.1.3 Os interesses econômicos

Os primeiros relatos da expedição de James Cook sobre a enorme quantidade de animais na região antártica, com destaque para as baleias e as focas, marcaram o início do interesse de aventureiros e comerciantes em explorar economicamente a Antártica.

O pólo sul foi alvo de uma série de expedições que tinham como objetivo desvendar o continente e obter lucro com a exploração dos recursos naturais, como as focas e baleias, entre o século XVIII e XIX. As primeiras reivindicações na Antártica foram provocadas pelo interesse econômico de explorar os recursos naturais da região, principalmente dos governos inglês e norueguês, que viam na exploração econômica uma forma de conquistar novos territórios (Schellmann e Kozel, 2005).

Segundo Montalban y Capdevila (2005) existe uma teoria que o descobrimento da Antártica foi realizado por pescadores que procuravam retirar a fauna marinha, como focas, lobos marinhos e baleias, do oceano atlântico ocidental sul e glacial antártico para vender o óleo ao mercado europeu e a pele ao mercado chinês. O óleo era usado para lubrificar máquinas, acender as lamparinas das casas e iluminar ruas de vilas e cidades e a pele era utilizada para a confecção de roupas. A migração dos animais para o sul fez com os pescadores do Rio de La Plata se locomovessem até as zonas antárticas. Os registros de dois barcos argentinos com 14 mil peles de focas no porto de Buenos Aires, em 1820, indicavam que era grande o número desses animais no continente. Na temporada do ano de 1822 foram extraídas 1.200.000 peles, o que quase levou à extinção desses animais. O retorno financeiro proporcionado pelo comércio de pele, carne e óleo de animais da região favoreceu a caça indiscriminada.

O lucro gerado por esta atividade era grande, e fábricas de processamento de carne nas ilhas sub-antárticas foram construídas, com destaque para a Companhia Argentina de Pesca, fundada em 1904, sob a administração de Carl Larsen, explorador e pescador norueguês que investiu na captura de baleias e instalou nas ilhas Geórgias do Sul uma base chamada Grytviken. Esta se destacava por ser um grande centro de caça e beneficiamento de focas e baleias, com uma infra-estrutura industrial e adaptada ao tipo de trabalho que era desenvolvido na região (Alexander, 2002). A empresa de pesca

possuía uma licença do Reino Unido para explorar a caça e pagava uma taxa para atuar na região. Nesta época a indústria baleeira estava atuando de forma intensa e com isso novas fábricas baleeiras foram instaladas, não só nas ilhas Geórgias do Sul, mas também na Ilha Decepção que fazia parte do grupo das ilhas de Shetland do Sul.

Até 1914, dois terços da produção mundial de óleo de baleia eram retirados das águas do sul para a fabricação de sabão, margarina e lubrificantes. Segundo Beck (1988), a pesca da baleia se tornou estratégica, quando se descobriu que a partir de um derivado do óleo se produzia a nitroglicerina, utilizada nos explosivos para a guerra.

O Reino Unido desenvolveu um projeto oceanográfico denominado de Discovery Committee com o objetivo de investigar a vida marinha e coletar o máximo de informação possível para subsidiar uma legislação apropriada para o controle da caça das baleias e focas (Howkins, 2008).

A indústria baleeira era operada por diferentes países como a Argentina, Chile, Alemanha, Noruega, Reino Unido e Japão. A crise econômica de 1929 e a excessiva caça, com um total de 43.129 baleias capturadas no período, causaram uma saturação dos produtos no mercado e conseqüentemente a queda no preço da tonelada de azeite. Os reflexos foram sentidos no ano seguinte com diminuição na taxa de captura, atingindo os 12.988 exemplares (Genest, 2001). Além disso, a invenção do navio fábrica também afetou as fábricas que localizavam no continente, pois os pescadores podiam caçar e economizar os deslocamentos até as fábricas.

No final da década de 1930 ocorreu a primeira Conferência Internacional sobre Baleias com a participação de representantes da Argentina, África do Sul, Austrália, Alemanha, Reino Unido, Irlanda, Nova Zelândia, Estados Unidos e Noruega, com o objetivo de fixar o inicio e o término da temporada de caça da baleia, limite máximo de captura por tamanho de acordo com cada espécie e proteção ao filhotes. Nesta ocasião a Argentina reivindicou novamente seus direitos sobre as ilhas Malvinas e as adjacentes. Segundo Santos (2004), com o quase extermínio das baleias e focas na região sul, a pesca, de maneira ampla, envolvendo todo o tipo de animal marinho, substituiu a caça à

baleia e às focas. Esses recursos biológicos são abundantes nas águas da região, em função da rica oxigenação da água.

As pesquisas geológicas subsidiaram a elaboração de teorias, como a da Deriva Continental, que indicava que continente antártico fazia parte de um super continente do hemisfério sul, denominado de Gondwana. Este continente era formado por parte atuais da América do Sul, da África, Madagascar, Índia peninsular, Antártica, Austrália e Nova Zelândia. Uma ampla distribuição de minerais e pedras preciosas nestes locais indicava que depósitos similares poderiam existir na Antártica também. Outros pesquisadores questionaram a hipótese de Gondwana e especularam que o processo físico de produção de óleo em alguns locais, pode ter ocorrido após a separação do super continente, não afetando a constituição atual da Antártica (Klotz, 1990).

Apesar da descoberta dos minerais, gás e petróleo, a possibilidade de exploração era remota. As dificuldades com a falta de tecnologia adequada e de recursos logísticos e financeiros para a extração, tais como profundidade da plataforma continental, barreiras de gelo, intenso e tormentas no mar inviabilizaram a exploração. A Argentina pretendia superar suas limitações de recursos com a elaboração de projetos em conjunto com outros países (Gendre y Raballo, 2005, p. 196). Este assunto voltou a ser discutido na década de 1980, durante a crise energética que afetou os países.

A Argentina possuía interesse em explorar os minerais e as prioridades seriam:

a) Realizar a exploração na terra e em zonas marinhas mais acessíveis;
b) Desenvolver um programa para exploração da costa ao longo da plataforma continental argentina;
c) Iniciar atividades de prospecção e de exploração no Mar Antártico (Gendre y Raballo, 2005, p. 199)

As atividades brasileiras no continente antártico até a década de 1940 foram insipientes, pois o país não enviou nenhuma expedição à região e não participou de nenhum fórum, congresso ou reunião internacional que discutiu temas antárticos relativos à ciência e exploração de recursos. O interesse do Brasil na região só foi iniciado na década de 1950 com a publicação de artigos que justificavam a presença do

país na Antártica, por meio da exploração econômica (Castro, 1957, 1976, Santos, 2004, p. 56).

3.2 A Antártica: presença argentina e ausência brasileira

As acirradas disputas territoriais na região foram o ponto de partida para a elaboração de uma proposta de acordo internacional para a resolução do problema. Os Estados Unidos propuseram formas de acordo para a internacionalização da região, mas não obtiveram êxito, conforme os dados apresentados no capítulo dois. A Argentina participou de vários fóruns de discussão sobre o tema, pois era um dos países territorialistas, enquanto que o Brasil se manteve afastado das discussões, até a década de 1970. Nesta parte da tese serão apresentados os fatos históricos antecedentes a criação do Tratado.

3.2.1 A soberania Argentina e as expedições militares para a Antártica

O congresso polar da Noruega foi cancelado em função da Segunda Guerra Mundial, mas fez ressurgir no governo argentino a visão estratégica da Antártica. A comissão provisória se transformou em Comissão Nacional do Antártico no governo de Roberto Ortiz, por meio do decreto nº 61852M97/1940, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores e Culto que tinha a missão de propor ao Poder Executivo um plano de ação que apresentasse todos os aspectos relacionados com a Antártica e os interesses argentinos, incluindo dados internos e do contexto internacional (Genest, 2005). Até 1943, a comissão tratou das disputas territoriais com o Chile e o Reino Unido. A Comissão Nacional do Antártico elaborou uma carta para José Maria Cantilo, o Ministro das Relações Exteriores e Culto, sobre os direitos argentinos na região, os aspectos históricos e os benefícios econômicos, estratégicos e aeronáuticos de uma possível reivindicação territorial; sobre as indagações da relação entre soberania e a efetiva ocupação da área, que era inóspita. Além de descrever a teoria dos setores, a existência da Antártica Sul americana e a indicação de um setor para ser reivindicado pelo governo, localizado entre 25º e 68’ 34 Oeste, sul do paralelo 60º Sul (Genest, 2001, Howkins, 2008). A institucionalização de uma instância no Poder Executivo para lidar com o tema fortalecia a posição da Argentina como país territorialista, incluindo nas

suas reivindicações as Ilhas Malvinas. Outro fato que indicava a característica de ampliação de soberania do governo argentino foi a sua participação na segunda Reunião de Consulta aos Ministros de Relações Exteriores ocorrida em 1940, em Cuba, em que novamente a diplomacia argentina fez uma ressalva sobre a presença de colônias européias na America e destacou que as ilhas Malvinas não pertenciam a nenhuma nação européia e sim ao território argentino.

O início da Segunda Guerra Mundial fez com que a Argentina fortalecesse sua ambição territorial, pois o Reino Unido estava envolvido nos combates e sua atuação no hemisfério sul ficou restrita. Em 1940, o Chile declarou formalmente seu território antártico, após receber uma comunicação dos Estados Unidos sobre a expedição "U.S Antarctic Service". O seu território antártico era descrito como o espaço compreendido entre os meridianos 53º e 90º de longitude oeste e o país encaminhou cartas aos Estados Unidos, ao Japão e à Argentina informando sobre o fato, mas eles não reconheceram a reivindicação chilena. Após o anúncio da declaração chilena, o líder da Comissão argentina Isidoro Ruiz Moreno e o líder da comissão chilena Julio Escudero discutiram em uma reunião os limites territoriais que eram sobrepostos, pois os dois países alegavam domínio sobre uma mesma parte do território antártico, mas não houve consenso sobre as fronteiras. O acordo gerado foi sobre a confirmação de que a península antártica pertencia a América do Sul, caracterizada pelos fatos históricos, pelas evidências de continuidade geológica e paleontológica com o continente americano, de similaridades entre a fauna e a flora e da influência direta sobre o clima. O acordo tinha como objetivo fortalecer os países sul-americanos e expulsar o Reino Unido da área, que já havia emitido cartas patentes delimitando o seu território no início do século XX (Howkins, 2008).

A Comissão argentina iniciou uma nova etapa em relação à Antártica, e as atividades no continente tornaram-se rotineiras. O Instituto Geográfico Militar publicou o mapa da República Argentina com a inclusão do setor antártico determinado pelos meridianos de 25º e 74º de longitude oeste e paralelo 60º Sul. Além disso, os argentinos participaram como observadores em uma das fases da expedição americana chefiada pelo Almirante Byrd ocorrida em 1941 (DNA, 1975). A Marinha argentina seguiu a

recomendação da Comissão Nacional do Antártico sobre a questão da soberania argentina e organizou uma expedição.

A expedição do verão de 1941/1942 foi realizada durante o governo de Ramon Castillo que assumiu a presidência no lugar de Ortiz. O navio “1º de Mayo” percorreu vários sítios como a Ilha Decepção, onde foi realizada uma cerimônia de posse, com a bandeira argentina e o depósito de documentos que indicavam que o local pertencia a República Argentina. Além disso, foi realizado um levantamento das fábricas abandonadas de baleias, a instalação de um farol automático no arquipélago Melchior, de balizas nas ilhas Decepção e Observatório e posse das Ilhas Winter (DNA, 1975, Colacrai, 2003 Howkins, 2008). O Chile emitiu um comunicado diplomático sobre o mapa da República Argentina com a delimitação do setor antártico reclamando seus direitos, pois uma determinada área das ilhas Picton, Nueva e Lennox era de domínio chileno.

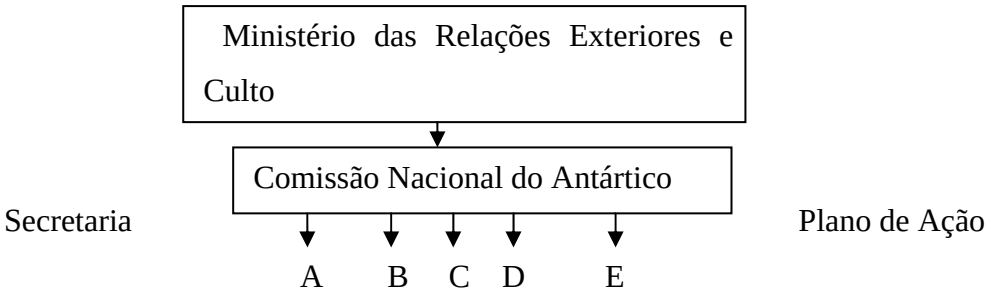
O governo argentino sugeriu ao governo chileno que ambos enviassem expedições ao continente no verão de 1942/1943. Como o Chile não possuía um navio adaptado às condições da região, os oficiais chilenos aceitaram o convite para participar da expedição argentina (Howkins, 2006). Durante a viagem a Argentina realizou cerimônias de tomada de posse de terras em Port Lockroy, na baia Marguerita e na Ilha Decepção, contrariando a tese da Antártica Sul Americana defendida nos anos anteriores junto ao governo chileno. Os testemunhos de posse deixados no ano anterior tinham sido destruídos e substituídos por documentos britânicos, indicando que o governo britânico continuava na defesa de seus territórios, além de formalizar um protesto junto ao Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

Em 1943, ocorreu um golpe militar que depôs o governo de Ramon Castillo, liderado pelo General Rawson logo substituído pelo General Pedro Pablo Ramirez, que representava um grupo de militares defensores do nacionalismo e se caracterizava pelas pretensões de hegemonia argentina na América do Sul e pela aproximação com o nazifascismo (Prado, 1981). Em plena guerra, o gabinete refletia a tensão entre militares nacionalistas e favoráveis a Alemanha e os militares aliados, evidenciando um quadro de instabilidade no governo. Com o governo Ramirez (1943-1944), as atividades na

região foram diminuídas temporariamente, pois segundo Howkins, 2008 não era um tema prioritário na agenda, pois o conflito gerava um custo negativo para a diplomacia e as forças armadas argentinas na arena internacional.

A partir do governo de Farrell (1944-1946) foi feita uma tentativa de reorganização da comissão com a nomeação do meteorologista José Moneta, com experiência na região sul, para a coordenação. As mudanças, realizadas pelo decreto nº 8.507/46, incluíram os representantes do Ministério da Justiça e Instrução Pública, do Ministério da Guerra, do Ministério da Marinha, do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Aeronáutica na comissão que tinha como objetivo elaborar a diretriz de atuação na região, reafirmando em vários fóruns as pretensões de soberania argentinas. Apesar do fortalecimento da comissão com a participação de outras instituições, o apoio solicitado pelo coordenador para a retomada das atividades na Antártica não ocorreu e ele renunciou ao cargo. A Comissão era subdividida em grupos que tratavam da política interna e do direito, da formação das expedições, das instalações na Antártica, dos recursos naturais e de cartografia. As propostas elaboradas pela comissão visavam à soberania e o fortalecimento dos direitos argentinos na região (Genest, 2001, Colacrai, 2003). O quadro de funcionamento da Comissão está apresentado a seguir na figura 2.

Comissão Nacional do Antártico



Subcomissões

A- Política Internacional e Direito

B- Formação de Expedições

C- Instalações na Antártica

D- Recursos Naturais

E- Cartografia

Figura 2: Funcionamento da Comissão Nacional do Antártico. Fonte: Colacrai, 2003.

As propostas com enfoque territorialista indicavam a necessidade de delimitação na Antártica da jurisdição argentina e da elaboração de um mapa indicando o setor argentino no continente antártico. O mapa foi preparado pelo Instituto Geográfico Militar para o Conselho Nacional de Educação indicando o setor antártico argentino entre os meridianos 25º e 74º longitude Oeste e o paralelo 60º sul. O decreto nº 8944 de outubro de 1946 indicava que todos os mapas produzidos no país deveriam conter toda a extensão territorial, com a parte continental e a parte insular do setor antártico argentino (Colacrai, 2003).

Paralelo a isto, os conflitos com o Reino Unido continuavam. O governo argentino editou uma nota de protesto contra a emissão de selos ingleses, denominada de série de mapas, que incluíam o setor antártico argentino e um decreto proibindo a publicação de mapas argentinos sem toda a sua extensão territorial, que incluía a parte continental e a insular, delimitada pelas Ilhas Argentinas, Arquipélago Melchior, Ilhas Orcadas, Sandwich do Sul, Geórgias do Sul, Decepção e Shetland do Sul (Genest, 2001).

No início do governo de Juan Perón (1946-1952), o suporte para as atividades antárticas era mínimo, o que fez com que oficiais da Marinha solicitassem ao Ministro das Relações Exteriores e Culto um apoio para que as resoluções da Comissão fossem postas em prática.

A primeira expedição chilena à Antártica foi programada para 1946 e os oficiais argentinos foram convidados a participar da viagem. Ao responder ao convite, a Argentina informava que a sua expedição partiria em dezembro e convidava um oficial chileno para integrar a equipe, como forma de intercâmbio, pois a cooperação entre os dois países existia, apesar dos conflitos territoriais (Howkins, 2008). A expedição resultou em uma grande campanha argentina com sete navios e um avião naval que cruzou o círculo polar antártico, instalou o destacamento naval Melchior, o primeiro na península antártica e continuou os trabalhos sobre fenômenos meteorológicos e glaciares. Neste verão, as expedições de outros países instalaram estações e bases ao longo da península antártica como as do Chile, dos Estados Unidos (Operação Highjump) e do Reino Unido (Expedição Inglesa). As ações anti-imperialistas

realizadas pelos governos do Chile e da Argentina contra a presença da Grã-Bretanha na região atingiram seu ponto máximo, o que levou os Estados Unidos a temer uma possível guerra entre os países.

3.2.2 A expansão das bases argentinas e o interesse brasileiro no continente

O aumento da disputa de territórios entre Chile, Argentina e Reino Unido ocorreu em 1947, com troca de notas diplomáticas reafirmando os direitos argentinos. Como o Chile e o Reino Unido iniciaram um processo de contestação sobre as áreas antárticas coincidentes com a Argentina, o governo argentino criou a subcomissão Ilhas Malvinas e Ilhas Geórgias do Sul (decreto nº 4.062/47), ligada à Comissão Nacional do Antártico, para assessorar as ações relacionadas com as disputas territoriais e com a coordenação de Pascual La Rosa (Genest, 2001).

A preocupação com a segurança no Atlântico Sul continuou mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial e os Estados Unidos queriam garantir o apoio aliado de governos sul-americanos firmado na época da guerra. Para isso foi elaborado um acordo que proclamava que a agressão contra qualquer Estado americano seria considerada contra todos os signatários. O acordo foi firmado durante a Conferência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), realizada no Rio de Janeiro em 1947. Durante o evento a delegação Argentina fez uma ressalva indicando que dentro das águas adjacentes ao continente sul americano, na extensão das costas correspondentes a República Argentina, na zona de seguridade, o governo não reconhecia a existência de colônias ou possessões de países europeus e mantinha intactos os seus títulos e direitos sobre o setor antártico argentino.

A expedição argentina de 1948 instalou, na Ilha Decepção, o destacamento naval na baia 1º de maio, próximo a base inglesa, o que gerou mais um confronto. Além disso, o conflito entre os três países continuava e a solução foi um acordo naval tripartite em que Chile, Argentina e Reino Unido se comprometiam a não enviar nenhum navio de guerra para além do paralelo 60º no verão de 1948/49. O acordo naval foi mais um passo para diminuir as disputas, mas não chegou a resolver a questão central que era

determinar de quem eram as terras antárticas. Este acordo diminuiu a força da marinha argentina na organização das expedições para o continente (Howkins, 2008).

Os Estados Unidos acompanharam a disputa territorial na região e tentaram estabelecer uma solução para os conflitos, propondo um acordo entre os sete países envolvidos (Reino Unido, Chile, Argentina, Nova Zelândia, Austrália, França e Noruega) que fosse intermediado pela ONU. A proposta, apresentada em 1948, era um plano vago de internacionalização, que foi recusado pela Argentina e pelo Chile. Logo depois a chancelaria chilena apresentou o plano Escudero, elaborado pelo conselheiro Julio Escudero Guzman, que previa a suspensão de qualquer reclamação territorial por um período de cinco a dez anos, para possibilitar a busca de uma solução definitiva (Sanchez, 2007, p. 130). A suspensão das reivindicações seria uma solução, mas a falta de antecedentes jurídicos dificultava a decisão política e a resolução do problema tinha sido mais uma vez adiada, por falta de consenso.

O resumo das atividades antárticas na década de 1940 indicava a instalação de novas bases, como a de Melchior (1947) e Decepção (1948), a efetivação de campanhas, com o navio “1 de Mayo” e com o objetivo de intensificar a atividade argentina na região, uma descrição cartográfica detalhada, realizada pelo Instituto Geográfico Militar e pesquisas sobre a região, tais como o estudo do regime invernal dos gelos e dos fenômenos meteorológicos da Passagem do Drake (DNA, 1975).

A posição do Presidente Perón em 1948 era de ignorar as soluções de internacionalização da Antártica, sugeridas pelos Estados Unidos, e reforçar a idéia de que a Malvinas e a Antártica pertenciam à Argentina. Seu interesse em demonstrar o valor nacionalista do governo proclamando que as ilhas eram argentinas ocorreu ao mesmo tempo em que ele fazia campanha para que a constituição fosse mudada para permitir um segundo mandato presidencial consecutivo (Howkins, 2008). A constituição foi reformulada e ele foi reeleito.

O Presidente Perón visitou a Bolívia em 1949, e conheceu o coronel Hernan Pujato, um entusiasta da questão antártica e que acreditava no direito argentino de soberania. O presidente solicitou ao coronel um plano para atuação na Antártica com as futuras expedições que seriam comandadas pelo Exército, além de um projeto de

construção de bases ao longo da península antártica. A proposta do coronel era a fórmula para o presidente aumentar o poder argentino na região e ao mesmo tempo, excluir a Marinha das atividades, pois era a instituição de oposição dentro do governo (Howkins, 2008). Apesar de receber críticas dos meios militares, o presidente aceitou o plano e criou uma nova instituição responsável pela Antártica, o Instituto Antártico Argentino Coronel Hernan Pujato. A criação deste instituto foi pensada pelo coronel Pujato com o objetivo de coordenar e realizar pesquisas de caráter técnico científico, organizar um museu antártico, além planejar e executar as expedições científicas. Na proposta estavam detalhadas tanto as etapas de treinamento de pessoal nos meios geográficos glaciares semelhantes ao meio antártico, como a compra de equipamentos, construção das bases e plano de penetração nas zonas mais interiores do continente. O decreto de criação do Instituto nº 2492/51 foi editado pelo poder Executivo e reafirmou o propósito de se continuar assegurando para a nação os direitos históricos, geográficos e territoriais sobre o setor argentino. Duas bases foram instaladas, sendo uma na península Antártica, o Destacamento Naval Almirante Brown e outra na baia Margarita, a base General San Martin. O Ministério da Marinha convidou todas as universidades do país e as principais instituições de estudo, incluindo o Instituto Geográfico Militar, a desenvolver pesquisas durante a expedição e foram embarcados pesquisadores das áreas de geologia, geofísica, biologia e hidrografia (Diaz, 1953, Capdevila y Comerci, 1984). As campanhas anuais para a Antártica continuaram até a assinatura do Tratado, quando cada país teve que adaptar as suas ações ao acordo internacional.

No Brasil, a discussão da questão antártica se iniciou em 1949 quando foi lançada na Revista Visões do Mundo uma matéria denominada “Direito do Brasil a uma parte da Antártida”, escrita pelo professor Joaquim Ribeiro, do Colégio Pedro II e diretor da referida revista (Coelho, 1983, p. 222, Santos, 2004, p.81). O texto do livro inédito mostrava a importância da teoria da defrontação na disputa do território antártico, pelo Brasil. A iniciativa não gerou uma expedição, como tinha proposto o professor, mas fomentou o debate sobre a idéia de uma reivindicação territorial, fundamentada na teoria da defrontação, apresentada por Poirier em 1907, para a divisão do Pólo Norte. O artigo apresentava como fundamento para uma reivindicação brasileira na Antártica os seguintes argumentos: os fatos históricos da assinatura do Tratado de Tordesilhas, que dividia as terras entre Portugal e Espanha; as razões estratégicas,

descrevendo o país como a maior nação da América, com uma costa atlântica extensa e as razões militares e de defesa. A estratégica para alcançar o objetivo seria a instalação de vários comitês de defesa da Antártica Brasileira, em diferentes cidades com o objetivo de divulgar o tema (Santos, 2004, p. 82).

No final da década de 1940 foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira, um Instituto de Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia com o objetivo de construir a doutrina de segurança nacional. Ele recebeu a assessoria de militares americanos e franceses. Esta instituição reuniu militares que defendiam a expansão territorial do Brasil e entre os assuntos discutidos e defendidos estava a possibilidade do Brasil reivindicar territórios na Antártica, apesar da posição governamental não ser esta (ESG, 2007).

A partir de 1950, alguns artigos sobre a questão dos territórios na região foram publicados em periódicos e na imprensa, como o de João Frank da Costa que apresentou idéias sobre as reivindicações polares no Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (Costa, 1958, 1959, 1960, 1961, Santos, 2004), a entrevista com o professor Joaquim Ribeiro, em 1955, na Revista da Semana sobre a Antártica e os artigos publicados no Globo e no Jornal do Brasil sobre o interesse brasileiro na região, em 1956 (Coelho, 1983). Dois especialistas em geopolítica, Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro escreveram um artigo sobre o tema da Antártica, lançando a denominação Teoria de Defrontação para a possibilidade do Brasil de reivindicar territórios no continente antártico (Delgado e Castro, 1956, Santos, 2004, p. 85).

Essas manifestações não partiram do governo que continuava a ignorar o tema. As atividades governamentais se limitavam a atuação da diplomacia como a manifestação do Ministério das Relações Exteriores no período em que a Índia tentou inserir a questão na Assembléia Geral da ONU em 1956. Segundo Ferreira (2005) as instruções enviadas à missão junto às Nações Unidas, caso o tema fizesse parte da agenda, indicavam a importância do continente para o Brasil, mas que o país não possuía condições de reivindicar territórios e acreditava que a solução pacífica para a questão seria a administração no âmbito da ONU. Essas instruções foram baseadas em um estudo interno do Ministério elaborado pelo Secretário Lindolpho Collor, que

descrevia a importância estratégica da região, mas alertava para a possibilidade de um atrito com a Argentina em função da reivindicação de território.

O grande evento científico do Ano Geofísico Internacional foi sugerido em 1950 e referendado na Conferência do ICSU, como está descrito no capítulo dois. Apesar de acreditar que o AGI seria prejudicial as suas intenções de soberania na região, pois favoreceria o acesso de pesquisadores a qualquer parte do continente, a Argentina integrou o grupo de países que se propôs a realizar pesquisas na Antártica durante o evento científico (Howkins, 2008, p. 253).

De 1952 até 1956 as expedições argentinas continuaram com o apoio do Exército e foram instaladas diversas estruturas militares como a estação Tenente Câmara, a Base do Exército "Esperanza" na baia de mesmo nome, vários refúgios ao longo da península e o Destacamento Naval Bahia Luna. Em 1954 foi construída a estação mais austral chamada de General Belgrano e o país adquiriu o navio quebra gelos "General San Martin". A campanha de 1955/56 deu ênfase principalmente para a parte científica, pois com a aproximação do AGI os países estavam preparando suas estações para a coleta de dados. O trabalho científico argentino passou da etapa exploratória e descritiva para estudar detalhes e aprofundar os temas já conhecidos (Diaz, 1956).

A Argentina estava passando por uma crise política nos anos de preparação do AGI que iria culminar com a saída do Presidente Perón, mas apesar disso enviou sua delegação para as reuniões preparatórias. A primeira conferência da Comissão do AGI ocorreu em 1954, e traçou as diretrizes básicas e as primeiras normas do evento, além da localização das estações científicas. Em 1955, a Conferência de Planejamento Antártico definiu que os países que iriam atuar na Antártica seriam: Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Argentina, Bélgica, Chile, Reino Unido, França Noruega, Japão, Estados Unidos e União Soviética. Durante a reunião, as delegações do Chile e da Argentina propuseram uma moção indicando que nenhuma das pesquisas realizadas durante o AGI teriam implicações nas questões de reivindicações territoriais. Inicialmente a proposta foi rejeitada, mas ao final se estabeleceu um "acordo de

cavalheiros” em que se afirmou a proposta de dissociar a pesquisa da questão de reivindicação territorial (Howkins, 2008, p. 257).

Em 1956, o governo argentino criou a Comissão Nacional do Ano Geofísico Internacional com o objetivo de coordenar as ações científicas, organizar as expedições e a coleta e envio de dados. Os países territorialistas alegavam que não queriam a instalação de estações de outros países nos setores reivindicados e isso gerou um conflito, mas que foi resolvido. As atividades científicas contribuíram para a evolução de vários campos da ciência com destaque para a meteorologia, climatologia, fenômenos sísmicos, magnetismo terrestre, oceanografia e comunicação. Os trabalhos de pesquisa prosseguiram, mesmo após o encerramento do evento, por meio da atuação de diversas entidades científicas internacionais (Azambuja, 1981).

As Forças Armadas argentinas retiraram o presidente Perón do poder em 1956. A chamada revolução libertadora foi comandada pela Marinha que indicou para assumir a presidência o general Eduardo Lonardi. Os problemas eram muitos, pois a base de sustentação que era formada pelas Forças Armadas, estava dividida, sem unidade nem hierarquia. Dois meses depois assumiu o general Pedro Eugenio Aramburu (Fausto e Devoto, 2004). Com as mudanças, o Instituto Antártico Argentino, que antes era comandando pelo Exército, tornou-se uma organização sob o comando do Ministério da Marinha e neste ano foi elaborado o regimento orgânico do Instituto confirmando o caráter científico e técnico do mesmo, sob a direção do contra-almirante Rodolfo Panzarini que deu continuidade as pesquisas na região.

3.2.3 O Ano Geofísico Internacional e as conseqüências para o Brasil e para a Argentina da criação do Tratado da Antártica

A campanha antártica de 1957 teve como objetivo escolher e reabastecer as estações que iriam participar do AGI e continuar o trabalho científico. A Argentina participou ativamente, coordenando as pesquisas em suas estações científicas localizadas na península Antártica. Durante o evento foram utilizadas as seguintes estações: Base General Belgrano, Almirante Brown, Melchior, Esperanza, Decepcion, Tenente Câmara, Primeiro de Maio e Orcadas em que foram desenvolvidas pesquisas nas áreas da meteorologia, biologia, glaciologia, oceanografia e geologia (Panzarini, 1959). Neste período foi criado o Território Nacional da Terra do Fogo, Antártida e ilhas do Atlântico Sul, por meio do decreto nº 2.191 de 28/02/1957 durante o governo de Pedro Eugenio Aramburu com o objetivo de centralizar as decisões sobre a política antártica. Outro decreto deste mesmo ano colocou a Comissão Nacional do Antártico ligada diretamente ao Poder Executivo, com uma dependência administrativa do Ministério das Relações Exteriores e Culto. A divisão Antártica e Malvinas criada no Ministério era a secretaria executiva da Comissão. Essa estrutura, com organizações intermediárias e fragmentadas, dificultava uma coordenação integral, pois era formada por diversos pólos de decisão em áreas específicas. Este arranjo político gerava um tipo de feudalização das atividades que foram replicadas ao longo do tempo no país (Colacrai, 2003).

A cooperação científica da Argentina com os Estados Unidos possibilitou que o Instituto Antártico Argentino administrasse a Estação Científica Ellsworth com o objetivo de continuar com as pesquisas iniciadas durante o AGI.

No final do evento científico, o ICSU reconheceu a necessidade de ser criar um grupo de cientistas para continuar com o trabalho iniciado durante o AGI em 1957, e com isso foram surgiram três comitês especiais: de pesquisa oceânica (Comitê de Pesquisas Oceânicas - SCOR); de pesquisa espacial (Comitê de Pesquisa Espacial - COSPAR) e de pesquisa antártica (Comitê Científico sobre Pesquisas Antárticas - SCAR). O primeiro encontro do grupo antártico em 1958 deliberou que a missão seria facilitar e coordenar as pesquisas na região antártica, visando aumentar a abrangência

dos estudos de forma a torná-la global e não limitada aos projetos individuais dos países (Summerhayes, 2008).

A Argentina se filiou ao SCAR em 1958, junto com os outros onze países que participaram de pesquisa durante o AGI e com isso se comprometeu a enviar dados anuais de suas pesquisas para o comitê, por meio de relatórios. A pesquisa funcionou como uma forma de legitimar a participação no acordo internacional que foi proposto ao final de uma Conferência em 1959, sob a coordenação dos Estados Unidos que convidaram os onze países que instalaram estações na Antártica para discutir uma forma de controle e organização das atividades na região. O processo de negociação demorou dezoito meses, com inúmeras reuniões para discutir o texto do acordo que seria apresentado na Conferência de Washington. A preocupação do Chile e da Argentina era com a possibilidade de uma tensão entre o acordo antártico e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que incluía a Antártica dentro de sua zona de segurança continental. A solução encontrada foi a elaboração de uma declaração conjunta entre os três países envolvidos (Chile, Argentina e Estados Unidos) indicando que os acordos se complementavam (Sanchez, 2007, p.134).

A possibilidade de se realizar o turismo na região foi sugerida pela Argentina. Em 1958 ocorreu a primeira viagem em hidroavião de Buenos Aires até a Ilha de Decepção e o primeiro cruzeiro organizado pelo Comando de Transportes Navais que transportou duzentos turistas (DNA, 1975). No ano seguinte, a Frota Argentina de Navegação de Ultramar fez a segunda viagem com trezentos turistas.

Um estudo da Escola Superior de Guerra (ESG) sobre a posição do Brasil e a ocupação do continente antártico concluiu, em 1957, que a importância econômica do continente era grande, que o país não iria reconhecer as reivindicações feitas por outros países, que o país defendia uma reserva de direitos para uma possível soberania brasileira e que concordava com um regime internacional para a região (Gaubet, 1986, Ferreira, 2005, p. 108). Este estudo apresentava uma visão territorialista de uma instituição brasileira sobre o assunto e foi encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA).

O país participou do Ano Geofísico Internacional com diferentes pesquisas, tais como: a do Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo (USP) que realizou atividades no Programa Latitude e Longitude e na determinação fotográfica da posição da Lua (Santos, 2005). Além disso, foi instalado pela Marinha um Posto Oceanográfico na Ilha de Trindade, localizada ao largo da costa do Espírito Santo, com o objetivo de realizar observações sobre o clima e as marés, sobre correntes marinhas e dados oceanográficos que beneficiaram a pesca e o navio hidrográfico "Almirante Saldanha" coletou informações oceanográficas ao longo da costa (Moreira, 1982, p. 130). As atividades científicas brasileiras para o Ano Geofísico Internacional não foram realizadas na Antártica, mas um correspondente da Revista Visões e do jornal Correio da Manhã com apoio da Sociedade Geográfica Brasileira, Durval Rosa Borges, participou de uma visita a estação científica norte-americana no ano de 1958, com o objetivo de divulgar as atividades desenvolvidas na região durante o evento científico (Borges, 1959, p. 11).

Após participar do Ano Geofísico Internacional, o governo argentino realizou, em novembro de 1959, diversas reuniões com a presença do presidente Arturo Frondizi, o titular da chancelaria e os secretários militares em que foram discutidos os pontos de maior relevância para a nação, que eram: liberdade científica, proibição de explosões nucleares e situação do congelamento das soberanias (Colacrai, 2003). A questão nuclear estava ligada aos possíveis efeitos ambientais de uma explosão, pois as cidades de Mendoza e San Juan foram atingidas em 1954/55 por ocasião de testes nucleares de ingleses e franceses no pacífico sul e na Austrália.

Segundo Immergut (1996), a influência que um governo tem para criar uma política depende da aceitação da decisão do Executivo em outras instâncias de governo. A constituição de um país delimita a relação entre o Parlamento e o Executivo e se há ou não a necessidade de aprovação das decisões. No caso argentino a participação em acordos internacionais deve ser votada no Parlamento e foi o que ocorreu com o Tratado da Antártica. Assim, a composição e a disciplina dos partidos têm valor, pois se o governo tem maioria parlamentar, a possibilidade de aprovação é grande.

Após a Conferência de Washington se iniciou um período de discussão interna sobre a ratificação do acordo que foi realizado no parlamento, com opiniões e posições diferentes. Os partidos possuíam diferentes modos de ver o papel do país no contexto internacional e as suas potencialidades. Além disso, a disputa político partidária incluía o suporte ou não a proposta do governo Frondizi, para a inclusão da Argentina no acordo internacional (Colacrai, 2003).

A adesão ao Tratado pelo governo argentino gerou uma infinidade de discussões com diferentes pontos de vista sobre a possibilidade da perda do controle sobre o território argentino. Vários deputados do partido de oposição União Cívica Radical (UCR) argumentavam que o país não deveria assinar o acordo, pois perderia o direito ao seu território, era uma frontal ameaça a soberania argentina e a conseqüência imediata seria a internacionalização da região. Os deputados do partido União Cívica Radical Intransigente (UCRI), partido governista, apoiavam a posição do governo e da chancelaria e apresentavam como vantagens para a assinatura do acordo a possibilidade de participar das decisões sobre o futuro do continente (Colacrai, 2003).

A diplomacia argentina defendeu alguns temas que foram incluídos no acordo final como a proibição de qualquer tipo de explosão nuclear na região, a duração do Tratado da Antártica para um período de vigência de dez anos e a questão da segurança no Atlântico, que estava inserida no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). O parlamento argentino foi o centro de discussões sobre adesão do país e o congelamento de sua reivindicação territorial. Os defensores da expansão territorial não aceitavam a postura da Chancelaria, que defendia a adesão como uma forma de participar das decisões. Vários textos foram escritos por Alberto Candioti, ex-embaixador argentino, defendendo a exclusão da Argentina do Tratado da Antártica, pois indicava a perda do território localizado ao sul do continente (Candioti, 1960, Candioti,1961).

O trâmite no Senado foi rápido, com a aprovação do acordo. Ao ser encaminhado para a Câmara em 1960, a divergência entre o partido da União Cívica Radical do Povo e da União Cívica Radical Intransigente (UCRI), que apoiava o Presidente Frondizi fez com que o tema fosse alvo de grandes disputas.

Ao final das discussões, o tratado foi aprovado em 25 de abril de 1961 pela lei nº 15.802 e em junho do mesmo ano, o depósito de ratificação foi entregue aos Estados Unidos. Na mesma época, o Chile e a Austrália também apresentaram suas ratificações, possibilitando assim que o Tratado entrasse em vigor, pois todos os outros países já tinham concluído o trâmite internamente (Colacrai, 2003).

O governo brasileiro, cujo presidente era Juscelino Kubitschek, não foi convidado a participar da Conferência de Washington, pois o critério imposto pelos Estados Unidos era a efetiva participação do país no AGI, com pesquisa relevante na Antártica. A manifestação oficial contra o veto ao Brasil foi realizada pelo MRE que encaminhou uma nota diplomática confidencial ao governo dos Estados Unidos em 1958, defendendo que o critério de escolha dos países convidados para a Conferência não era o mais correto, pois a conferência não trataria somente de pesquisa científica e o país possuía o direito de opinar sobre a Antártica e não iria cumprir nenhum acordo que fosse realizado sem a sua participação. A nota não foi considerada pelos norte-americanos, pois eles acreditavam que a entrada de outros países inviabilizaria um acordo por consenso e favoreceria a participação de aliados da União Soviética (Ferreira, 2005, p. 108). Apesar da manifestação do governo brasileiro sobre a exclusão do Brasil da Conferência que iria administrar os interesses dos países no continente antártico, não existia uma proposta governamental para atuar na região. Em contraposição a falta de interesse do governo, estudiosos de geopolítica desenvolviam artigos que eram publicados em revistas semanais, imprensa jornalística e revistas militares. Em 1960, outras publicações geraram o debate sobre a soberania na região, como o “Atlas de Relações Internacionais” editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Carvalho e Castro, 1960). Esta publicação apresentou um capitulo com a teoria de defrontação e a carta geográfica da Antártica, em que foi definida a área do pólo que pertencia as Américas, incluindo a parte do Brasil. Esta teoria partilhava o continente por setores, por meio da extensão dos meridianos que alcançavam os espaços delimitados no continente austral (Santos, 2004, p. 88).

O lançamento da publicação suscitou o debate sobre a posição do Brasil em relação à Antártica e o MRE elaborou estudos indicando qual a atitude a ser tomada, mas as sugestões não foram implementadas. Neste período, os interesses do governo

brasileiro estavam voltados para a questão do desenvolvimento econômico, industrial e com o crescimento do país. As prioridades incluíam a construção de Brasília, a questão da Amazônia e a desenvolvimento da industrialização. Nesta mesma época a Argentina se aproximou dos países do Cone Sul, principalmente do Brasil com o objetivo de ampliar o programa de cooperação para o desenvolvimento, lançado pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1958 (Paradiso, 2005, p. 206).

Este capítulo fez uma retrospectiva da atuação da Argentina e do Brasil na Antártica até a entrada em vigor do Tratado da Antártica. O interesse da Argentina em expandir seus territórios em três áreas (continente, ilhas e a Antártica) fez com que o país investisse desde o século XIX na região. Por outro lado, o Brasil pretendia expandir e conquistas as terras do interior do seu território, demonstrando pouco interesse em atuar na Antártica. Com a eleição de Peron e seu projeto de Argentina Grande, a política para a Antártica se transformou com a criação de um Instituto Antártico, construção de bases na península antártica com o objetivo de demarcar o seu território, além de investir nas pesquisas que seriam realizadas durante o AGI. Na década de 1950, os estudiosos de geopolítica iniciaram a divulgação de suas ideias, com entrevistas e publicação de artigos, que defendiam a presença brasileira na Antártica. Apesar disso, pouco foi feito pelo governo, pois o tema ainda não era prioridade na agenda dos presidentes. Os interesses manifestados por cada país, antes da criação do acordo internacional, foram importantes na delimitação de uma linha de pensamento e de construção da política antártica.

No próximo capítulo serão apresentadas as ações desenvolvidas no Brasil e na Argentina durante o período de consolidação do Tratado da Antártica. A partir da aprovação do acordo internacional os países membros redirecionaram suas estratégias para a região, respeitando as idéias aprovadas durante a Convenção de Washington. No caso brasileiro as atividades estavam restritas à divulgação na mídia das idéias de estudiosos e interessados no tema da geopolítica.

Capítulo 4

A política antártica do Brasil e da Argentina a partir da entrada em vigor do Tratado da Antártica

Este capítulo apresenta aspectos sobre o Estado e sua forma de ação, considerando-o como o centro do processo de decisão. Em 1700 a Europa já tinha desenvolvido e implementado as estruturas políticas características do Estado, estrutura que está na origem da maioria dos Estados Atuais. As relações entre os Estados começaram a ser tratadas com uma competência semelhante àquela que caracterizava os assuntos internos. O Estado converteu-se então em uma necessidade vital (Strayer, 1969).

Para compreendermos quem ou o que formula políticas é preciso entender as características dos participantes, os papéis que desempenham, a autoridade e os outros poderes que detém, como lidam uns com os outros e se controlam mutuamente (Lindblom, 1981).

A política pode ser considerada como um conjunto explicito de prioridades e planos elaborados com o objetivo de tornar mais previsíveis e garantidos os desfechos de uma série de decisões futuras (Deutsch, 1982). A política pode ser entendida também como uma atividade por meio da qual as pessoas fazem, preservam e corrigem regras gerais sob as quais vivem (Piovesan, 2002).

A gênese da política pública pode ser descrita como o entendimento a cerca de novas representações da ação pública, que permitem pensar uma nova relação com o mundo, segundo a qual as sociedades industriais inventaram o instrumento que são as políticas públicas (Muller, 2006). Outra definição é aquela que descreve as políticas públicas como a elaboração e a correção de regrais gerais que envolvem decisões

políticas, tomadas por autoridades públicas, por meio de leis e que afetam a sociedade (Heywood, 1997).

Esta parte da tese apresentará dados das políticas de Brasil e Argentina de forma comparada com o objetivo de entender as formas de atuação de cada governo em relação ao continente antártico.

A Argentina auxiliou na elaboração do Tratado da Antártica e com isso, adaptou sua política para cumprir as normas do acordo. Como a efetivação do governo brasileiro como membro consultivo do Tratado só ocorreu na década de 1970, as ações da política brasileira foram construídas a partir dos artigos e decisões tomadas pelos signatários do acordo internacional desde a sua entrada em vigor.

As análises das inter-relações entre as políticas domésticas e o contexto externo para a gestão do continente antártico são apresentadas, com o objetivo de mostrar que há uma influência mutua entre o contexto interno de cada país e as conjunturas externas que afetam todos os países. Além disso, serão discutidos os fatores que influenciaram as linhas de ação de cada governo para cumprir a nova agenda elaborada para o continente durante a década de 1970 e 1980, com os regimes ditatoriais nos dois países e a década de 1990, quando o tema meio ambiente ganhou destaque na gestão do continente.

A pesquisa científica realizada no Ano Geofísico Internacional integrou os países que tinham interesse no continente e que investiram em pesquisa, expedições e construções de bases e estações. O conflito pela disputa de territórios na região se agravou a partir de 1940 e após inúmeras tentativas de se organizar uma forma de administrar a região, os Estados Unidos perceberam que o sucesso da cooperação científica alcançado durante o Ano Geofísico Internacional poderia auxiliar na elaboração de um acordo. Para isso o governo americano convidou onze países para Conferência de Washington, com o objetivo de elaborar um acordo que garantisse os princípios de cooperação científica, liberdade de pesquisa e o uso pacífico da região (Klotz, 1990). Na referida Conferência, o Tratado da Antártica foi elaborado, valorizando a pesquisa científica e destacando a região como um importante centro para

o estudo de fenômenos físicos, químicos e biológicos que poderiam modificar o clima do planeta.

4.1 O Estado em ação

A análise da atuação do Estado pode ser feita utilizando diversas perspectivas: a filosófica, a da ciência política, a da sociologia, a jurídica, a das ciências administrativas. Cada uma delas se destacou em um determinado período, sendo que a visão jurídica predominou da segunda metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial e a visão administrativa se iniciou no começo do século XX e tornou-se dominante nos Estados Unidos e daí se espalhou pelo mundo (Saraiva e Ferrarezi, 2006). A definição de Estado para Weber (1999) é "aquela comunidade humana, que dentro de determinado território reclama para si o monopólio da coação física legítima" e a política pode ser descrita como o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado. A sociedade e os indivíduos estão sob o poder dessa organização político-jurídica que, por meio de regras, impõe uma ordem.

O estudo da análise de políticas públicas possibilita conhecer o formato e a natureza da atuação do Estado em diversas áreas. Segundo Frey (2000), a ciência política diferencia três abordagens para a análise de políticas públicas:

a) A que se refere ao sistema político e que se interessa por revelar o que é um bom governo, qual o melhor o Estado para sociedade;
b) A que se refere ao questionamento político e que analisa as forças políticas no processo decisório e
c) A que se refere aos resultados que um dado sistema político produz, quando a pesquisa pretende demonstrar quais as contribuições que determinadas estratégias podem trazer para a solução de problemas específicos.

A pesquisa sobre políticas públicas busca analisar como funciona a administração do Estado, por meio da identificação das características das instituições públicas, dos atores responsáveis pelo processo de elaboração das políticas, dos critérios

e decisões tomadas pelas instituições, pelas inter-relações entre as instituições e os atores e das variáveis que influenciam o processo (Viana, 1996). Existem diferentes modelos para entender e explicar a elaboração de políticas públicas. Os diferentes fatores que caracterizam as sociedades atuais influenciam os processos de políticas públicas, quer sejam externos, como a "transnacionalização da economia, a mundialização dos problemas sociais, que sejam internos como a intensa setorialização dos campos da política governamental, o aumento da tecnificação das decisões e a diversificação dos interesses que são objeto de resolução política" (Piovesan, 2002).

As etapas das políticas públicas envolvem temas como a construção da agenda, a formulação, a implementação e a avaliação de políticas. A construção da agenda pode ser analisada sob diferentes fases como: a elaboração da agenda, a especificação de alternativas, a escolha de uma alternativa (por uma autoridade competente) e a implementação da decisão (Viana, 1996). A construção da agenda pode ser influenciada por participantes ativos, que são os atores governamentais e não-governamentais e pelo processo que é influenciado pelo tipo de órgão, instituição ou aparelho que produzem as políticas públicas (Viana, 1996). Os atores governamentais que possuem recursos para construir a agenda são os que possuem poder na administração governamental como o presidente, os servidores do Executivo e políticos em cargos públicos. Os atores não governamentais que possuem interface com a construção da agenda são os grupos de interesse, os cientistas, consultores, a mídia, partidos políticos e opinião pública. No que se refere ao processo que influencia a escolha de determinado assunto para a agenda, indica que as instituições que pertencem ao Executivo é que podem auxiliar na decisão, reconhecendo o problema e a formação de políticas (Kingdon, 1984).

A formulação de políticas públicas é um processo em que diferentes ações são apresentadas e se escolhe uma, influenciada por diferentes fatores como os interesses de determinados grupos e os dados e informações que podem auxiliar na decisão, fundamentadas por relatórios, pesquisas, experiências e o senso comum (Piovesan, 2002).

A implementação de políticas públicas corresponde à fase de aplicação das decisões, além da organização dos meios para cumprir as metas definidas na formulação

de políticas públicas, a interpretação das diretrizes governamentais e sua aplicação propriamente dita (Muller, 2006). A avaliação de políticas públicas pode ser de dois tipos: a avaliação do processo, que estuda a fase de implementação de determinada política e de impacto, que estuda o efeito dos resultados de uma política (Viana, 1996).

As ciências sociais no século XIX utilizaram o comparativismo como um instrumento essencial de análise, permitindo que fosse possível fixar "uma mesma seqüência de etapas em que caberiam todas as sociedades e, assim, revelar as leis gerais que regiam a evolução social, como no caso dos escritos de Augusto Comte na sociologia (Fausto e Devoto, 2004, p. 9).

Diferentes autores das ciências sociais procuraram utilizar a comparação em suas pesquisas. O desenvolvimento da concepção do método comparativo se deve em grande parte ao trabalho de John Stuart Mill, o Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva, de 1843 (Gonzalez, 2008). Outros autores como Durkhein (1987) e Weber (1974) também utilizaram o método comparativo em suas pesquisas.

O historiador Marc Bloch sugeriu dois requisitos para a história comparada: certa similaridade nos fatos observados e certa dessemelhança dos ambientes em que eles ocorriam. As obras de Reinhard Bendix, Theda Skocpol, Barrington Moore, Stein Rokkan utilizaram análises comparativas com o objetivo de elucidar as causas de um problema histórico (Fausto e Devoto, 2004, p. 16).

As comparações entre Brasil e Argentina podem ser incluídas no marco das pesquisas de enfoques gerais, nos quais a comparação ocorre dentro de um rótulo que é a América Latina. Os estudos que se destacam na comparação entre esses dois países são os que abordam a questão do getulismo e do peronismo (Weffort e Skidmore) e os sobre as direitas de ambos os países (McGee Deutsch, Senkman, Jose Luis Beired) (Fausto e Devoto, 2004, p. 16).

Nesta pesquisa, a comparação foi o instrumento que auxiliou na análise das políticas dos países, a partir do levantamento de dados que incluíram as idéias, os interesses na região, as formas de governos, as diretrizes para ciência e meio ambiente,

estrutura logística, segurança e defesa. A comparação em ciências sociais possibilita estudar um tema encontrado em diferentes sociedades e com isso, analisar como cada sociedade lidou com o mesmo problema (Bendix, 1963).

4.2 A Argentina e o Brasil nos anos de consolidação do Tratado

Após a entrada em vigor do Tratado, os países iniciaram a adaptação de suas ações na região para cumprir o referido acordo. Ao longo de dez anos de vigência, as mudanças no sistema internacional influenciaram a criação de acordos de proteção de fauna e flora e recursos naturais vivos que não estavam contemplados no texto do Tratado. A Argentina elaborou sua política relacionada com a sua participação ativa na elaboração do acordo. O Brasil não foi convidado para a Conferência de Washington, mas a divulgação dos trabalhos de geopolíticos sobre a importância da Antártica incentivou o governo a se tornar membro consultivo, durante o período do regime militar, em 1975.

4.2.1 A Argentina como membro original do Tratado e sua política

O Tratado entrou em vigor em junho de 1961, quando os doze países o ratificaram. A partir daquele momento, as decisões para a gestão do continente antártico dependeriam de um consenso entre os países membros e as políticas internas seriam elaboradas com o objetivo de respeitar as normas do acordo. O texto final determinou que a consulta ao grupo de países membros seria feita por meio de reuniões consultivas, de dois em dois anos, em locais alternados e que não existiria uma secretaria, sendo o país organizador da reunião responsável pela estrutura do encontro. A questão de uma secretaria executiva foi descartada no início, pois o número de países participantes era pequeno, assim como o número de resoluções criadas para operacionalizar o acordo internacional.

O interesse da Argentina na região antártica, incluindo também as Ilhas Malvinas e Shetland do Sul, era anterior ao século XIX e o governo defendia uma posição de expansão territorial, com o claro propósito e garantir a posse e o poder de

importantes pontos de passagem entre o oceano atlântico e o pacífico. No conjunto de sete países membros territorialistas (Austrália (1933), Chile (1940), França (1924), Noruega (1939), Nova Zelândia (1923) e Reino Unido (1908-17), a Argentina defendia a reivindicação territorial e sua política para o continente refletia somente os seus interesses, visando garantir a soberania em um setor da península Antártica. O Chile e o Reino Unido também disputavam uma mesma faixa de território com a Argentina e editaram diferentes normas internas como cartas patentes, leis e decretos para efetivar as suas reivindicações, mas que nunca foram reconhecidas por outros países, como as "Cartas Patentes" do Reino Unido e a declaração de reivindicação chilena de um setor na península Antártica.

A instituição que representou a Argentina nas reuniões preparatórias da Conferência de Washington foi o Ministério das Relações Exteriores e Culto, que defendeu a posição da entrada do país no Tratado, o que possibilitaria a participação nas decisões sobre o continente. O posicionamento do governo foi muito criticado por deputados de oposições, estudiosos e geopolíticos que não concordavam com o fato da Argentina, ao participar do Tratado, aceitar o "congelamento das suas reivindicações territoriais". O artigo que trata desta questão apresenta duas visões: a primeira que indica que os países que reivindicam direitos de soberania não renunciam a esses direitos, o que o faz reconhecer a sua existência e os resguarda também, e a outra que afirma que enquanto o acordo estiver em vigência, as novas reivindicações e ampliações de direitos de soberanias estão suspensas. Dessa forma, o Tratado tanto preserva a posição dos países territorialistas, como a dos que não reconhecem os direitos de soberania no continente antártico (Sanchez, 2007, p.135).

Depois da grande discussão na Câmara dos Deputados sobre a aceitação ou não do acordo pela Argentina e sua ratificação, o presidente Frondizi visitou a base argentina da Ilha Decepção em março de 1961. Ele fez um discurso de duplo sentido, pois apesar de valorizar o Tratado como um acordo de cooperação internacional em que as reivindicações estavam suspensas, ele reafirmava a importância da soberania argentina na região. A presença do presidente na região teve como objetivo contornar o discurso oposicionista de adesão argentina ao Tratado e de enfrentar a intensa campanha militar contra o seu governo.

O Programa Científico desenvolvido nos anos de 1961 e 1962 incluíam os seguintes temas: Meteorologia, Auroras, Glaciologia, Ionosfera, Oceanografia, Geomagnetismo, Sismologia, Radiação Cósmica, Geologia, Biologia, Microbiologia e Fisiologia Humana. As bases em funcionamento que apoiavam os pesquisadores eram: General belgarno, Ellsworth, Tem. Matienzo, Esperanza, Decepcion, Orcadas, Melchior, Cap. Campbell, Petrel, Jubany e Cap. Cobbett. A Argentina possuía uma frota de navios e aviões e investia recursos para garantir a sua participação no Tratado, com o quebra-gelo Gen San Martin, o transportador Bahia Aguire, o Navio Hidrográfico Chiriguano, o petroleiro Punta Médanos e o navio oceanográfico Capitán Cánepa (IAA, 1963).

O primeiro anteprojeto para a gestão argentina da Antártica, após a adesão ao acordo, foi apresentado ao governo Frondizi em 1962, mas em função da queda do presidente, ele não foi considerado. O documento indicava a necessidade de criação de um ente único antártico que coordenasse a sua política interna com as novas deliberações do contexto externo (Colacrai, 2003).

As primeiras reuniões do Tratado da Antártica foram iniciadas logo após a entrada em vigor do acordo e funcionavam como fórum de debates e aprovação das medidas propostas para a região. As duas primeiras foram realizadas na Austrália e na Argentina em 1961 e 1962. O Brasil cogitou a possibilidade de enviar um observador para acompanhar as decisões, apesar da possibilidade não estar prevista no Tratado, mas desistiu em função das dificuldades apresentadas.

Esta primeira série de reuniões aprovou medidas relacionadas com o desenvolvimento e divulgação das informações científicas e a parte logística, confirmou a importância do SCAR como órgão coordenador das pesquisas, solicitou a divulgação por todos os países de dados de suas expedições, como meios de transporte, equipamentos e equipe (seguindo o art. VII-5 do Tratado), adotou medidas para a proteção dos recursos vivos, divulgou o evento científico do Ano Internacional do Sol Quieto, além de medidas sobre o intercâmbio de dados científicos. A delegação argentina participou das reuniões e as resoluções foram incorporadas a norma argentina por meio de instrumentos jurídicos (Genest, 2004).

O presidente Frondizi deixou o governo em 1962, depois que o peronismo ganhou as eleições. Com a interferência dos militares, o presidente que tomou posse foi Jose Maria Guido. O país estava em crise política, com o Congresso sem atividade e com as Forças Armadas no papel de ator político central (Fausto e Devoto, 2004).

Apesar das mudanças no governo, as atividades programadas para a campanha antártica em 1962 não foram interrompidas, pois neste período o Instituto Antártico Argentino continuava como órgão responsável pelas atividades de pesquisa e elaboração das campanhas antárticas. Segundo LeSchack (1963) o Instituto era autônomo no que se referia a tomada de decisão e possuía sua própria fonte de recursos, além de fundos que eram realocados pela Marinha. Com a saída do Presidente Perón em 1956, o Instituto voltou a ser ligado ao Ministério da Marinha e a coordenação foi repassada ao Almirante da Reserva Rodolfo Panzarini, que liderou a organização de 1956 até 1968. A tabela 1 mostra a relação de funcionários do Instituto entre os anos de 1957 e 1963.

Tabela 1: Relação de Funcionários do Instituto Antártico Argentino.
Fonte: LeSchack, 1963.

	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Executivo	1	2	5	5	5	7	7
Cientifico	15	16	12	14	9	10	10
Técnico (logística)	14	21	17	25	23	24	24
Administrativo	18	11	7	9	16	21	21
Manutenção	-	-	3	5	6	6	6
Serviço	12	12	7	6	10	11	9
Total	60	62	51	64	69	79	77

Estes dados demonstram que neste período a organização possuía um quadro formado por diferentes profissionais responsáveis pela organização das campanhas antárticas e pelas pesquisas no continente. Nos anos de 1957 e 1958, a Argentina participou do AGI e necessitava de pesquisadores para cumprir com os objetivos traçados pela organização do evento científico. Com o passar do tempo o número de cientistas no Instituto foi diminuindo em função de problemas relacionados com a falta

de pesquisadores especializados em estudos polares e os baixos salários (LeSchack, 1963).

As Forças Armadas continuaram a atuar na região e o primeiro sobrevôo ao pólo sul e ao limite do setor reivindicado pela Argentina foi realizado por aviões bimotores da marinha em 1962. A Força Aérea realizou o primeiro pouso da equipe na base Matienzo e ao final daquele ano se iniciou a Operação Sul com o objetivo de completar um vôo transpolar, que não ocorreu em função de problemas técnicos.

O governo de Guido terminou em julho de 1963 e Arturo Illia assumiu a presidência. A característica deste governo era ter pouca legitimidade e pouco apoio da maioria parlamentar, além de ser vigiado de perto por militares hostis. No período em que foi eleito, Illia ainda enfrentava uma recessão e o sindicalismo organizado e combativo (Fausto e Devoto, 2004).

Na III ATCM realizada em Bruxelas, em 1964, o destaque foi a proposta de criação de “Medidas para a Conservação da Flora e Fauna Antárticas” que se baseou no art.IX do Tratado sobre a preservação e conservação dos recursos vivos antárticos. Além disso, foram aprovadas também as recomendações sobre a pesquisa (intercâmbio entre os especialistas e divulgação da lista de refúgios aptos para emergências), a logística (transporte aéreo e telecomunicações) e a proteção da vida silvestre (recomendação para a regulação de focas pelágicas). A Argentina aprovou a recomendação das Medidas para a Conservação dos Animais e Plantas Antárticos em 1965(ATS, 2008).

As atividades na Antártica continuavam com a atuação das Forças Armadas que apoiavam as pesquisas científicas, construíam refúgios e abasteciam as diferentes estações argentinas. O ano de 1964 foi declarado o Ano Internacional do Sol Quieto, em que os cientistas fizeram uma cooperação internacional para pesquisar temas geofísicos durante a escassa atividade do sol. A Argentina participou na Antártica com o apoio da Comissão Nacional de Investigação Espacial, o Serviço de Meteorologia Nacional, o Instituto Antártico Argentino e a Comissão Nacional de Energia Atômica e Observatórios Astronômicos (Colacrai, 2003).

O desafio de atingir o pólo por terra fez com que 1965 a primeira expedição do exército Argentino percorresse a distância da Base Belgrano até o pólo sul, cerca de 2900 km que foi comandada pelo oficial Jorge Leal, que anos depois seria indicado para o cargo de diretor da instituição responsável pela administração das ações na Antártica na década de 1970, a Direção Nacional do Antártico (DNA). Além disso, o Instituto Antártico Argentino recebeu uma nova estação científica construída a partir das instalações que já existiam do Destacamento Naval Almirante Brown (DNA, 1975). O campo de pesquisa ampliou-se para a parte da biologia vegetal, zoologia, bioquímica, fisiologia e a Operação Matiezo da Força Aérea Argentina foi responsável pelo lançamento de projeteis para medição de radiação cósmica.

A IV ATCM ocorreu no Chile e mostrou a consolidação de recomendações de reuniões anteriores e indicou para o debate novos temas como a regulamentação da caça às focas e do turismo. As recomendações adotadas foram: medidas específicas sobre as regiões e as espécies especialmente protegidas, sobre a cooperação e os princípios para a conservação da fauna e da flora antárticas, uma conduta provisória sobre a regulamentação da caça pelágica das focas, sobre o turismo, além de medidas gerais de administração enfatizando as trocas de dados e informações, as reuniões dos especialistas e da parte logística e desenvolvimento das telecomunicações na região (Moreira, 1982, p. 41).

O fim do governo de Arturo Illia foi marcado por um golpe militar em 1966, o que deu início a uma ditadura no país, período conhecido como governo da Revolução Argentina. Neste período, o presidente era Juan Carlos Ongania e a mudança de governo foi caracterizada como uma fase tecnocrática, em que várias leis foram editadas com o objetivo de organizar o país de acordo com as novas diretrizes de um regime ditatorial. Dentre as várias leis que modificaram a administração e estavam relacionadas com a Antártica, destaca-se a lei nº 16964/66 que estabeleceu o Sistema Nacional de Planejamento e Ação para o Desenvolvimento, que indicava que os Conselhos Nacionais de Desenvolvimento, Segurança e Ciência e Tecnologia seriam responsáveis pela elaboração de políticas e estratégias nacionais para a Antártica e a lei nº 16.970/66, que instituiu as bases jurídicas, organizacionais e funcionais para execução da Defesa Nacional (Colacrai, 2003).

As campanhas antárticas continuaram ocorrendo com a participação da Marinha, Aeronáutica e do Exército e cada força militar atuava de forma a cumprir as agendas de suas instituições. Em 1967 uma nova estação aeronaval, a Petrel, foi criada na ilha Dundee, ao norte da península antártica e o destacamento naval de Decepção foi desativado em função da erupção de um vulcão.

Durante o governo militar de Ongania, a Argentina iniciou o processo de criação de uma lei para definir as ações, instrumentos, instituições e recursos financeiros para a atuação na Antártica, visando revitalizar as atividades antárticas dentro do contexto do Tratado da Antártica.

A Lei nº 18.513 de 31/12/69 foi publicada em 1970 com o objetivo de fixar as orientações para a atividade na Antártica e estabelecer as bases jurídicas, orgânicas, funcionais para o planejamento, programação, direção, execução e controle da referida atividade (Argentina, 1970). Alguns trechos do texto indicam a soberania argentina na Antártica como o que destaca que a "Antártica Argentina é parte do território nacional compreendida entre os meridianos 25º e 74º de longitude oeste ao sul do paralelo 60º sul (Art. 2º) e que as atividades que a República realiza na Antártica, no exercício de sua soberania, tem como objetivo maior a plena satisfação de seus interesses na região (Art. 3º) e ao mesmo tempo indica que a ação de política exterior deve considerar os direitos e obrigações da República na condição de parte contratante do Tratado (Art.7º). Os outros temas da lei confirmam que o centro principal da atividade argentina na região é a ação científica e técnica e que a ação logística deve cumprir as exigências da ciência (Art. 6º e Art. 8º). As instituições responsáveis pela atividade na antártica eram:

a) O Ministério das Relações Exteriores e Culto – responsável pela coordenação da política exterior,
b) O Ministério da Defesa – responsável pela coordenação do planejamento, programação, direção e controle das atividades científicas, técnicas e logísticas,
c) As Forças Armadas – responsáveis pela parte logística
d) A Junta de Comandantes - conduziam conjuntamente as campanhas antárticas (Colacrai, 2003).

A lei desfez a Comissão Nacional do Antártico, modificou o status do Instituto Antártico Argentino (IAA) e criou uma nova instituição, a Direção Nacional do Antártico (DNA) que era subordinada ao Ministro da Defesa e com a responsabilidade de planejar, programar, dirigir, coordenar e controlar toda a atividade antártica.

As funções do DNA eram:

a) Orientar e dirigir os planos e programas dos organismos oficiais e privados;
b) Estabelecer os programas de pesquisa e realizar divulgação dos mesmos no país e no exterior;
c) Fomentar a participação privada nas atividades antárticas, por meio de universidades e centros de pesquisa científica e técnica;
d) Estabelecer cooperação científica com outros países;
e) Colaborar com as instituições privadas e oficiais que promovam o turismo na região;
f) Administrar o Museu Antártico;
g) Interagir com o Ministério das Relações Exteriores e Culto para alinhar a política antártica com a política externa, além de manter contatos com as Secretarias dos Conselhos Nacionais de Desenvolvimento, Segurança e Ciência e Tecnologia.

A DNA era formada por uma secretaria, departamento de finanças, um grupo assessor, o IAA, o departamento de planejamento e o departamento logístico. O grupo Assessor era formado por especialistas da cada uma das Forças Armadas e pelo Ministério das Relações Exteriores e Culto. O IAA era formado por uma diretoria, um departamento científico, um departamento técnico e o Museu Antártico Argentino.

Os diretores da DNA e do IAA eram escolhidos entre os oficiais da reserva e com experiência na região. O orçamento para as atividades era previsto dentro dos Planos Anuais Antárticos e a organização e aprovação dos projetos de pesquisa também eram de responsabilidade da DNA (Fraga, 1992, p. 141). Com a nova lei, a administração das atividades logísticas realizadas na Antártica era de responsabilidade das Forças Armadas.

A atividade científica estava sob a orientação e direção da DNA, que deveria determinar um plano para cada base, destacamento, instalação e expedição indicando os meios e o pessoal especializado para realizar as atividades. Em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e Culto iria elaborar o plano de cooperação científica e o plano de inspeções de instalações estrangeiras como estava previsto no Tratado da Antártica, além de supervisionas as pesquisas tanto no âmbito interno quanto no internacional.

As Campanhas Antárticas seriam elaboradas a partir de um Plano Anual Antártico e executadas com a colaboração das três Forças Armadas, que deveriam providenciar os meios adequados para cumprir com o apoio logístico necessário ao plano. As disposições finais da Lei da Antártica indicavam a necessidade de elaboração de documentos para o planejamento das atividades como o plano estratégico de longo prazo (1970-1979), de médio prazo (1970-1974), o plano anual antártico e o regulamento da DNA (Argentina, 1990).

A Lei da Antártica, elaborada durante o regime militar, indicava a soberania argentina na região antártica e criava um órgão central que seria responsável por todas as atividades na Antártica, adotando uma linha de planejamento técnica e burocrática, baseada em planos e programas. As Forças Armadas neste período centralizaram o poder de planejar e executar as ações (Argentina, 1970).

As V e VI ATCMs de 1968 e 1970 ocorreram em Paris e em Tóquio e os principais temas debatidos em Paris foram: o problema da regulamentação da caça às focas com uma recomendação de se elaborar uma convenção específica sobre o assunto, além da aprovação de medidas de caráter geral como as relacionadas com as telecomunicações, com os estudos do oceano austral, com a lista de monumentos históricos e com as regiões especialmente protegidas (ATS, 2008). A Reunião de Tóquio tratou da proteção do meio ambiente, com as implicações no turismo, na pesquisa e na proteção da flora e da fauna. A proposta de um regime para regulamentação da exploração dos recursos minerais teve inicio nesta reunião, refletindo assim a preocupação dos países com a crise de energia que ocorreu neste período (Villa, 2001, p. 47). O contexto mundial se apresentava favorável a discussão

sobre meio ambiente, pois em 1972 a ONU organizou a sua primeira grande conferência sobre o assunto, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Almeida, 2001, Inoue, 2007). A crise do petróleo favoreceu o debate sobre a exploração dos recursos minerais na Antártica, pois os países procuravam uma solução que fosse consenso para todos os membros consultivos.

4.2.2 O debate sobre a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica

O Brasil não foi convidado a participar da Conferência de Washington, em 1959, e o seu aceite pelo grupo de país membros do Tratado só foi efetivado na década de 1970, quando ele se tornou membro consultivo. Após o AGI, várias nações continuaram as suas pesquisas polares, entre elas os Estados Unidos, que divulgavam a importância do intercâmbio científico no pólo sul. Na expedição de 1961, um pesquisador brasileiro na área da meteorologia, Rubens Junqueira Villela, foi convidado a integrar o programa antártico norte-americano e com isso se tornou o primeiro cientista brasileiro a chegar ao continente antártico. O seu sonho de adolescente era conhecer a Antártica e se formou em meteorologia nos Estados Unidos, pois essa atividade favorecia o engajamento em uma expedição ao continente (Rubens J. Villela em entrevista realizada em abril de 2009).

O Ministério das Relações Exteriores desenvolveu um estudo jurídico, em 1961, sobre o Brasil e o Tratado da Antártica e as conclusões indicaram que o Brasil poderia adotar as seguintes posições:

a) Não tratar do assunto, pois esse foi o posicionamento durante vários anos;
b) Emitir uma proposta de reivindicação e tentar o apoio de outros países que não eram membros do tratado para uma reconsideração do assunto;
c) Aderir ao Tratado e respeitar as regras, possibilitando assim a participação do país nas decisões do futuro do continente (Ferreira, 2005).

O estudo sugeria que o Brasil aderisse ao acordo, mas inicialmente sem se posicionar como um membro ativo e no momento oportuno, após a realização de

pesquisas efetivas poderia se tornar membro. Essa recomendação, apesar de aprovada nas esferas governamentais, não foi considerada (Moreira, 1982, p. 95).

Neste período, o governo brasileiro enfrentava uma crise decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros e da campanha iniciada pelos setores militares e da direita civil contra a posse do vice-presidente, João Goulart, que estava fora do país e pela convocação de novas eleições no período de dois meses. O deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, assumiu o poder provisoriamente e a posse de Goulart foi confirmada, mas se aprovou também uma emenda constitucional sobre o parlamentarismo no Brasil, que vigorou até 1963. Após esta data foi realizado um plebiscito que confirmou a volta do presidencialismo e de João Goulart ao poder (Fausto e Devoto, 2004, p. 371, 376).

Um estudo do Ministério das Relações Exteriores, realizado em 1963, sugeriu que a política brasileira deveria contemplar os seguintes princípios:

a) Apoiar a desmilitarização da Antártica;
b) Apoiar a não-nuclearização do continente polar;
c) Aceitar o Tratado da Antártica como o início da solução do problema da ocupação das terras e águas austrais;
d) Aceitar a tese da universalização da região, possibilitando a utilização das terras e das águas de modo semelhante por todos os países e a reserva de direitos ao Brasil para uma futura utilização dos recursos da antártica e
e) Solicitar a participação no fórum que iria regulamentar a ocupação e soberania da região (Ferreira, 2005).

Este mesmo estudo apresentou também as mais indicadas etapas preparatórias para a implantação de uma política antártica brasileira e essas seriam:

a) a formulação da política pelo MRE, com base nos documentos já existentes;

b) a expedição de notas aos governos dos Estados Unidos, aos países signatários e aos que mantinham relações diplomáticas com o Brasil com o objetivo de mostrar o interesse do Brasil na região, pelo Tratado e pela possibilidade de internacionalização da Antártica, por utilizar os recursos naturais, por se tornar membro consultivo do acordo e

c) a criação de uma comissão antártica brasileira com o objetivo de formular um programa de longo prazo para implantar a política brasileira que defenderia a universalização da Antártica. Esses subsídios do MRE para a participação do Brasil no Tratado não foram considerados naquele momento (Moreira, 1982, p. 98).

O governo de João Goulart, em 1963, enfrentava uma série de problemas sociais e políticos relacionados com o aumento da mobilização social de trabalhadores urbanos, de grupos de trabalhadores rurais que solicitavam melhores salários e condições de trabalho (Fausto e Devoto, 2004, p. 380). Esses problemas foram agravados com as dificuldades econômicas e com a proposta de reformas de base, entre elas a agrária e a urbana. O golpe militar retirou Goulart da presidência, em 1964, e os civis que tinham apoiado a mudança foram surpreendidos pela decisão dos militares de assumir o poder diretamente (Carvalho, 2004). Na presidência, assumiu o general Castelo Branco no período de 1964 a 1967. No novo regime foram editadas diversas normas que suspenderam os direitos políticos de parlamentares, extinguiram os partidos políticos existentes e criaram o bipartidarismo. Além disso, iniciou-se uma intensa atividade governamental na área política para suprimir os focos de oposição e na área econômica para conter a inflação que atingia níveis muito altos (Carvalho, 2004, p.158).

O regime militar do Brasil seria caracterizado como “o Estado burocrático, que tinha como objetivo organizar a dominação de classe em favor das frações superiores de uma burguesia altamente oligopolista e transnacional”, conceito elaborado por O’Donnel (Fausto e Devoto, 2004, p. 395). A presença dos militares na política brasileira começou na proclamação da República, mas as oligarquias conseguiram retirá-los com a construção coronelista da Primeira República.

Ao mesmo tempo em que mudava o governo, o tema da Antártica despertava o interesse dos parlamentares e o deputado Antônio Silva Cunha Bueno foi um dos que solicitou esclarecimentos do governo sobre o Brasil e a Antártica, por meio do pedido de informação nº 1.520 de 1964. As informações demandadas pelo deputado eram sobre a adesão do Brasil ao acordo internacional, sobre a exclusão do Brasil da Conferência de Washington e sobre o interesse do Conselho de Segurança Nacional sobre o tema. O MRE respondeu que os estudos sobre a posição do Brasil em relação ao acordo

sugeriam a adesão do país e indicavam que a responsabilidade sobre a convocação para a Conferência de Washington era dos Estados Unidos, que pela sua intransigência vetou a participação do país. O MRE argumentou ainda que sobre o interesse do Conselho de Segurança na Antártica, só os representantes do órgão poderiam responder sobre o assunto (Moreira, 1982, p. 99).

A divulgação de outros trabalhos sobre a Antártica e sobre a teoria da defrontação continuava a suscitar o debate sobre o tema. O lançamento da publicação Atlas Histórico Escolar, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1969, mostrava a reprodução do mapa dos setores antárticos e indicava o benefício do Brasil. Este material fez com que a mídia apresentasse o tema por meio de várias reportagens e entrevistas, o que iria favorecer uma repercussão nacional (Santos, 2004, p. 89).

No ano de 1970, o governo resolveu atuar na gestão dos recursos do mar brasileiro. O processo para aumentar o limite do mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas foi iniciado, pois não havia naquele período nenhuma norma do direito internacional que determinasse o limite do mar territorial de cada Estado. O texto do decreto-lei e a exposição de motivos foram encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores e a Marinha que o submeteram a aprovação da Presidência e do Conselho de Segurança Nacional. O decreto-lei nº 1.098/70 ampliou o limite do mar territorial e teve "como objetivo proteger interesses como o econômico, a pesca, o meio ambiente e o controle da pesquisa e atividades estrangeiras nas costas brasileiras (Carvalho, 1999).

Neste mesmo ano, foi criada a Comissão Interministerial de Estudos dos Assuntos Relacionado com Política Brasileira para os Recursos do Mar, pelo decreto nº 66682/70, com sede na Marinha do Brasil e com o objetivo de elaborar estudos e preparar subsídios para as diretrizes da política brasileira para os recursos do mar, na plataforma continental, mar territorial e águas interiores (BRASIL, 1970). A Comissão era formada por representantes do Estado Maior da Armada, da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, do Ministério das Relações Exteriores, da Agricultura, dos Transportes e de Minas e Energia. Esta comissão foi a que deu origem a Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM), que no futuro seria responsável pela coordenação do Programa Antártico Brasileiro.

O Brasil participou também de discussões sobre a Antártica em fóruns internacionais e o Ministério da Marinha indicou um representante para a primeira reunião do Grupo Internacional de Coordenação para o Oceano Antártico, apesar do país não ser membro do Tratado da Antártica e nem ter nenhum programa de pesquisas oceânicas nas águas austrais ao sul da convergência subtropical (40º de latitude Sul). O programa brasileiro de pesquisas se estendia até o paralelo 38º, com o objetivo de estudar os fenômenos químicos, físicos e biológicos da região e suas implicações sobre o mecanismo de fertilização da costa do sul do Brasil (Moreira, 1982, p. 101).

Paralelo às atividades realizadas pelo Executivo, o Legislativo também atuou como uma arena para o debate sobre o tema quando o deputado Eurípedes Cardoso de Menezes pronunciou no Congresso o discurso “Os direitos do Brasil na Antártica” que foi um marco na divulgação e no direcionamento do tema neste período. Ele sustentava que o critério dos setores era a forma mais adequada de se partilhar o território antártico e propunha que o Brasil decretasse seu território na região entre os meridianos do Arroio Chuí e da Ilha de Martim Vaz. Segundo Ferreira (2005), essa proposta foi o que desencadeou o início do processo de adesão do Brasil ao Tratado da Antártica, pois o MRE considerou que a adesão deveria ser tratada com cuidado e sem maior urgência, pois a diplomacia temia que as atividades brasileiras no continente pudessem interferir nas relações com a Argentina, Chile e Reino Unido, países que reivindicavam territórios na região. O discurso do Deputado Eurípedes defendendo o direito do Brasil a ter soberania no continente antártico estava em desacordo com o Tratado, que não reconhecia a reivindicação feita após a entrada em vigor do acordo internacional, em 1961. Ele acreditava que após a criação do decreto de aumento do limite do mar territorial brasileiro, o governo deveria editar o decreto da Antártica.

O MRE solicitou um estudo para subsidiar a política brasileira para a Antártica ao Embaixador João Frank da Costa, especialista no tema e que iniciou seu interesse sobre a região na década de 1950, quando publicou artigos sobre a soberania na Antártica em revistas especializas em direito internacional, além de ter participado de reuniões internacionais sobre a questão do mar e seus recursos como representante do governo brasileiro (Costa,1951,1958,1959, 1960, 1961). O estudo concluiu que o Brasil deveria aderir ao Tratado e se tornar membro consultivo, pois assim estaria garantindo

seu direito de participar das decisões do futuro do continente antártico. A partir disso, o MRE iniciou a defesa da adesão ao acordo e desconsiderou as alternativas que estavam em debate como a indiferença para não interferir nas relações com a Argentina, a reivindicação de territórios ou a internacionalização da Antártica (Ferreira, 2005, p.117).

4.3 O Brasil e a Argentina: a política para a Antártica entre 1972 e 1983.

A qualidade de um acordo negociado é uma característica que marcou a fase de crescimento e consolidação do Tratado da Antártica. Segundo Colacrai (2004), novos temas foram incorporados ao Sistema, como a proteção das focas, a regulamentação da exploração dos recursos vivos e a proteção do meio ambiente. A década de 1970 foi importante para a Antártica no contexto internacional, quando a crise de energia despertou o interesse sobre os recursos não vivos da Antártica. No que se refere ao contexto interno, a Argentina participou da Guerra das Malvinas e o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica. Neste período, os dois países enfrentaram um regime militar.

4.3.1 A adesão do Brasil ao Tratado da Antártica

A década de 1970 foi marcada pelo regime militar e a característica da ação do Estado, neste período, era de grandes planejamentos visando o desenvolvimento do país (Lafer, 1970, Souza *et al*, 1972, Guimarães *et al*, 1985). Os presidentes que se sucederam eram militares, sendo que a adesão do Brasil se tornou viável durante o governo de Ernesto Geisel. Apesar do papel decisivo da Marinha nas operações logísticas para a Antártica, foram os civis e os estudiosos de geopolítica que atuaram para que o governo se manifestasse a favor da presença do Brasil na região (Child, 1988, Santos, 2004, Ferreira, 2005).

Além da defesa de uma ação brasileira no continente antártico pelo parlamento, outros setores iniciaram atividades para efetivar a presença do Brasil na Antártica, como o de um grupo de cientistas e estudiosos que se reuniu no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro com o objetivo de elaborar um programa para a inserção do Brasil na gestão

do continente antártico. As reuniões informais deram origem a uma Comissão Organizadora do Programa Antártica (COPRAN) que tinha como missão congregar cientistas e instituições de pesquisa para efetivar o referido programa e que foi o embrião do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos (IBEA) (Coelho, 1983, p. 225). Em 1972, surgiu o IBEA com o objetivo de trabalhar em prol da pesquisa antártica e da organização de uma expedição ao continente. No início da década de 1970, o Clube de Engenharia de São Paulo, com a coordenação do pesquisador Rubens Villela, sugeriu a organização da primeira expedição antártica brasileira, que não ocorreu (Ferreira, 2005, p. 117).

O IBEA conseguiu apoio financeiro de vários empresários de São Paulo para o projeto da expedição, além do apoio de um grupo de cientistas que se propôs a indicar as linhas de pesquisa que seriam realizadas durante a viagem. O programa de pesquisa incluía nove projetos sobre: produção primária, precipitação pluviométrica, condições meteorológicas, solos, ecologia dos animais antárticos, ciclo do iodo, estudo bioquímico de peixes, contaminação radioativa e análise química e bacteriológica do gelo (Coelho, 1983, p. 234). O IBEA foi convidado pela Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos, em 1972, para participar da expedição americana para a base de Palmer e o presidente Aristides Pinto Coelho da Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi o cientista que acompanhou o desenvolvimento das pesquisas americanas no continente antártico (Bakker, 1986, p. 35). O apoio de uma instituição de pesquisa americana contrastava com o receio do governo brasileiro de aceitar os convites de cooperação científica de outros países. Em 1973, o Senador Vasconcelos Torres solicitou, por meio de um projeto de lei, a concessão pelo Executivo de apoio logístico para a Expedição organizada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, mas o projeto foi arquivado em 1975, sem resultado (Senado, 2008).

A falta de apoio do governo brasileiro impediu a realização da expedição, pois o Instituto não conseguiu o título de utilidade pública necessário para receber os apoios financeiros. O governo acreditava que uma expedição particular ao continente antártico poderia sugerir aos outros países um interesse na designação de território na Antártica, posição que nunca foi defendida oficialmente pelo governo. Os geopolíticos e estudiosos da teoria da defrontação como Therezinha de Castro e Delgado de Carvalho

é que defendiam essa posição por meio de artigos e livros (Delgado e Castro, 1960, Castro, 1982, Gaubet, 1986). Além disso, o Brasil estava em negociação com o Paraguai para a construção da Hidrelétrica de Itaipu no Rio Paraná e isto gerou um conflito político-diplomático com a Argentina, sobre a compatibilização das represas de Itaipu-Corpos. O país vizinho alegava a necessidade de consultas prévias entre as partes interessadas como forma de evitar prejuízos sensíveis e permanentes à futura hidrelétrica de Corpus, uma proposta argentina-paraguaia a ser construída a 200 km a jusante de Itaipu (Mello, 1996, p. 146). Em 1973, os governos do Brasil e Paraguai assinaram o acordo para a construção de Itaipu, mas o conflito com a Argentina continuou e só foi solucionado no final da década de 1970, com um acordo tripartite que compatibilizava a cota de Corpus com a potência de Itaipu (Cervo e Rapoport, 1998, p. 318).

O Ministério das Relações Exteriores levou ao presidente Geisel, em maio de 1974, a proposta de adesão ao Tratado da Antártica, elaborada a partir da idéias apresentadas pelo Embaixador João Frank da Costa. O presidente recebeu a exposição de motivos que detalhava a importância estratégica do continente, relacionada com a possível exploração de recursos naturais, apresentava um breve histórico do regime e da posição brasileira perante a não convocação para a Conferência de Washington, descrevia um relato sobre o estudo do embaixador João Frank da Costa e sobre o discurso do deputado Eurípedes Menezes e recomendava da adesão do Brasil como forma de iniciar uma política para a região (Ferreira, 2005, p. 119). O documento foi complementado em setembro com uma informação sobre a revisão do Tratado da Antártica que ocorreria em 1991, e que o país só poderia participar caso se tornasse membro consultivo. A proposta foi encaminhada pela presidência para o Conselho de Segurança Nacional que sugeriu o adiamento da adesão, argumentando que o Brasil estava em conflito com a Argentina na questão da construção da Hidrelétrica de Itaipu e que não era o momento oportuno.

A adesão do Brasil ao Tratado da Antártica foi aprovada em 1975, a partir da nova exposição de motivos elaborada pelo MRE que destacou o interesse do país em termos de estratégia e segurança, a importância da exploração dos recursos naturais e da pesquisa meteorológica (Ferreira, 2005). A questão dos recursos naturais estava

relacionada com o aumento do barril de petróleo que afetou a economia dos países, naquele período de crise energética.

O comunicado de adesão ao Tratado da Antártica pela Brasil foi enviado aos Estados Unidos, país depositário do acordo, e informava a posição brasileira sobre os assuntos antárticos, destacando que o país considerava o acordo internacional como o único diploma legal para o continente antártico, reafirmava o uso da Antártica para fins exclusivamente pacíficos, assegurando a liberdade de pesquisa, a proibição de explosões nucleares e de materiais radioativos na área. Além disso, ele indicava que os interesses brasileiros diretos e substanciais na Antártica estavam relacionados com o fato do país possuir uma extensa costa marítima do Atlântico Sul (Colombo, 1987, p. 95).

O Congresso Nacional foi consultado para referendar a adesão do país ao Tratado, de acordo com a Constituição Federal, e o decreto nº 75.963/75 promulgou o Tratado (Ferreira, 2005, p. 121, BRASIL, 1975). A partir deste ato, o Brasil iniciava seu processo de inserção na administração do continente antártico e também na construção de sua política para os assuntos antárticos.

O direito do mar era um tema em destaque desde as primeiras Conferências da ONU em 1958 e 1960 sobre o assunto. Na década de 1970, o interesse aumentou em função das Conferências sobre o Direito do Mar e do debate sobre a exploração dos fundos marinhos na Assembléia Geral da ONU. Em resposta a esta demanda, o governo brasileiro criou a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) em 1974 que tinha como objetivo coordenar a elaboração da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). As reuniões da Comissão eram presididas pelo Ministro da Marinha e com a participação de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, da Agricultura, das Minas e Energia, dos Transportes, da Educação e Cultura, da Indústria e do Comércio e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Conselho Nacional de Pesquisa (BRASIL, 1974).

O grupo de trabalho interministerial (GTI) coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores foi formado em 1976, com o objetivo de elaborar as diretrizes para a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) e seu mecanismos de

execução o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). A proposta indicava que a ação do Brasil não deveria ser realizada de imediato, em função dos altos custos da logística de pesquisa e deslocamento para o continente e do conflito com a Argentina sobre a Hidrelétrica de Itaipu. O grupo sugeria que a política deveria ser sustentada por órgãos de formulação, no caso a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) e o de execução, o Instituto Antártico Brasileiro (IANTAR), sob responsabilidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Ferreira, 2005, p. 122). Este Instituto seguiria a linha da administração de outros países como o Chile e a Argentina que executavam seus programas antárticos a partir de órgãos centralizadores da política que eram coordenados por militares, quando foram criados. A falta de recursos financeiros impediu a criação de um novo organismo.

Para se tornar um membro consultivo do Tratado, o país deveria demonstrar interesse no continente, comprovar o desenvolvimento de pesquisa de qualidade e construir uma estação científica. Após cumprir essas exigências, poderia pleitear sua participação efetiva no acordo. Os países que já possuíam experiência na região como Chile e Reino Unido ofereceram vagas para observadores em suas expedições, além de cursos e troca de informações o que caracterizava a cooperação científica incentivada pelo Tratado. O governo brasileiro evitava aceitar os convites para não ter atritos, com a Argentina, país que defendia o direito a soberania na Antártica.

O convite feito pelo Reino Unido para que o Brasil integrasse uma expedição foi aceito pela Marinha e o Comandante Ferraz participou da viagem realizada entre 1976 e 1977. Os britânicos ofereceram treinamento e até uma base desativada para auxiliar o Brasil em sua integração ao grupo dos países antárticos. O interesse britânico era explicado por motivações políticas e pela necessidade de ter um aliado na América do Sul, em função das disputas com Chile e Argentina (Ferreira, 2005, p. 123).

Em 1979, o governo militar de João Figueiredo construiu uma política de aproximação da Argentina e firmou com o Presidente Videla uma série de acordos de cooperação sobre energia, indústria bélica, comunicação, saúde animal, ciência e tecnologia entre outros (Cervo e Rapoport, 1998). A partir de negociações para resolver o conflito gerado pela construção da Hidrelétrica de Itaipu, o governo brasileiro

conseguiu efetivar um acordo tripartite e essa questão deixou de ser um limitador no desenvolvimento de ações voltadas para a pesquisa e atuação no continente antártico.

Após a adesão do Brasil ao Tratado e a constituição do GTI indicando as diretrizes para a política para a antártica, o tema só foi retomado novamente em 1980 a partir de um aviso do EMFA ao MRE informando a importância do Brasil em se tornar membro consultivo do Tratado, possibilitando assim a participação nas decisões sobre a gestão do continente. A partir deste fato, o MRE enviou a Presidência um documento explicando os motivos da importância de participar das decisões do Tratado, argumentando que o prazo para a revisão do acordo estava se aproximando, no caso o ano de 1991, e que o país precisava colocar em ação suas atividades no continente. O MRE sugeriu então que a CIRM fosse a responsável pelo programa antártico, pois a logística e a experiência da Marinha seria um fator decisivo na organização das expedições e da instalação de uma estação científica na região. Em 1979, foi criada a Secretaria da CIRM com o objetivo de executar as atividades pertinentes aos encargos técnicos e administrativos da comissão, incluindo as atividades relacionadas com a Antártica (Ferreira, 2005).

Com a atuação do MRE foi editado o decreto nº 86.829/82 que criou a CONANTAR com o objetivo de propor diretrizes e medidas para formulação, atualização da POLANTAR, orientar e coordenar a elaboração de planos e projetos para a antártica, examinar e aprovar o PROANTAR, sugerir a destinação de recursos financeiros adicionais para as atividades, estimular a participação de universidades, propor a atualização da legislação e coordenar a participação do país nas reuniões do acordo internacional (BRASIL, 1982). O decreto nº 86.830 atribuiu a CIRM a competência de elaborar o projeto do PROANTAR (BRASIL, 1983).

As ações da CIRM em relação à expedição brasileira a Antártica foram iniciadas antes da definição de metas e projetos pela CONANTAR, fazendo com que o órgão executivo iniciasse sua atuação antes do órgão consultivo (Ferreira, 2005, p. 126). O texto do PROANTAR foi aprovado por uma portaria da CIRM nº 01/82 e indicava que a sua elaboração deveria considerar: a compatibilização com os objetivos da política externa brasileira, planificação global e controle centralizado das atividades antárticas,

execução descentralizada, por meio da CONANTAR e da CIRM e colaboração em programas conjuntos com outras nações (BRASIL, 1982). O propósito era promover a pesquisa, compreender os fenômenos presentes no continente e sua influência sobre o país e possibilitar a participação do Brasil no aproveitamento dos recursos naturais da área. A coordenação do programa foi estruturada em quatro diferentes níveis de competência:

a) A CONANTAR – colegiado com a função de assessorar a presidência na formulação da política;
b) A CIRM – colegiado com a função de elaborar e implementar o PROANTAR;
c) A Subcomissão do Programa – criada para assessorar a CIRM com o objetivo de aos resultados do programa sugerindo mudanças, avaliar o mérito dos projetos de pesquisa, elaborar propostas financeiras e materiais para execução das atividades e as normas de procedimentos para os projetos de pesquisa;
d) A Secretaria da CIRM – assessorar a CIRM nas atividades técnicas e administrativas.

O texto indicava que os recursos financeiros poderiam ser obtidos de diferentes fontes como o Orçamento Geral da União, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, dos orçamentos de órgãos e agências dos três níveis de governo, de financiamento de entidades e instituições públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, de doações, receitas patrimoniais e outras fontes. O PROANTAR estava organizado inicialmente em cinco subprogramas:

a) Ciências da atmosfera - com o objetivo de estudar a meteorologia, a física, a química da atmosfera e as relações sol-terra, astrofísica e oceanografia. Além disso, procura compreender os processos físicos da climatologia terrestre e que ocorrem na Antártica, pois o clima na região exerce uma grande influência no continente sul americano, principalmente na formação de frentes frias;

b) Ciências da terra – com o objetivo de estudar os aspectos geológicos, geofísicos, glaciologia, hidrografia e cartográficos;

c) Ciências da vida – com o objetivo de estudar os seres vivos da região como plâncton, flora, avifauna e peixes e suas relações com as dinâmicas dos ecossistemas austrais. Procura-se considerar também os impactos ambientais causados pelo homem;

d) Educação e treinamento – com o objetivo de capacitar os pesquisadores e gestores envolvidos com o programa e

e) Logística – com o objetivo de prover todo o apoio logístico para a execução dos projetos de pesquisa, bem como a manutenção e apoio técnico aos equipamentos utilizados no programa.

Posteriormente a edição da portaria de criação do PROANTAR foi elaborado o sub programa de geofísica da Terra Sólida, para atender os interesses sobre a presença de hidrocarbonetos na região. Um convênio entre a DHN, a CIRM e a Petrobrás adaptou o navio Almirante Câmara para os trabalhos de sísmica (BRASIL, 1996).

A partir da elaboração do programa antártico, a CIRM iniciou a organização logística da primeira expedição brasileira ao continente antártico com a compra de um navio e a formatação de um primeiro esboço do conjunto de pesquisas científicas que iriam ser desenvolvidas na expedição. Um dos requisitos para se tornar membro consultivo do acordo era demonstrar relevante pesquisa na região e instalar um estação científica. A Petrobrás foi uma instituição que apoiou o Programa, pois o interesse econômico em explorar os recursos minerais era uma possibilidade a ser considerada (Child, 1988).

A primeira expedição partiu em dezembro de 1982, com representantes de ministérios integrantes da CIRM, de jornalistas e pesquisadores (Souza, 2008). A viagem foi realizada com o apoio de dois navios: o navio de apoio oceanográfico Barão de Teffé, que tinha como missão capacitar a tripulação em navegação no gelo e dar apoio a aeronáutica e o navio Oceanográfico Professor W. Besnard, da Universidade de São Paulo, que levou pesquisadores da área de oceanografia e biologia. Este grupo participou de um programa internacional para o estudo do krill, o Projeto BIOMASS (Tessler, 1985, p. 37). Como os pesquisadores brasileiros não possuíam experiência na região polar, a primeira expedição serviu para treinar as equipes, avaliar se os equipamentos funcionariam naquelas condições e se a metodologia era adequada.

Segundo Martins (1998), a primeira expedição cumpriu os objetivos propostos, tanto no enfoque político, com a visita às bases e estações de diferentes países, como no científico com a coleta de dados oceanográficos que seriam usados em estudos posteriores. A Aeronáutica participou também dessa expedição e foi inserida no contexto logístico do PROANTAR, auxiliando a Marinha nas operações.

Como final da viagem em março de 1983, a equipe do PRONTAR iniciou a organização da expedição seguinte, que por determinação do Ministro da Marinha, Almirante Maximiliano da Fonseca, deveria instalar a futura estação científica brasileira no continente em 1984, como forma de dar respaldo ao programa científico. O Ministro Maximiliano da Fonseca foi um grande entusiasta do programa, incentivando as atividades e disponibilizando recursos financeiros para que a operação fosse um sucesso e que o Brasil se tornasse membro consultivo (José Teixeira, entrevista realizada em maio de 2009).

O Brasil foi aceito como membro consultivo do Tratado antes da segunda expedição à Antártica, da instalação de sua estação científica e da adesão ao SCAR (Ferreira, 2005, p. 130). A adesão do país foi facilitada pelas atividades indianas na região. A Índia, em 1982, enviou uma expedição ao continente antártico e não comunicou aos países membros do Tratado da Antártica. Para evitar a violação da norma que definiu o compromisso com a Carta das Nações Unidas, impedindo a realização de qualquer atividade contrária aos princípios e propósitos do tratado, os países membros resolveram convidar a Índia para aderir ao Tratado. O país condicionou a sua inserção no acordo à obtenção do status de membro consultivo, sem demonstrar o critério de pesquisa científica relevante na região. A Índia foi o país que inseriu a questão Antártica no fórum da ONU na década de 1950. Como o Brasil estava em situação semelhante e vinha demonstrando significativo interesse nas atividades antárticas, sua aprovação foi junto com a da Índia, na quinta Reunião Especial do Tratado. A aquisição do status jurídico de membro consultivo contribuiu para que, em 1984, o Brasil fosse aceito como membro no SCAR, iniciando assim sua trajetória no desenvolvimento da pesquisa antártica. Segundo Child (1988), a inclusão do Brasil e da Índia no Tratado representou uma importante mudança na história do acordo, pois esses possuem uma significativa parcela da população do terceiro mundo.

4.3.2 O governo militar na Argentina e a política para a Antártica

O período em que os militares estiveram no poder na Argentina pode ser delimitado a partir da queda de Perón em 1955 até a volta da democracia em 1983. Os governos militares foram interrompidos somente na fase da presidência de Frondizi (1958-1962), Arturo Illia (1963-1966) e na presidência de Hector Cámpora (1973-1973), Perón (1973-1974) e Isabel Perón (1974-1976). Durante a década de 1970, a geopolítica, a questão da segurança e da soberania no cone sul foram assuntos que tangenciaram a gestão do continente antártico, sendo que na Argentina os governos militares bélicos e ditatoriais desenvolveram um viés de mostrar para o mundo o seu poder, que incluía a necessidade de defender seu território no setor antártico argentino (Child, 1988).

Ao longo deste período, a organização do Sistema do Tratado Antártico foi sendo modificada em função de eventos ocorridos no contexto internacional, como a superpopulação, escassez de alimento e crise do petróleo. Essas questões levaram os países a buscar novos espaços ainda não explorados, o que contribuiu para que a Antártica fosse vista como uma região passível de utilização (CARI, 1996, p. 18).

Os países membros adotaram um instrumento para normatizar um recurso comercialmente explorado e a Argentina participou em 1972 da Conferência que aprovou a Convenção para a Conservação das Focas Antárticas. Esta norma foi editada de forma preventiva, pois a atividade caça comercial das focas estava suspensa. Além disso, o país esteve presente também na VII ATCM, quando foram discutidas ações relativas à proteção do meio ambiente e ao turismo e se iniciou o estudo sobre a possibilidade de exploração dos recursos minerais da região. Este assunto entrou na pauta de discussões, a partir de solicitações de empresas comerciais da permissão para a prospecção.

Em relação à ciência nesta época, a instalação do Laboratório Belgrano (LABEL) na base Belgrano possibilitou um avanço nas pesquisas argentinas. O inicio de um novo programa oceanográfico pelo IAA, o OCEANTAR I, marcou o investimento do país em estudos sobre as massas de água da passagem de Drake e sobre

o krill, visando uma futura exploração comercial. O programa de ciências da terra desenvolveu estudos para o conhecimento geológico do setor antártico e na biologia, as pesquisas buscavam o conhecimento sobre aves como o pingüim, foca de Wedell, invertebrados marinhos, costeiros e de profundidade e neurofisiologia de peixes (Rinaldi, 1992, p. 106). O programa das ciências da atmosfera estudou as auroras e realizou pesquisas sobre ionosféricas do ruído cósmico e radioatividade ambiental.

Os temas que se destacavam na agenda de política externa argentina eram: "a reivindicação de soberania nas ilhas Malvinas, a afirmação de direito de desenvolvimento da energia nuclear de forma independente, a defesa de direitos argentinos na Antártica e o questionamento das políticas protecionistas da Comunidade Européia em matéria de produtos agrícolas" (Rouquié, 1983, p. 146). Além disso, a questão da segurança dos países, principalmente na América do Sul, era um tema de destaque e o governo argentino procurava reforçar o seu poder com um discurso de expansão e soberania, principalmente nas ilhas Malvinas.

O governo do General Lanusse (1971-1973) procurou solucionar o impasse em que se encontrava o regime militar marcado por uma recessão econômica, um sindicalismo forte e a atuação da guerrilha urbana com a promoção de uma abertura política controlada e o gerenciamento do "processo de transição democrática, que iria culminar com as eleições de 1973 e no retorno do peronismo ao poder" (Mello, 1996, p. 95). A política externa deste governo apostou na abertura comercial para o Leste com a assinatura de um acordo com a União Soviética e o retorno das relações diplomáticas com a China. Apesar da vigência do Tratado da Antártica, o Presidente Lastiri transferiu durante três dias a sede do governo argentino para a base Marambaio localizada no setor antártico argentino em 1973 e assinou a Ata de afirmação da soberania na Antártica Argentina como uma maneira de interferir nas pretensões do Brasil no continente antártico (Escude y Cisneros, 2000). Este ato foi objeto de uma representação contrária do Chile que também reivindicava um território na Antártica e que foi o protagonista de muitas disputas na fronteira com a Argentina.

No governo autoritário argentino e sua política de inserção no Cone Sul como uma nação com propostas de expansão territorial gerou duas grandes disputas: o

conflito diplomático com o Chile sobre o Canal de Beagle e a guerra com o Reino Unido pelo domínio das ilhas Malvinas.

O conflito com o Chile se iniciou pela posse das ilhas Picton, Nueva e Lennox, situadas no Canal de Beagle, que já tinham sido objeto de acordos desde o século XIX. A disputa pela delimitação das fronteiras de Argentina e Chile ocorreu ao longo de vários anos, sem que fosse resolvida, pois a cada novo acordo, várias contestações eram apresentadas, o que aumentava o conflito diplomático e a insegurança na região. Na Declaração de Cerrillos, os dois países se comprometiam a buscar uma solução por meio da arbitragem, e em 1970 a rainha Elizabeth II da Inglaterra foi nomeada como árbitro e confirmou que as ilhas pertenciam ao Chile, por comporem uma unidade (Konrad, 2008). A Argentina argumentava que a sua segurança nacional ficaria afetada pelo domínio chileno das ilhas e a extensão das 200 milhas náuticas proporcionaria ao país vizinho uma projeção marítima sul-atlântica, além do controle das vias do Estreito de Magalhães, da Passagem de Drake e do Canal de Beagle (Mello, 1996, p. 101). A disputa foi resolvida após a intervenção do Vaticano e a posterior assinatura do Tratado de Paz e Amizade.

Quando o novo presidente Cámpora assumiu o poder por meio de eleições democráticas em 1973, o problema das Ilhas Malvinas sob o domínio do Reino Unido era um tema de destaque. A defesa do espaço territorial argentino foi parte da agenda de outros governos peronistas como o de Latiri, Juan Perón, Isabel Perón. A estratégia de retomada das ilhas se iniciou com a utilização de fóruns internacionais que pudessem legitimar a questão em defesa da Argentina. O primeiro passo foi a representação perante o fórum internacional da ONU sobre o não cumprimento pelo Reino Unido dos compromissos assumidos perante a questão das ilhas Malvinas. Com a divulgação de estudos sobre a presença de petróleo na região, o interesse aumentou. Um incidente com navio de guerra argentino que abordou um navio inglês de pesquisas, localizado ao sul das lhas Malvinas, provocou uma reação do Comitê Jurídico Internacional que condenou a presença do navio inglês na região (Bosoer, 2007).

Os militares argentinos retomaram o poder em 1976, no período denominado de Processo de Reorganização Nacional. O terror e a repressão política afetaram os direitos

humanos e contribuíram para uma fase em que a força militar iria demonstrar seu poder e desenvolver estratégias para a defesa do território. A agenda do governo indicava que a intenção da mudança era restituir ao país o lugar de respeito e dignidade que lhe correspondia no quadro internacional (Paradiso, 2005, p. 248). As decisões relacionadas com a política externa durante o governo militar eram tomadas por um conjunto de atores onde se destacavam: o Ministério das Relações Exteriores, a Junta Militar e o Ministério da Economia. As decisões tomadas eram muitas vezes discordantes entre si e antagônicas.

A política argentina para antártica possuía duas vertentes, uma que pretendia garantir o equilíbrio pragmático com o respeito às regras do tratado e outra que possuía uma conotação de apoio a soberania no setor argentino (Colacrai, 2005, p. 46). Neste período (1978) se iniciou a instalação de bases argentinas no setor reivindicado pelo governo, além da construção de uma pequena vila na base Esperança para onde foram enviadas as famílias de militares, seguindo uma idéia do General Pujato de 1951. O objetivo desta ação era garantir a ocupação da região por argentinos durante todo o ano, como uma extensão do país, com escola, hospital e casas residenciais. O Chile também incentivou o estabelecimento de famílias na região.

A guerra do Atlântico Sul ou das Malvinas foi o retorno as questões de ocupação das ilhas Falkland (Malvinas) pelo Reino Unido desde 1833, cuja posse nunca deixou de ser reclamada pelos argentinos. Elas são uma continuação da plataforma continental argentina e estão situadas em uma posição geoestratégica em relação ao Estreito de Magalhães, ao canal de Beagle e à Passagem de Drake (Mello, 1996, p. 107). O presidente Galtieri pretendia resolver no seu governo dois problemas de interesse geopolítico para as Forças Armadas: a recuperação das ilhas Falkland (Malvinas) e a solução justa para a disputa com o Chile. Em 1982, a cúpula militar ordenou a retomada do arquipélago pelas Forças Armadas, utilizando um artifício de usar uma questão externa para frear os fatores internos que faziam pressão para a mudança. Um incidente nas ilhas Georgias do Sul com trabalhadores argentinos foi um pretexto para que a Argentina e o Reino Unido iniciassem uma disputa das ilhas Falkalnd (Malvinas) (Bosoer, 2007, p. 24). O ato de retomar as ilhas foi pensado como uma forma de unir o povo argentino em torno de uma disputa antiga. O governo acreditava que se os

militares saíssem vitoriosos, possibilitaria a aprovação do regime militar pela opinião pública. O desembarque de soldados em Puerto Stanley e o controle da ilha fizeram com que o Conselho de Segurança da ONU estabelecesse "como condição para o prosseguimento das negociações a retirada argentina das ilhas'' (Vidigal, 2007, p. 278).

As negociações de paz não avançaram e o apoio da Comunidade Européia e dos Estados Unidos à posição inglesa contribuiu para o isolamento diplomático argentino. O Reino Unido iniciou os ataques no final do mês de abril de 1982, com uma força militar potente e reforçada pelo apoio dos Estados Unidos. A Argentina só recebeu apoio de alguns vizinhos sul-americanos como o Peru, Bolívia e Venezuela, países preocupados com seus próprios litígios territoriais, os dois primeiros com o Chile e o segundo com a Guiana (Mello, 1996, p. 116). O conflito terminou em junho de 1982, com a derrota da Argentina e a recuperação da democracia no país em outubro de 1983 foi atribuída a este evento (Boeser, 2007, p. 64).

Na análise comparativa das políticas do Brasil e da Argentina pode-se verificar que os países desenvolveram suas políticas em momentos diferenciados. A Argentina instalou sua primeira base na região, no início do século XX e instituiu a primeira comissão para os assuntos antárticos em 1939. A reivindicação de territórios na região era tema de um projeto nacional, com a divulgação de artigos na imprensa, inclusão do tema nos currículos escolares, emissão de selos comemorativos, edição de livros de informação sobre a Antártica para leigos. Essa consciência antártica foi inserida na sociedade argentina por governos nacionalistas (Child, 1988). A inserção do país em fóruns relacionados com a Antártica, o discurso diplomático, defendendo a soberania nas ilhas Malvinas, a participação no AGI e a disputa por um território na região antártica foram atos que colocaram o país no grupo dos países com interesse na Antártica. O convite para a Conferência de Washington confirmou o destaque que a Argentina possuía perante o grupo da Antártica.

As ações do Brasil foram construídas a partir da visão dos estudiosos de geopolítica e dos interessados em pesquisa na Antártica, que mobilizaram o parlamento, a mídia e as empresas para garantir a presença brasileira na Antártica. "A sociedade desconhecia a capacidade do país tropical, sem experiência na região polar, de elaborar

um programa antártico, realizar expedições e construir uma estação científica” (Child, 1988). A teoria da defrontação desenvolvida por brasileiros colaboradores da ESG contribuiu para que o tema fosse discutido, apesar do governo brasileiro não apresentar explicitamente um discurso territorialista.

Este capítulo apresentou um histórico das políticas para a Antártica e as principais diferenças entre os países estudados, com ênfase nos momentos diferenciados da gênese da política e desenvolvimentos das ações e no fortalecimento de uma consciência antártica argentina em oposição a uma ausência governamental brasileira dos assuntos antárticos.

Capítulo 5

A Argentina e o Brasil: Ciência e Meio Ambiente na Antártica

Este capítulo aborda os temas importantes para a gestão do continente antártico: a ciência, que contribuiu para a elaboração do Tratado e o meio ambiente, que se tornou um tema central na década de 1990. A política do Brasil e da Argentina para a Antártica contempla essas duas questões e será apresentada neste capítulo uma comparação da elaboração e implementação das ações científicas e ambientais.

5.1 A Ciência e a questão ambiental

No contexto internacional da década de 1970, dois temas começavam a aparecer nas discussões entre os países que iriam refletir também nas questões sobre o meio ambiente antártico: a conservação do meio ambiente e a exploração dos recursos naturais. Estes temas estavam relacionados com a necessidade de se pesquisar e conhecer mais a região, para se definir regras de preservação e uma possível exploração da Antártica. Além disso, existia uma preocupação sobre os impactos ambientais globais que poderiam ser gerados a partir da diminuição da camada de ozônio e os cientistas poderiam utilizar a região para monitorar as mudanças globais (Villa, 2004, p. 111).

A questão ambiental já estava na agenda internacional desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, em 1972, mas foi somente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 é que se estabeleceu uma agenda global (Inoue, 2007).

O desenvolvimento da ciência no Brasil e na Argentina foi marcado por acontecimentos diferenciados, pois a Argentina valorizou a educação desde a sua independência, com a criação de universidades, museus e institutos de pesquisa desde o século XIX. No princípio, “a ciência conforme era praticada no Brasil não passava de

uma pálida imagem da ciência européia, refletida por Portugal" (Schwartzman, 2001). A falta de estruturas, instituições e forças sociais que davam vida à ciência no velho mundo eram associadas necessariamente às condições européias e não brasileiras. As primeiras instituições científicas brasileiras foram criadas a partir de 1808, com a chegada de D. João VI e da corte portuguesa ao Brasil, como a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a Academia de Guarda Militar, o Colégio Médico Cirúrgico da Bahia e a Escola Médica Cirúrgica do Rio de Janeiro. A primeira associação de cientistas foi criada no Brasil em 1916 com o nome de Sociedade Brasileira de Ciências, uma das primeiras manifestações organizacionais do início do século. Em 1922 essa sociedade elevou seu status e mudou de nome para Academia Brasileira de Ciências, reunindo um número limitado de membros e com um caráter altamente elitista (Fernandes, 2000, p. 28). Em 1948 foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que se definia como uma organização ativista destinada a defender os interesses gerais da comunidade científica como um todo (Fernandes, 2000, p. 31). Segundo Baiardi (1995) "a política de Estado de Ciência e Tecnologia é um fenômeno típico do século XX, quando a relação entre a ciência e o Estado passa a ser vista como um projeto de promoção integrado em um modelo de Estado que se deseja construir."

Segundo Fernandes (2000), uma característica permanente da relação entre o governo brasileiro e a comunidade científica ao longo da história da ciência é a instabilidade. Os cientistas dependem do financiamento governamental para realizar suas pesquisas e este apoio nem sempre foi sistemático. A indiferença do governo, sua atitude de repúdio e "suas críticas à comunidade científica são sempre vistas por essa comunidade como surpreendentes e injustas, a despeito do fato de elas ocorrerem frequentemente e poderem mesmo ser racionalizadas, dadas as fracas ligações entre a economia e a ciência no Brasil, se comparadas aos estreitos vínculos entre a política e a ciência" (Fernandes, 2000, p.100).

Na Argentina, a instabilidade econômica e os golpes militares desarticularam os grupos de pesquisa, em função de intervenção nas universidades, enquanto que no Brasil, os militares procuraram desenvolver a ciência dentro de uma visão nacionalista, no âmbito da ideologia de segurança nacional (Carvalho, 2000).

A ciência sempre esteve presente nas decisões relacionadas com a gestão do continente antártico, desde o Ano Geofísico Internacional, e o fato dos países em desenvolvimento poderem participar desta atividade, gerando conhecimento, realizando intercâmbios com outros países, por meio de universidades e institutos de pesquisa, contribuiu para a inserção destes países em grupos de pesquisas internacionais sobre os assuntos polares.

Na década de 1970 as reuniões do Tratado foram realizadas em Oslo (1975), Londres (1977), Washington (1979), Buenos Aires (1981) e Camberra (1983) e apresentaram temas que estavam em discussão no contexto internacional, principalmente a exploração dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. Essas reuniões discutiram a proteção do meio ambiente antártico, com a proibição de eliminação de lixo nuclear, apresentaram um detalhamento sobre a exploração econômica da região e a preocupação com o controle das atividades realizadas na Antártica pelos terceiros países e os novos aderentes, a indicação que não se iniciasse a exploração dos recursos minerais antes de se adotar uma regulamentação para o assunto, a necessidade de mais estudos para subsidiar as medidas apropriadas de conservação dos recursos marinhos vivos para a consolidação de um regime definitivo, os efeitos do turismo e de expedições de organizações não governamentais. Na XI ATCM em Buenos Aires, a recomendação XI-1 definiu normas para a futura regulamentação da exploração dos minerais, que seriam: a manutenção do Tratado, o papel ativo e responsável das Partes Contratantes e a proteção do meio ambiente antártico e de seus ecossistemas (Villa, 2001, p. 49). Na ATCM de Camberra, em 1983, foi discutido o impacto ambiental das pesquisas na região, a coleta e distribuição de dados meteorológicos e uma solicitação de recursos financeiros para o SCAR. O Brasil participou como observador na sua primeira reunião de decisões do Tratado da Antártica. O país aderiu ao Tratado em 1975 e para se tornar membro consultivo deveria demonstrar relevante pesquisa científica na região e ser aceito pelos outros membros consultivos. Em função disso o Brasil participou da reunião como observador (Colombo, 1987).

A escassez das baleias levou a exploração do krill, animal semelhante ao camarão e que forma a base da cadeia alimentar, importante para focas, aves e baleias.

Com a diminuição dos estoques pesqueiros, produto da pesca comercial sem controle, os pesquisadores alertaram para um desequilíbrio que poderia afetar seriamente a sobrevivência das espécies que dependiam do krill para sobreviver, assim como do ecossistema antártico. Isso gerou a convocação de uma reunião especial sobre o tema, em 1978, onde os estados discutiram a proposta de um instrumento legal para regulamentar a exploração (Lopez,1992, p. 121). A Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR) foi assinada em 1980 e entrou em vigor em 1982, mesmo ano em que a Argentina aderiu a esta convenção e que foi descrita no capítulo dois.

A Argentina assinou a convenção porque ela garantia os interesses do país, reafirmando as regras do Tratado e protegendo os recursos vivos da área que possuem relação direta com as áreas marinhas do Atlântico Sul, que estão sob a jurisdição argentina. Além disso, o acordo garantia a reserva de direitos sobre as áreas reivindicadas na região antártica (Lopez, 1992).

A partir da década de 1980, as decisões relacionadas com a preservação do meio ambiente antártico se tornaram o centro das discussões e novos atores, como as organizações não governamentais, atuaram de maneira a construir novas diretrizes e acordos para que o continente fosse considerado uma região dedicada à paz e a ciência.

5.1.1 A Ciência na Antártica: o Brasil e a Argentina

Uma das características da ciência antártica é que ela tem um viés internacional, desde a sua organização e institucionalização. A presença de diferentes países realizando pesquisa na região e as dificuldades logísticas contribuem para a cooperação internacional. Não se pode delimitar um campo de “ciência antártica” em contraposição às outras áreas ou disciplinas científicas, pois a pesquisa na região não se diferencia metodologicamente e nem conceitualmente de outras que se realizam no resto do planeta.

No Brasil, o interesse pela ciência na Antártica começou na década de 1970, com os projetos do IBEA. No que se refere ao financiamento da ciência brasileira, em

todas as áreas, pode-se notar que a Academia Brasileira de Ciências propôs em 1931 a criação de um órgão de governo de apoio à pesquisa. A ciência naquela época era realizada por uma pequena comunidade de pesquisadores que se formava nos centros europeus, com recursos próprios (Muniz, 2008). A intervenção do Estado no financiamento de pesquisa e fortalecimento da infra-estrutura era uma reivindicação de cientistas, governantes e políticos. A atuação desses grupos em prol da institucionalização da ciência caracterizou o período anterior a criação do Conselho Nacional de Pesquisas. O órgão foi criado em 1951 com o objetivo de "promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento, dando ênfase especial às atividades relacionadas com o aproveitamento da energia nuclear'' (BRASIL, 1951). Esta instituição era ligada a Presidência e seu inicio foi resultado da iniciativa de vários pesquisadores e cientistas e das preocupações com o domínio do conhecimento sobre a energia nuclear e suas aplicações, inclusive para fins militares (Vogt e Knobel, 2004). A ciência esteve presente nas decisões que foram tomadas em relação à gestão do continente antártico, desde a elaboração do Tratado até a elaboração das diretrizes relacionadas com o meio ambiente. A presença do CNPq na administração direta dos projetos de pesquisa, a partir da década de 1990, auxiliou no planejamento e organização da vertente científica brasileira do PROANTAR.

A ciência brasileira foi institucionalizada nos anos 30 com a criação da Universidade de São Paulo e com a cooperação de cientistas estrangeiros. Nos anos 50, as necessidades da nação estavam relacionadas com o desenvolvimento e uma importante questão que mobilizou a comunidade científica foi a da energia nuclear. Para os cientistas era uma oportunidade de se envolver em um campo da ciência num nível restrito, em seus últimos desenvolvimentos, aos países do primeiro mundo (Fernandes, 2000, p. 83). Acreditava-se que a energia nuclear conduziria ao controle de todos os demais campos, possibilitando a industrialização, o desenvolvimento e o progresso.

O planejamento governamental brasileiro para a ciência e tecnologia se tornou mais explícito a partir da década de 1960, pois as características das etapas anteriores de desenvolvimento foram atendidas independentemente das iniciativas governamentais voltadas exclusivamente para a questão (Lafer, 1970, Souza *et al*, 1972,Guimarães *et al*,

1985). As ações gerais ou setoriais da economia também podem contribuir de modo implícito, para a evolução tecnológica do país. Em 1963, um grupo de cientistas brasileiros lançou a proposta de criação de um ministério da ciência e tecnologia para substituir o CNPq, pois órgão era criticado por apresentar falhas, não ter um orçamento adequado para promover o progresso da ciência, ter desvio de verbas, uma excessiva burocracia e não cumprir os objetivos que guiaram a sua criação. A criação do ministério não era aceita por toda a comunidade científica, mas teve a aceitação do CNPq e da Academia Brasileira de Ciências. O projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional, mas com o golpe militar em 1964, a proposta foi esquecida (Fernandes, 2000, p. 107). O Ministério da Ciência e Tecnologia só foi criado em 1985.

No caso da pesquisa na Antártica as políticas estavam relacionadas com a exploração dos recursos do mar e no início não se elaborou uma política específica para a atuação do Brasil na região, mas se utilizou a estrutura da Marinha e as diretrizes já delimitadas para cumprir as medidas relativas o direito do mar e a exploração dos seus recursos.

O que caracterizou o desenvolvimento da ciência e tecnologia durante o regime militar foi a criação de diferentes planos e programas que visavam o desenvolvimento econômico e tecnológico e que investiam em um perfil burocrático de estado. A presença do país na Antártica foi efetivada durante o regime militar, com a participação dos parlamentares, da mídia e da sociedade que cobravam uma postura do governo em relação a este tema. Como a questão de segurança nacional era o ponto central das decisões tomadas durante este período, o atraso na adesão do Brasil ao Tratado ocorreu em função dos receios do governo em causar desavenças com os países vizinhos, em especial com a Argentina (Ferreira, 2005).

O início da pesquisa em oceanografia no Brasil ocorreu com o auxílio da Marinha e com a criação de uma Repartição Hidrográfica, já no século XIX. O Governo de São Paulo instituiu na década de 1940 o Instituto Paulista de Oceanografia, ligado à Secretaria de Agricultura com o objetivo de estudar os fatores físicos, químicos e biológicos que influem na produtividade do mar, visando principalmente o seu aspecto econômico. Esta instituição foi o embrião do Instituto Oceanográfico da Universidade

de São Paulo (USP), que em 1975 recebeu o status de Unidade de Ensino da Universidade de São Paulo. Na primeira expedição brasileira à Antártica, este Instituto contribuiu com a cessão do navio oceanográfico e de pesquisadores para iniciar a parte científica do PROANTAR, junto com outras universidades federais e institutos de pesquisa que desenvolviam projetos em áreas de interesse, como meteorologia, biologia, geologia e atmosfera. A necessidade de cumprir o requisito de investir em pesquisa relevante no continente antártico fez com que um grupo de cientistas adaptasse os seus conhecimentos desenvolvidos na zona tropical ao ambiente polar. O programa científico brasileiro, na primeira expedição, era modesto e restrito e os pesquisadores duvidaram de sua capacidade de atuar na região. Com o término da expedição foi confirmado que os cientistas brasileiros possuíam condições de representar bem o país na comunidade antártica internacional (Tessler, 1985).

Um ano após ser aceito como membro consultivo o Brasil se tornou também membro da organização científica SCAR. Esta instituição tem o papel de coordenar, promover e integrar a pesquisa antártica internacional. A entrada do país neste grupo de cientistas possibilitou o reconhecimento dos cientistas brasileiros de integrar um grupo de pesquisadores polares, o que possibilitou o intercâmbio científico em projetos no âmbito do Tratado da Antártica. O Brasil atingiu uma posição de destaque no SCAR, com a eleição de um pesquisador brasileiro, Antônio Rocha-Campos, da USP, para a presidência da instituição, em 1996. A qualidade das pesquisas e o auxílio dos navios brasileiros logo no início do programa antártico possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa brasileira como sendo relevante e de alta qualidade (Rubens J. Villela em entrevista realizada em abril de 2009).

No início do PROANTAR, a parte científica também era coordenada pela CIRM, auxiliada pelos pesquisadores das diferentes áreas no que se referia ao julgamento dos projetos. O documento que instituiu o PRONTAR, elaborado em 1982, indicava que a capacidade da comunidade científica de realizar pesquisas no continente era limitada, pois não existia naquela época instituições de pesquisa ou grupos nacionais que se dedicassem exclusivamente às pesquisas antárticas, sendo que a capacidade científica estava concentrada apenas em algumas áreas. As universidades e instituições de pesquisa que investiram inicialmente na Antártica foram: o Instituto Oceanográfico

da Universidade de São Paulo, que com apoio da Marinha, cedeu o navio Prof. W. Besnard para auxiliar nas pesquisas oceanográficas; o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que desenvolveu programas relacionados com o clima, a atmosfera e meteorologia; a Universidade Federal do Paraná (UFPR) que investiu na pesquisa da parte biológica e bioquímica, com o Professor pioneiro Metry Bacila, responsável pelo projeto "Comportamento bioquímico e fisiológico de organismos da região Antártica" (Bacila, 1986), (Cordélia Machado, entrevista realizada em abril de 2009). Este pesquisador formou um grupo de professores que se destacou na pesquisa brasileira, como a Prof.ª Edith Fanta, especialista nas atividades relacionadas à biologia e atuou como representante do governo brasileiro na CCAMLR, além da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG). O apoio para o desenvolvimento das pesquisas na Antártica, em geral, é dado pelas Instituições de pesquisas, mas em alguns casos, o projeto na Antártica não é uma prioridade dentro dos departamentos (Therezinha Absher, entrevista realizada em maio de 2009).

Para suprir as carências na parte científica, as diretrizes do programa em relação à pesquisa indicavam:

a) O incentivo aos estudos de fenômenos e recursos naturais que pudessem ter impacto sobre o Brasil;
b) A criação de grupos de pesquisa com elevada qualidade científica;
c) O fortalecimento de áreas de pesquisa já existentes e a complementação do conhecimento nos assuntos antárticos;
d) A expansão de pesquisas no mar e no continente;
e) O incentivo ao intercâmbio científico e as pesquisas que gerassem benefícios econômicos (BRASIL, 1982, p.1.4).

Com a conclusão da primeira expedição brasileira ao continente em 1983, a organização da viagem seguinte incluía a escolha dos projetos de pesquisa, a preparação dos navios e do acampamento, pois a estação científica Brasileira ainda não estava construída. Com o incentivo da Marinha, os recursos para a construção da estação foram disponibilizados e a segunda operação antártica partiu com a missão de instalar também o abrigo brasileiro. O local escolhido pela Marinha localizava-se na ilha Rei George, que

pertence ao arquipélago das Shetland do Sul, na Península Antártica, pois a região apresentava condições climáticas mais amenas e era geograficamente mais acessível (Martins, 1998). Apesar de ser um local abrigado e favorecer os critérios logísticos, os pesquisadores alegavam que o local de instalação da estação era pouco apropriado às pesquisas (Enio Pereira em entrevista realizada em fevereiro de 2009). Segundo Rubens Villela a região aonde o Brasil se instalou não é interessante para o estudo da física da ionosfera, mas com o passar do tempo se mostrou uma área com oportunidades para a pesquisa, apesar de ser bastante explorada (Angelo, 2009).

A Estação Antártica Comandante Ferraz foi inaugurada em 1984, com oito módulos que depois foram ampliados para trinta e três, para receber os pesquisadores com uma infra estrutura adequada. Além da Estação, foram construídos no início do programa quatro refúgios para atender as necessidades dos pesquisadores que desenvolviam projetos fora da área da estação científica brasileira. Esses refúgios eram pequenas edificações, que permitiam o abrigo de equipes pequenas que podiam permanecer até 45 dias no local. Além de contribuírem para ampliar a área de estudos, os refúgios funcionavam como uma maneira de “marcar a presença brasileira” na visão da Marinha (José Teixeira em entrevista em maio de 2009).

Os projetos de pesquisa aprovados para a segunda operação na Antártica seguiram as diretrizes do Programa e estão detalhados no Quadro 2. As pesquisas no mar necessitam de um navio oceanográfico para serem efetuadas e a parceria realizada com a USP possibilitou o início dos estudos, com a presença do navio oceanográfico Prof. W. Besnard.

Quadro 2: As pesquisas Brasileiras na Operação Antártica II, 1983.

Subprograma	Instituição	Resumo
Ciências da Atmosfera (6 projetos)	INMET/ INPE	Relacionados com fenômenos meteorológicos, circulação atmosférica, fenômenos astrofísicos
Ciências da Terra (5 Projetos)	UFRJ, UNISINOS, INPE e USP	Eventos paleoclimáticos, mapeamento geológico, dados oceanográficos e projeto BIOMASS
Ciências da Vida (12 projetos)	UFPR, UFPB, UNISINOS, USP	Estudar biologia de krill, peixes, plâncton, poliquetas, liquens e aves.

(Fonte: BRASIL, 1991)

De acordo com os dados da tabela pode se inferir que as instituições que participaram da operação II (1983) eram do sul e sudeste do país com exceção da Universidade Federal da Paraíba. Nesta primeira fase do Programa, os cientistas e instituições eram convidados a participar das operações e a Marinha selecionava os projetos que poderiam contribuir para a efetiva participação do país no Tratado, dentro das disciplinas de ciências da terra, da atmosfera e da vida. A CIRM era responsável por repassar os recursos diretamente para os pesquisadores e o CNPq auxiliava o programa com a concessão de bolsas de pesquisa para o aperfeiçoamento dos cientistas (Carmen Arroio, entrevista realizada em dezembro de 2008).

Com o início das atividades na antártica, a administração do programa no âmbito da CIRM foi reestruturada. Assim, os participantes da Subcomissão do PROANTAR eram: o Secretário da CIRM, os representantes do MRE, CNPq, Marinha e Aeronáutica, os coordenadores de áreas de pesquisa da Terra, da Vida e do Ar e da Universidade de São Paulo. A função da subcomissão era elaborar as diretrizes de planejamento das atividades. O Grupo de Gerenciamento foi criado para atender as demandas científicas e o Grupo de Operações era responsável pela área logística e operacional (Martins, 1998). Além disso, foi criada a Estação de Apoio ao PROANTAR, a ESANTAR na Fundação Universidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, que guardava e catalogava todos os materiais utilizados pelas equipes, como vestuário, equipamentos de comunicação e motores. Neste local, que funciona desde o

início do programa, é feita a manutenção, a distribuição e o controle de todo o material usado na estação científica e durante as operações antárticas.

Ao longo da década de 1980, as operações anuais contribuíram para que o país pudesse aperfeiçoar suas atividades tanto no campo científico, quanto no logístico. Em 1984, foi criado o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas – CNPA, no âmbito do CNPq para assessorar o Presidente no acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas com a ciência e tecnologia da Política Nacional para os Assuntos Antárticos. Em 1996, este Comitê foi transformado em Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA, sob a responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, com as mesmas funções, por meio do decreto 1791/96.

O ano de 1985 marcou o fim do regime militar e o início do regime democrático. As mudanças ocorridas durante este período favoreceram a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas a parte científica do programa ainda era de responsabilidade da Marinha. Com o desenvolvimento de novos projetos de pesquisa, o grupo de cientistas envolvidos com o programa aumentou, gerando a necessidade de se aumentar também o espaço da Estação Científica. Em 1986, o Brasil realizou a primeira operação que permaneceu durante o inverno no continente antártico, o que garantia assim o funcionamento permanente da estação brasileira e a possibilidade da execução de projetos de pesquisa ao longo de todo o ano. As universidades e institutos de pesquisa que participaram desta fase estão listadas no quadro 3 com o número de projetos de pesquisa apoiados.

Quadro 3: Projetos de Pesquisa – Operação Antártica – 1985-1990.

Subprograma	Instituição	Ano/ Número de Projetos
Ciências da Atmosfera	INMET, INPE, UNICAMP	1985 6 projetos 1986 8 projetos 1987 11 projetos 1988 10 projetos 1989 6 projetos 1990 7 projetos
Ciências da Terra	UFRJ, UNISINOS, INPE e USP, UFRGS.	1985 6 projetos 1986 7 projetos 1987 8 projetos 1988 9 projetos 1989 6 projetos 1990 5 projetos
Ciências da Vida	UFPR, UNISINOS, USP, Faculdades Integradas Santo Antônio do Sul, Faculdade de Ciências Farmacêuticas de São Paulo.	1985 9 projetos 1986 10 projetos 1987 11 projetos 1988 16 projetos 1989 11 projetos 1990 6 projetos

Fonte: BRASIL, 1991.

O quadro demonstra o número pequeno de projetos de pesquisa por ano, e por subprograma se comparado com outros países como os Estados Unidos, Argentina e Chile que possuem várias estações científicas no continente antártico. No Brasil, neste período havia um predomínio de instituições de pesquisa e universidades localizadas no sul e sudeste do país. Segundo Rocha-Campos (1996) a maior parte dos recursos financeiros era para as atividades logísticas, pois a ciência antártica requer grandes investimentos na parte operacional e logística, que pode ser observado na tabela 3. Outro dado sobre a pesquisa brasileira na Antártica é a predominância de projetos relacionados com as ciências da vida, que envolvem diferentes tipos de projetos como levantamento de fauna e flora, biologia de peixes e fisiologia de animais em baixas temperaturas.

Neste período, os recursos financeiros para o desenvolvimento do PROANTAR eram de responsabilidade da Marinha que elaborava anualmente um plano de orçamento (Martins, 1998). As tabelas 2 e 3 apresentam dados sobre os recursos disponibilizados e a percentagem de recurso destinada a cada sub programa (CGEE, 2006, BRASIL, s.d). No início, o PROANTAR recebeu um investimento grande, pois

precisava construir a estação científica, equipar os navios com equipamentos de segurança e científicos, mas com o passar do tempo o recurso se tornou menor, em função da crise na economia brasileira, na década de 1980.

.

Tabela 2: Recursos financeiros do PROANTAR de 1983-1987.

Ano	Valor (Em Reais) para Projetos Científicos
1983	3.750.000,00
1984	2.000.000,00
1985	450.000,00
1986	440.000,00
1987	420.000,00

Fonte: CGEE, 2006.

Tabela 3: Percentual dos recursos aplicados em sub programas até 1987 (Brasil).

Ano	Programa Ciências da Terra	Programa Ciências da Vida	Programa Ciências da Atmosfera	Treinamento	Logística
1983	3%	9%	5%	0%	83%
1984	2%	3%	5%	2%	88%
1985	3%	2%	3%	1%	91%
1986	2%	1%	4%	1%	92%
1987	6%	6%	6%	3%	79%

Fonte: BRASIL, s.d

Neste período, os recursos financeiros distribuídos para os sub programas eram na sua quase totalidade para a parte de logística e entre a áreas de pesquisa se destacava a ciência da vida, com um maior número de projetos. Segundo o pesquisador da área de meteorologia Rubens Villela, em entrevista realizada em abril de 2009, todas as áreas da ciência eram importantes e era difícil estabelecer prioridades. Ele acredita que em função das poucas vagas e verbas possam ocorrer disputas e críticas dos cientistas, mas na Antártica todos são solidários, não importando a área em que cada um atue e isso é observado também em grupos de pesquisa de outros países. A pesquisadora Therezinha Absher acredita que as disputas devem ocorrer com mais freqüência nos grupos de áreas

de pesquisa semelhantes, pois o grupo de pesquisadores antárticos brasileiros era coeso e apesar da área de ciências da vida receber mais recursos, a área de meteorologia tem sua importância, pois pode auxiliar na previsão do tempo e assim garantir a segurança dos participantes do programa.

No caso das ações de pesquisa na Argentina, pode-se notar que o planejamento científico sofreu modificações ao longo dos diferentes períodos de atuação do governo na região. O interesse no Atlântico Sul, nas ilhas Falkland (Malvinas) e o direito de soberania nas ilhas sub-antárticas e na região antártica. Antes da assinatura do Tratado da Antártica, a disputa de territórios com o Chile e o Reino Unido gerou conflitos que foram parcialmente resolvidos pelo acordo. Desde 1951, com a criação de uma estrutura de organização das expedições e da pesquisa, o Instituto Antártico Argentino, os projetos de pesquisa sobre a Antártica foram aumentando, com a construção de bases e estações científicas e com o apoio logístico das Forças Armadas.

A criação da Direção Nacional do Antártico (DNA), em 1970, incorporou o Instituto Antártico Argentino (IAA), sob a coordenação do Ministério da Defesa. Esta nova estrutura contribuiu para a continuidade das pesquisas antárticas, incluindo a cooperação internacional (Comerci, 1979). Ela estava condicionada pelas diretrizes e fatores do contexto internacional, que naquela época valorizavam a questão dos recursos minerais e a sua exploração na região.

As instituições de pesquisa argentinas envolvidas com a pesquisa e que colaboraram com o Instituto Antártico Argentino eram: o Serviço Meteorológico Nacional, o Serviço de Hidrografia Naval, a Comissão Nacional de Energia Atômica, o Museu Argentino de Ciências Naturais Bernardino Rivadavia e as faculdades das Universidades de Buenos Aires, de La Plata, de Cuyo e de Salta. Os temas das pesquisas também seguiam a recomendação do SCAR e estavam divididos em três grupos: Ciências da Terra, da Atmosfera e Biológicas. Os programas abordaram temas de oceanografia, geologia, vulcanologia, glaciologia, auroras austrais, componentes da radiação cósmica, ionosfera, radioatividade ambiental, aves, peixes, focas e invertebrados.

O término do regime militar argentino contribuiu para uma mudança nas diretrizes da política para a Antártica. No contexto internacional, o Sistema do Tratado Antártico passava por um cenário de incerteza provocado por fatores externos como: a inserção da questão antártica na Assembléia da ONU (1983), o interesse dos países em desenvolvimento de declararem a Antártica como Patrimônio Comum da Humanidade, resultante da possível exploração dos recursos minerais antárticos pelos países membros e a entrada das organizações não-governamentais no âmbito de administração do Tratado (Villa, 2001, p. 50).

As atividades científicas argentinas até 1984 tinham uma linha de apoio para a efetivação do setor antártico argentino e muitas pesquisas só eram realizadas no verão. Uma política para as atividades científicas na Antártica só foi efetivada após o fim do regime militar (Claudio Parica, entrevista realizada em junho de 2009). Em 1985, foi elaborada uma política setorial para a Antártica que não contou com a participação da Chancelaria e foi observada somente pelas Forças Armadas. Neste ano, a DNA divulgou as linhas de atuação da Política Antártica Argentina. A retomada da democracia ao governo argentino contribuiu para que a política para a antártica se tornasse flexível e dinâmica, destacando a capacidade de negociação com base em alguns tópicos como:

a) Prioridade para a pesquisa científica,

b) Separação dos problemas antárticos dos conflitos nas áreas próximas, como o caso do Atlântico Sul,

c) Divulgação para a sociedade argentina da real situação da Antártica para o país,

d) Elaboração de acordos cooperativos, de ciência, tecnologia e logística com os países da América do Sul,

e) Estabelecimento de empresas para a realização de atividades econômicas na Antártica e

f) Realização de acordos com países desenvolvidos para aumentar a capacidade tecnológica para a exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis (Moneta, 1988, p. 33)

Estes temas faziam parte da posição política da Argentina, antes da elaboração da Convenção para a Regulamentação das Atividades em Recursos Minerais na Antártica (CRAMRA) e do Protocolo de Madri, pois neste período a questão da exploração dos recursos minerais foi muito discutida e a possibilidade de ter benefícios econômicos com a extração dos minerais despertou o interesse dos países membros do Tratado da Antártica.

O apoio financeiro era fundamental para o desenvolvimento das pesquisas, e apesar das novas metas de pesquisa, a produção científica antes de 1990 era pequena em função da falta de recursos (Nestor Ruben Coria, entrevista realizada em junho de 2009). A dedicação dos cientistas, técnicos e administradores do Programa Antártico da Argentina contribuiu para que as pesquisas fossem realizadas e o interesse em passar para as futuras gerações a importância da Antártica também está inserido no contexto científico (Maria Marquez, entrevista realizada em junho de 2009).

Diferente da organização da ciência antártica brasileira em que os projetos eram desenvolvidos somente pelas universidades e institutos de pesquisa, na Argentina o Instituto Antártico Argentino possui departamentos de pesquisa e um quadro de pesquisadores que são divididos em: ciências da terra, de ciências biológicas e de ciências da atmosfera (Rodolfo Sanchez, em entrevista realizada em abril de 2007). No quadro 4 seguem os temas das pesquisas.

Quadro 4: As pesquisas do IAA.

Programa	Temas de pesquisa	Parcerias
Ciências da Terra	Geologia, geofísica, oceanografia física e química e glaciologia.	Universidade de Buenos Aires, de Salta, de Mar del Plata, Tucuman.
Ciências Biológicas	Estrutura e funcionamento dos ecossistemas antárticos, ictiologia, aves, ecologia do plâncton, mamíferos marinhos, bioquímica, fisiologia, limnologia, psicologia no meio ambiente antártico, contaminação e descontaminação por metais pesados e microbiologia	Universidade de Buenos Aires, La Plata, de Mar Del Plata e Instituto Nacional de Limnologia e a Universidade de Rochester (EUA).
Ciências da Atmosfera	Interação da magnetosfera com a alta atmosfera, atividade geomagnética, física ionosférica e relações sol-climas.	Universidade de Buenos Aires, de Salta, de Mar del Plata, de Tucumán.

Fonte: Rinaldi, 1992

O SCAR instituiu grupos de pesquisas e a Argentina colaborou nos seguintes temas: estudo sobre a evolução dos paleoambientes cenozóicos das altas altitudes do hemisfério sul, pesquisa sobre o clima antártico, estudo da zona de gelo marinho antártico, biologia humana e medicina, ecologia do oceano austral, sobre as populações de focas e a pesquisa biológica dos sistemas antárticos terrestres.

A diferença entre a construção das comunidades científicas no Brasil e na Argentina pode ser vista por meio da organização dos seus respectivos sistemas universitários. Enquanto no Brasil a construção do sistema de pós-graduação foi incentivada pelo governo, na Argentina a política universitária investiu na graduação, na expansão da matrícula universitária e na democratização do acesso à universidade (Lovisolo, 2000). No Brasil, a pesquisa antártica era realizada por um grupo pequeno de pesquisadores, inicialmente convocados pela Marinha. Após a passagem da coordenação científica para o CNPq, em 1991, a demanda recebida a partir do interesse do pesquisador era avaliada de acordo com critérios definidos pelo Grupo de Assessoramento e era permitida a solicitação de bolsas de pesquisas para alunos, o que incentivou a formação de um grupo de especialistas já na graduação (CNPq, 1997).

Na Argentina, a DNA era responsável pela organização da pesquisa científica e alguns projetos de pesquisa eram realizados pelo IAA, a partir de seus departamentos de ciências da terra, do ar e biológicas e as pesquisas eram conduzidas por pesquisadores do quadro do Instituto. No final da década de 1990 o país realizou parcerias com as universidades de Buenos Aires e Córdoba e institutos de pesquisa argentinos, além de realizar pesquisas em conjunto com os institutos científicos da Alemanha, da Itália, do Reino Unido, dos Estados Unidos, da Polônia, do Japão e da França (DNA, 2000).

A Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos (RAPAL) foi uma iniciativa da Argentina para criar um espaço de discussão para que os países da América do Sul, signatários do Tratado da Antártica, pudessem discutir os problemas que os afetavam. Assim, eles poderiam atuar no fórum das ATCMs de forma mais coesa e com votos em bloco, para defender a posição do grupo. A RAPAL tem como objetivo coordenar as ações de ordem científica, logística e ambiental funcionando como um espaço de discussão e troca de informações das atividades desenvolvidas por países latino-americanos (RAPAL, 2005). As primeiras reuniões tiveram origem na reunião dos diretores de Institutos Antárticos da Argentina, Chile e Uruguai e foram realizadas em Buenos Aires (1987), Santiago (1988) e Montevidéu (1989). Os temas apresentados eram relacionados com a atuação dos países nos fóruns internacionais sobre a Antártica e os exemplos foram: a discussão sobre a questão de responsabilidade do sexto artigo do Protocolo de Madri apresentado pelo Uruguai, o apoio a candidatura de Buenos Aires como sede do Tratado da Antártica, a cooperação científica regional, a preocupação com as atividades pesqueiras na CCAMLR e a estratégia conjunta dos países sul-americanos para as ATCMs, do SCAR e do COMNAP (Colacrai, 2003). A partir de 1990, outros países da América Latina se inseriram no fórum como o Brasil, o Peru e o Equador.

5.1.2 A proposta de regulamentação da exploração dos recursos minerais

A noção da presença de reservas de recursos minerais na Antártica já existia antes mesmo da assinatura do Tratado em 1961. Nas negociações do acordo, o tema não foi discutido devido às divergências sobre o direito de soberania na região durante a elaboração do documento e o receio dos Estados Unidos em não aprovar o acordo. Além disso, apesar das pesquisas sobre os recursos minerais da região, não havia dados confiáveis que confirmassem ou descartassem a presença desses recursos neste período (Ferreira, 2005, p.75).

A possibilidade de exploração dos recursos minerais antárticos estava em evidência em 1970, pois a crise do petróleo fez com que os países buscassem outras fontes de energia. As pesquisas realizadas na Antártica após a assinatura do Tratado apontavam para a presença de reservas de hidrocarbonetos na plataforma do mar de Ross. Na VI ATCM realizada em 1970, os países já sinalizavam a possibilidade de criação de um regime para a exploração dos recursos minerais antárticos. As expedições de pesquisa para prospecção de recursos minerais foram realizadas pelo Japão e pela ex-União Soviética no Mar de Wedell, além dos levantamentos sísmicos dos Estados Unidos, Noruega e Alemanha Oriental (Villa, 2001, p. 49).

Na VII ATCM em 1972, a possibilidade de exploração mineral na região era um tema que preocupava a maioria dos participantes. Nesta reunião foi aprovada uma recomendação que reafirmava que a Antártica era do interesse da humanidade e que deveria ser administrada com o objetivo de garantir a paz. Com o aumento do interesse na questão de exploração dos recursos minerais na região, os países membros se comprometeram a estudar em detalhes os efeitos desta exploração. Na VIII ATCM, os países reafirmaram a importância do estudo sobre a exploração dos recursos minerais, por meio da recomendação VIII- 14. Este estudo teria a colaboração do grupo de especialistas do SCAR e seria apresentado em uma reunião preparatória especial a ser realizada na nona reunião. Com receio de que a exploração sem regras pudesse afetar as normas do Tratado, os países membros aprovaram a recomendação IX-1 na ATCM de 1977 em que as partes se comprometiam a se abster de realizar atividades de exploração mineral até a efetiva elaboração de um regime jurídico sobre o tema. A partir da XI

ATCM em Buenos Aires (1981) se estabeleceu a diretriz para o grupo de discussão sobre a exploração dos minerais que apresentou seus resultados na Reunião Consultiva especial de 1982.

As diversas reuniões para a elaboração do acordo para a exploração mineral se iniciaram em 1982 e foram finalizadas na ATCM de 1988 quando o texto da Convenção para a Regulação de Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos (CRAMRA) foi aberto para receber as adesões (Joyner, 1998, p.73). Nesta reunião, foram elaborados os princípios da Convenção que deveriam ser seguidos, tais como: a proteção do meio ambiente, o respeito à importância e à influência da Antártica para o meio ambiente global e o respeito aos outros usos legítimos da Antártica, além de disposições sobre a cooperação internacional, o marco institucional, a prospecção, a exploração e a comercialização dos recursos minerais (Villa, 2004, p. 134).

A resistência em descartar a exploração de recursos minerais persistia em várias delegações e outras apresentaram diversas alternativas desde a suspensão permanente da atividade até moratórias por tempo limitado (Colacrai, 2003). A Argentina propôs a moratória de 45 anos, mas a que prevaleceu no Protocolo foi a suspensão da atividade por 50 anos. Após o consenso, o texto da CRAMRA foi aprovado com 67 artigos e um anexo sobre o tribunal de arbitragem e apresentado para que os países pudessem ratificar a convenção. O regime sobre a exploração dos minerais antárticos criou um complexo quadro de regulamentação com quatro instituições: uma comissão com o poder de decisão e de elaboração das regras estipuladas para as áreas abertas para exploração, um comitê especial formado por países membros do Sistema do Tratado da Antártica para subsidiar a comissão, um comitê de assessoramento para lidar com as questões técnicas, científicas e ambientais sobre as atividades de exploração mineral e um comitê regulador que seria estabelecido em cada área possível de ser explorada (Joyner, 1998).

Algumas organizações não governamentais, preocupadas com a preservação do meio ambiente antártico e as possíveis alterações que uma exploração neste ambiente pudesse causar, realizaram debates e reuniões sobre o assunto já na década de 1970. A Fundação Fridtjof Nensen organizou um simpósio sobre estudos de impacto ambiental

na Antártica, assim como a reunião da Fundação Rockefeller na Itália sobre os recursos minerais antárticos (Villa, 2001, p. 6).

Com o objetivo de garantir a preservação ambiental do continente e impedir a exploração dos recursos antárticos, a organização não-governamental Greenpeace propôs, em 1982, a criação de um parque mundial na Antártica, mas a idéia não foi aceita pelos países. O Greenpeace continuou atuando na área e uma expedição ao continente Antártico foi realizada durante os anos de 1987 e 1988 para a instalação da Base do Parque Mundial. O objetivo da expedição era avaliar as condições de preservação do meio ambiente, em especial a situação das estações científicas dos países em relação ao cumprimento do código de conduta sobre a disposição dos resíduos sólidos. Os relatórios gerados indicaram que quase todas as estações apresentavam problemas com a parte ambiental. As bases da Argentina apresentavam problemas de poluição por combustíveis e com o lixo, sendo que somente receberam comentários satisfatórios: Brasil, Itália e Polônia (Greenpeace, 1987, Villa, 2004).

A posição da Argentina em relação à CRAMRA era de total apoio e a adesão foi assinada em 1989, visando um reconhecimento de seu setor antártico. Quando os países mudaram suas opiniões sobre a efetividade e validade do acordo, como a Austrália e a França, o governo argentino declarou que não iria participar de qualquer ato que pudesse inviabilizar a entrada em vigor da convenção. A posição da Argentina era alinhada com a de Estados Unidos, Inglaterra e Chile.

O Brasil foi aceito como membro consultivo do Tratado em 1983 e não participou do início das negociações sobre o acordo de regulamentação de exploração dos recursos minerais. A posição brasileira era de defender os países em desenvolvimento e de garantir que os recursos pudessem ser explorados por todos e não somente pelos países desenvolvidos (Gaubet, 1986). O Brasil assinou a CRAMRA que não entrou em vigor em decorrência de intervenções de organizações não governamentais ambientalistas e da mudança de posicionamento da Austrália, ao sugerir a criação de um parque natural antártico, e da França que declarou que não concordava com as cláusulas de proteção ao meio ambiente. A Bélgica também se posicionou contra, sugerindo que fosse aprovado em seu parlamento um projeto de lei proibindo a

exploração dos minerais antárticos por empresas belgas (Daverede, 1992). Além desses países, União Soviética, Itália, Polônia e Nova Zelândia também se posicionaram a favor da proposta de criação do parque mundial.

O Brasil realizou uma expedição geológica à Antártica em 1987, com o auxílio do navio “Almirante Câmara” com o objetivo de investigar a estrutura da área de Bransfield, os efeitos das zonas fractais nas áreas adjacentes a península antártica e a estrutura marginal Bellingshauser continental e a sua relação com a história tectônica do fundo marinho. Os dados geofísicos foram analisados pela Petrobrás (BRASIL, s.d).

A Coalizão do Oceano Antártico e Austral (ASOC), que reunia grupos ambientalistas, elaborou uma proposta para se estabelecer uma convenção para a proteção permanente do ambiente antártico, o que incluía também a criação de um parque mundial na região. Apesar de não ter sido aceita, os alertas dos ambientalistas a favor da proteção do meio ambiente antártico contribuíram para que anos depois o continente pudesse ser uma região dedicada à paz e a ciência, com o consenso dos países membros do Tratado da Antártica (ASOC, 2008).

O movimento dos países que rejeitavam a proposta de exploração dos recursos minerais da Antártica foi reforçado em 1989, quando a Assembléia da ONU aprovou uma resolução para que a Antártica fosse transformada em reserva internacional (Villa, 2004). Essa resolução indicava que havia uma preocupação crescente, nos fóruns internacionais, com o meio ambiente global e as possíveis soluções para minimizar os impactos. A CRAMRA não entrou em vigor, mas contribuiu para que, em 1989, na ATCM fosse aprovada a proposta de uma reunião especial sobre a negociação de regras para a proteção do meio ambiente antártico e de seus ecossistemas. O resultado foi a elaboração do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção do Meio Ambiente (Protocolo de Madri), assinado após rápidas negociações em 1991, no mesmo ano em que ocorreu a revisão do Tratado, quando a proteção ao meio ambiente se tornou prioritária (Molinari, 1992, Machado e Brito, 2006).

5.2 A Argentina e o Brasil: as políticas para o meio ambiente antártico

A crescente preocupação com o meio ambiente no contexto internacional refletiu no acordo internacional e nas posições que os países adotaram em relação à exploração dos recursos minerais e a proteção ao meio ambiente. O ano de 1991 foi um marco para o fortalecimento do Tratado da Antártica, com a revisão realizada pelos países signatários e a aprovação do Protocolo de Madri.

5.2.1 A revisão do Tratado da Antártica e a política da Argentina e do Brasil a partir da criação do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente (Protocolo de Madri)

O Tratado da Antártica indicava no seu artigo XII que o acordo "poderia ser modificado ou emendado em qualquer tempo, por acordo unânime das Partes Contratantes cujos representantes estiverem habilitados a participar das reuniões'' (BRASIL, 2001). Após trinta anos de vigência do acordo, ele passaria por uma revisão e em 1991 os países se reuniram e iniciaram as discussões sobre um acordo para a proteção do meio ambiente.

O número de países que ratificaram a CRAMRA não foi suficiente para que ela entrasse em vigor e na época, a valorização do meio ambiente no contexto internacional fez surgir uma proposta para a região antártica em que os países se comprometiam a proteger o continente, defendendo a ideia de uma região dedicada à paz e a ciência. A participação efetiva das organizações não governamentais ambientalistas, como o Greenpeace, contribuiu para que o processo fosse fortalecido também pela atuação da sociedade e não só pelos governos (Villa, 2004).

O Protocolo de Madri foi elaborado em 1991, durante a revisão do Tratado da Antártica. A partir deste ano, o acordo iniciou uma nova fase com ênfase na proteção do meio ambiente antártico e valorizando também a cooperação científica. O Protocolo sugere que todas as atividades realizadas na Antártica sejam pensadas de modo a não

interferir na dinâmica do local, contribuindo para que o impacto humano seja mínimo (Machado e Brito, 2006).

Os seguintes impactos ambientais podem ser encontrados na região antártica: a contaminação de organoclorados e metais pesados que são transportados à região pelas correntes e ventos, a contaminação por lixo e esgoto próximo às estações científicas, o derrame de petróleo, devido a acidentes com navios, a captura predatória de baleias, a captura do krill, a introdução de animais exóticos, as atividades sem controle de turismo e os resíduos de pesticidas organoclorados (Tommasi, 1996).

As discussões sobre a proteção do meio ambiente e as mudanças legais e organizacionais na arena global favoreceram o surgimento dos chamados acordos ambientais multilaterais. Desde a década de 1950, os estudos já mostravam que a interferência do homem no ambiente causava desequilíbrios, às vezes irreversíveis. A partir de 1972, com a realização da Conferência sobre Meio Ambiente Humano da ONU iniciou-se um processo de criação de acordos, declarações e protocolos voltados para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento e que teve seu ápice em 1992 com outra Conferência da ONU sobre meio ambiente no Rio de Janeiro (Fonseca, 2006, Inoue, 2007). Essas ações se refletiram também nos acordos firmados para o Atlântico Sul e para a Antártica. Existem diferentes acordos internacionais que fazem referência a proteção do meio ambiente marinho e atuam em áreas semelhantes as do Sistema do Tratado Antártico. Estes acordos estipulam objetivos, regras e procedimentos que devem ser seguidos pelos países signatários e contribuem para o ordenamento das atividades dos países em relação ao meio marinho.

Alguns acordos que possuem ligação com o objetivo do Sistema são aqueles relacionados com a proteção de espécies e da atmosfera, poluição marinha e navegação (Joyner, 1998, BRASIL, 1998). Os acordos que possuem interface com a proteção do meio ambiente da Antártica são:

a) A Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia, criada para prever a conservação da espécie baleeira e tornar possível o desenvolvimento ordenado da indústria. Ela foi concluída em 1946 e o Brasil

e a Argentina aderiram ao acordo que criou a Comissão Internacional da Baleia responsável pelo acompanhamento das cotas de captura da baleia.

b) A Convenção das Nações Unidas para os Direitos do Mar que regula as atividades nos oceanos, inclusive na região sul do planeta. As resoluções que tratam dos limites territoriais no mar, proteção do meio ambiente, pesca, conservação e alto mar são temas importantes no âmbito do Tratado da Antártica (Joyner, 1998). A convenção foi elaborada em 1982 e o Brasil e a Argentina são países signatários do acordo.

c) A Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL) foi elaborada em 1973 e modificada por Protocolo em 1978. Ela considera a área do Tratado da Antártica como especial e tem como objetivo determinar regras para evitar a poluição do ambiente marinho pelas descargas de substâncias nocivas ou efluentes poluidores. As deliberações dessa convenção estão relacionadas com as resoluções do Protocolo de Madri, que regula as atividades para a proteção do ambiente antártico.

d) A Convenção sobre a Prevenção de Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e outras matérias obriga as partes a proibir o descarte de substâncias no mar que possam gerar perigos para a saúde humana, prejudicar os recursos biológicos e a vida marinha e danificar as condições ou interferir em outras aplicações legítimas do mar. Ela foi concluída em 1972.

e) A Convenção Internacional de Regulação para a Prevenção de Colisões no Mar de 1972 tem com o objetivo regular a condução e o movimento dos navios em relação a outros navios em condições de pouca visibilidade. Este acordo é importante para a navegação no pólo sul, pois cria regras para a navegação, colaborando com a segurança no mar.

f) A Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança Climática que tem como objetivo a redução de emissão de gases que estariam provocando uma

alteração climática no planeta durante a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano em 1992 e ratificado em 2004. As deliberações deste acordo fazem referência às resoluções do Protocolo de Madri que propõe o monitoramento do meio ambiente com o objetivo de detectar as interferências das atividades humanas no continente.

g) A Convenção sobre Diversidade Biológica tem o objetivo de garantir a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica, incluindo as espécies antárticas e que estão protegidas também pelo Protocolo de Madri. O acordo foi assinado em 1992 e fortalece as normas criadas em 1964 de medidas de conservação da fauna e da flora.

h) A Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio tem a preocupação de definir regras para a proteção da camada de ozônio, tema presente também nas discussões do Tratado da Antártica. O Brasil e a Argentina são signatários deste acordo, elaborado em 1985 e que possui um Protocolo sobre as substâncias que afetam a camada, concluído em 1987.

i) A Convenção da Basiléia sobre o Controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e seu depósito tem como objetivo minimizar a geração de resíduos perigosos, controlar e reduzir movimentos entre as fronteiras destes resíduos, capacitar países em desenvolvimento no tratamento destes resíduos e trocar tecnologias e informações sobre o tema. Ela tem interface com o Tratado, pois proíbe a exportação de resíduos perigosos na área do paralelo 60º Sul de latitude.

Estes instrumentos jurídicos possuem uma influência na política e nas decisões tomadas nas ATCMs, pois grande parte dos países signatários do Tratado da Antártica também participa destas outras convenções. Estes acordos demonstram que o Sistema Internacional necessita de regras e normas para conter a destruição dos ambientes marinhos e principalmente das áreas situadas no pólo sul.

Ao longo da década de 1980, as atividades brasileiras no continente antártico foram se aperfeiçoando, com a ampliação da Estação Científica e com a participação do governo brasileiro nas ATCMs. A volta da democracia indicou uma nova diretriz para os agentes públicos e os tomadores de decisão e, além disso, o contexto político contribuiu para a atualização da política antártica, que ainda estava baseada nas diretrizes de 1976. A nova política foi aprovada pelo decreto nº 94.401 de 1987 e os objetivos incluíam a participação brasileira em todos os instrumentos do STA e na exploração e aproveitamento dos recursos naturais (BRASIL, 1987). Os princípios fundamentais da política eram:

a) A Antártica deveria ser utilizada somente para fins pacíficos;
b) A liberdade de pesquisa e a cooperação científica;
c) A proibição de explorações nucleares;
d) A proteção do meio ambiente antártico;
e) A observação do Tratado e dos atos internacionais relacionados.

Os objetivos do país eram: participar de todos os atos internacionais do STA, continuar e ampliar o programa brasileiro, por meio de um maior conhecimento da região, identificar os recursos econômicos vivos e não-vivos e as possibilidades de aproveitamento dos mesmos, investir em tecnologia nacional aplicável à região antártica e participar da exploração e aproveitamento dos recursos.

Os mecanismos de aplicação indicavam que a CONANTAR era a responsável pela elaboração de diretrizes e medidas específicas, pela aprovação do programa brasileiro que seria executado pela CIRM, garantindo que a execução era descentralizada e desempenhada por universidades, órgãos de pesquisa públicos e privados (BRASIL, 1987).

A nova política brasileira seguia os princípios do Tratado e valorizava a proteção do meio ambiente, se antecipando aos assuntos que seriam destaque na assinatura do Protocolo de Madri, em 1991 (Ferreira, 2005).

O Brasil, no final da década de 1980, possuía uma estrutura administrativa complemente diferente da que existia no governo militar e essas mudanças iriam

influenciar também na política em relação às atividades na Antártica. O novo presidente Collor de Mello assumiu o governo em 1990 e criou uma nova estrutura de administração no Executivo. No que se refere à ciência, tema que era central na política para a Antártica, o Ministério da Ciência e Tecnologia era o responsável pelas atividades fins e a Secretaria de Ciência e Tecnologia gerenciava as atividades meio (Motoyama, 2004). Segundo a analista do CNPq Carmen Arroio, em entrevista realizada em dezembro de 2008, na "década de 1990 não havia uma definição de política que viesse a estabelecer rumos e prioridades para o seguimento de ciência e tecnologia. As astronômicas taxas inflacionárias que o Brasil experimentava, já vindas da década de 80, faziam com que qualquer planejamento efetuado em um dia, ficasse obsoleto no dia seguinte". A analista acrescentou que "a grande instabilidade institucional do CNPq, com constantes mudanças de estrutura e de presidentes fez com que não houvesse um "lócus" específico para o PROANTAR no âmbito da instituição, mas isso não prejudicou o repasse de recursos para os pesquisadores, embora às vezes ocorressem cortes e atrasos."

Foi assim que a partir de 1991, um acordo firmado entre a então Secretaria de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Marinha repassou a coordenação da parte científica para o CNPq e os projetos de pesquisa foram selecionados a partir de editais de pesquisa, seguindo as normas adotadas pela instituição de fomento. Os critérios para a aprovação dos projetos na época eram:

a) A relevância científica do projeto, que deveria seguir as diretrizes do SCAR;

b) As implicações globais, se os projetos contribuíam para esclarecer fenômenos de escopo planetário;

c) A cooperação internacional, se os projetos possuíam alguma colaboração com cientistas de outros países;

d) Os interesses nacionais, se os projetos estavam de acordo com a POLANTAR (Rocha- Campos, 1996, p. 21).

O grupo de cientistas que atuava na Antártica era pequeno, e com a transferência da administração dos projetos de pesquisa para o CNPq houve uma ampliação nos recursos, pois a partir daquele momento os projetos eram aprovados de acordo com

uma demanda espontânea, ou seja, a instituição de fomento disponibilizava o recurso, elaborava o edital e as propostas eram avaliadas pelo Grupo de Assessoramento (GA).

O Protocolo ao Tratado Antártico sobre Proteção do Meio Ambiente, conhecido como Protocolo de Madri, foi assinado pelos países membros com o objetivo de ser um instrumento para assegurar a proteção do meio ambiente antártico e seus ecossistemas associados, designando a Antártica como uma reserva natural consagrada à paz e à ciência (Rizzo, 1996). Durante as reuniões preparatórias do Protocolo de Madri, duas propostas para instrumentalização do acordo foram apresentadas: uma que indicava a elaboração de uma convenção como instrumento para a proteção do meio ambiente e outra que defendia um protocolo. O consenso optou pelo protocolo adicional ao Tratado que seria estabelecido na área situada ao sul dos 60º de latitude sul e que modificou a periodicidade das reuniões dos países membros para anual de modo a colocar em prática os procedimentos do Protocolo aprovado. Além disso, a vigência de cinquenta anos do Protocolo garantia que ele só poderia ser modificado ou emendado por qualquer parte consultiva após esse período (Molinari, 1992, p. 227).

A partir desta nova regulamentação todas as atividades planejadas e em execução no continente antártico deveriam seguir as seguintes normas:

- As atividades devem ocorrer de forma a limitar os impactos negativos sobre o meio ambiente; tais como:
- Os efeitos negativos sobre o clima ou os padrões climáticos;
- Os efeitos negativos sobre a qualidade do ar ou da água;
- As modificações significativas no meio atmosférico, terrestre, glacial e marinho;
- As mudanças prejudiciais para as espécies ou populações de animais e vegetais;
- A degradação ou risco sério em áreas com especial significado biológico, científico, histórico, estético ou natural
- Todas as atividades devem ser executadas com base em informações que permitam avaliações prévias sobre o possível impacto no meio ambiente (BRASIL, 2000).

No Brasil, a aprovação do Protocolo alterou a configuração da administração do PROANTAR, com a inclusão do Ministério do Meio Ambiente. Ao aderir ao Protocolo, o Brasil criou o grupo de avaliação ambiental (GAAm) do PROANTAR com o objetivo de contribuir para o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Protocolo de Madri. As atribuições do GAAm eram: avaliar os impactos ambientais sobre o meio ambiente e os ecossistemas associados relacionados com os projetos de pesquisa, atividades de logística, de turismo e outras, governamentais ou não; elaborar relatórios de avaliação de impactos ambiental, apontar os meio para prevenir os impactos; estabelecer uma sistemática de monitoramento; sugerir procedimentos para ações que necessitem de resposta imediata; identificar estudos e pesquisas para o conhecimento do meio ambiente antártico; articular com instituições nacionais e estrangeiras que trabalham com o meio ambiente e subsidiar a subcomissão do PROANTAR nos assuntos pertinentes ao meio ambiente (BRASIL, 2000). Além disso, o grupo ficou responsável pela elaboração de estudos sobre a compatibilização da legislação brasileira de meio ambiente com as propostas do Protocolo de Madri.

O grupo era coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e formado por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Educação, Marinha, Ciência e Tecnologia e coordenadores dos Grupos de Assessoramento (GA) e Operações (GO) e representantes das áreas de oceanografia, meteorologia, biologia e geologia da comunidade científica. A configuração da administração das atividades na Antártica seguiu a seguinte configuração mostrada na figura 3.

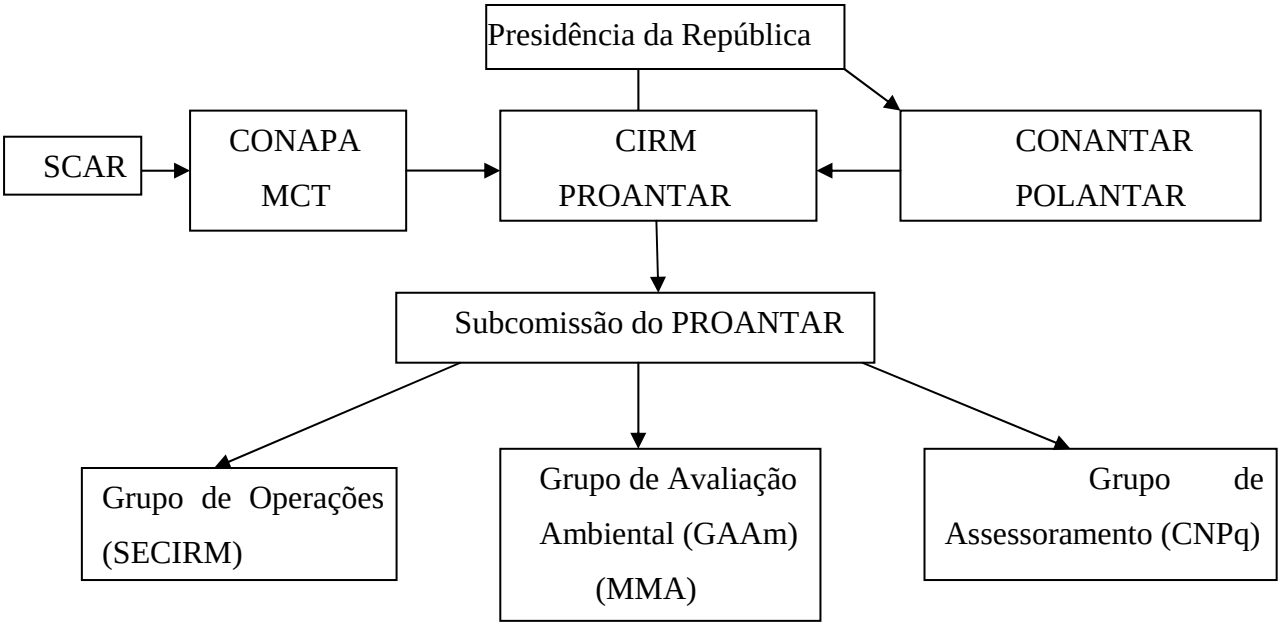


Figura 3: Sistema Antártico Brasileiro a partir de 1995.
Fonte: Rocha-Campos, 1996.

O Protocolo foi assinado em 1991 e foi internalizado na legislação brasileira pelo decreto nº 2742 de 1998. Assim o país se comprometia a cumprir as decisões do mesmo e iniciava sua gestão com ênfase na proteção do meio ambiente, aliado a pesquisa científica. O Protocolo designou a Antártica como uma reserva natural dedicada à paz e à ciência.

Em 1996, os representantes do Ministério do Meio Ambiente realizaram um seminário sobre pesquisa científica e proteção ambiental na Antártica, com objetivo de instrumentalizar os responsáveis pela gestão do PROANTAR nos conhecimentos relativos ao meio ambiente antártico (BRASIL, 1996).

Na comparação do Brasil com a Argentina, pode-se inferir que na década de 1990, o governo atualizou sua política para a Antártica a partir de dados de um grupo de trabalho formado pelo MRE, pela DNA e pelo Ministério da Defesa que resultou em uma nova legislação sobre a Política Nacional Antártica, editada pelo decreto 2316/90 (Argentina, 1990). O objetivo da política era garantir os direitos argentinos de soberania na região por meio das seguintes linhas de atuação: fortalecer o Tratado e seu Sistema,

aumentar a influencia da Argentina no processo de tomada de decisão, promover a cooperação com outros países da América do Sul, promover a proteção do meio ambiente antártico, promover a conservação dos recursos pesqueiros e a preservação dos recursos minerais, aprofundar o conhecimento científico e tecnológico, aumentar a eficácia da presença argentina, concentrando as ações em atividades científicas e na capacidade de auxiliar os outros países com serviços e conhecimento necessários para facilitar os trabalhos na região (Argentina, 1990). Além disso, a política destacou como prioridades: a elaboração de um programa científico voltado para os recursos minerais e pesqueiros, de meio ambiente, de fenômenos antárticos globais e o desenvolvimento de tecnologias especificamente antárticas. Como o texto foi elaborado antes da revisão do Tratado e da decisão de se aprovar um Protocolo para o meio ambiente, muitas das indicações da política argentina ainda têm como parâmetro a exploração dos recursos minerais, que era um ponto defendido pelo governo para a vigência da CRAMRA.

A Argentina participou das reuniões de elaboração do Protocolo de Madri em 1991 e incorporou as normas em sua legislação por meio da lei 24.216 de 1993. O Programa Antártico Argentino já desenvolvia ações de proteção ambiental, pois existia no IAA o Programa de Ecologia Terrestre e Meio Ambiente. Ele foi renomeado de Programa de Gestão Ambiental e repassado para a DNA em 1999. O grupo de meio ambiente da Argentina apresentou onze documentos de informação sobre os avanços do programa antártico no que se refere à limpeza de resíduos, manutenção de sítios e monumentos históricos, nas discussões realizadas no âmbito do CEP. O destaque foi para o documento que apresentou a revisão ambiental da base de Marambio, sendo a primeira revisão desta natureza em uma base na antártica (Sanchez e Acero, 2008).

Outro tema polêmico em relação à Antártica e o meio ambiente é a regulamentação das atividades turísticas na região. O turismo na Antártica teve inicio na década de 1950, com as viagens organizadas pelo Chile e pela Argentina que levaram mais de 500 turistas para as ilhas Shetland do Sul. A primeira recomendação relativa ao turismo foi aprovada na ATCM de 1966 e o tema continuou a ser discutido durante as outras reuniões na década de 1970, devido ao aumento do número de turistas que visitavam a Antártica por via aérea e marítima (Dumont, 1992). Sete empresas de turismo que atuavam no continente antártico se reuniram em 1991 e fundaram a

Associação Internacional das Operadoras de Turismo na Antártica (IAATO), com o objetivo de se fazer representar perante o Tratado da Antártica, promover o turismo responsável e seguro e apresentar as demandas de um setor que tem potencial para aumentar a cada ano.

Apesar de ser uma região em que o turismo é caro, o número de pessoas interessadas neste tipo de viagem aumenta a cada ano e com isso as discussões sobre o impacto do turismo, a segurança dos navios de turismo e a possibilidade de construção de hotéis no continente contribuíram para a elaboração de medidas regulatórias para esta atividade econômica, ao longo das diversas reuniões do Tratado.

O início do século XIX trouxe muitos desafios para os países membros do Tratado, mas as linhas do acordo inicial continuaram a ser respeitadas. Com o tempo, o Brasil desenvolveu mecanismos de incentivo a pesquisa e de indução de temas que seriam importantes tanto para o país quanto para a cooperação científica e troca de informações com outros países.

A Argentina continuou administrando seu programa antártico com uma diretriz de incentivar a pesquisa científica, a cooperação internacional e a proteção do meio ambiente.

No início das reuniões do Tratado não havia a necessidade de uma secretaria permanente para administrar as poucas resoluções, mas com a intensificação das atividades científicas e logísticas, a ampliação de competências, a complexidade dos problemas e a quantidade de regras favoreceram a proposta de criação de uma Secretaria das Partes Consultivas de caráter permanente e em algum país que fosse membro consultivo do Tratado. A secretaria seria importante para organizar as reuniões das Partes, auxiliar nas demandas de administração e contribuir com a parte operacional das diferentes convenções que fazem parte do STA. Além disso, não haveria nenhuma mudança no poder que as partes consultivas tinham em relação a administração do continente, de acordo com que estava estipulado no Tratado da Antártica..

A discussão sobre a proposta de uma secretaria para o Tratado se iniciou na década de 1980 quando no informe final do XIII ATCM se indicou a necessidade de uma estrutura para administrar as reuniões. Em 1985, a proposta recebeu idéias concretas sobre as atividades específicas desta secretaria, mas não recebeu o apoio de todos os países. Os principais receios eram sobre as mudanças que uma nova instituição poderia causar a estrutura do Tratado (Colacrai, 2005, p. 143). Em 1992, o tema foi incorporado na agenda e se iniciaram as negociações quando os Estados Unidos e a Argentina se ofereceram para sediar a Secretaria e a Argentina recebeu apoio de países como Alemanha, Itália e Espanha, além das delegações da América Latina e o voto contrário do Reino Unido. Em 1994, os Estados Unidos retiraram sua proposta de ser a sede, o que fez com que a única proposta fosse da Argentina. Ao longo da década de 1990, durante as ATCM, os apoios para o estabelecimento do novo órgão na Argentina continuaram, mas nenhuma decisão foi tomada. Quando o Protocolo de Madri entrou em vigor em 1998, as demandas sobre informações e consultas ambientais aumentaram e favoreceram os argumentos da necessidade da criação de uma Secretaria.

O processo de escolha do local só terminou em 2001, quando a Argentina recebeu o apoio de vinte sete países, incluindo o Reino Unido. Esta decisão foi resultante de quase dez anos de negociação da chancelaria argentina e do trabalho desenvolvido pelo governo que mostrou um país investindo mais na parte científica e na cooperação internacional. Na ATCM de 2002 foram analisados os textos jurídicos para o estabelecimento do órgão de apoio ao Tratado, assim como a sua estrutura e composição de pessoal. Em 2003, foi aprovada a medida que criava a Secretaria como um órgão subordinado a reunião consultiva e no ano seguinte as atividades foram iniciadas na cidade de Buenos Aires (Patto, 2005).

Neste capítulo foi apresentado um histórico das políticas do Brasil e da Argentina, a partir de 1980. O contexto internacional desta época foi marcado pela crise do petróleo, a discussão sobre a exploração dos recursos minerais da região e a proteção ao meio ambiente. Os dois países defenderam posições semelhantes na CRAMRA, pois o Brasil, mais do que a Argentina, tinha interesse em conseguir outras fontes de energia. A Convenção não foi ratificada e com isso os países resolveram atuar na linha de proteção do meio ambiente, com a elaboração do Protocolo de Madri. Em relação á

ciência, o Brasil construiu seu programa antártico a partir de cinco linhas de atuação, sob a coordenação da CIRM e da CONAPA. A Argentina possui um instituto antártico que é responsável por organizar as expedições, auxiliar na logística das pesquisas e fazer a manutenção das bases. O Brasil possui uma estação científica, enquanto que a Argentina construiu e desativou várias bases ao longo de sua presença no continente, sendo que até 2008 existiam seis bases permanentes (Belgrano II, Esperanza, Jubany, Marambio, Orcadas e San Martin).

Conclusão

Este trabalho se propôs a analisar e comparar as políticas de dois países da América do Sul em relação a um acordo internacional. A Antártica é uma região que se apresenta como um laboratório das possíveis mudanças ambientais que podem afetar o planeta, além de ser continente sem soberania e que é considerado como uma reserva dedicada à paz e a ciência. O objetivo do trabalho era comparar as políticas do Brasil e da Argentina para a Antártica e analisar os fatores internos e externos que influenciaram as decisões tomadas no âmbito do Tratado da Antártica.

A comparação entre a história e política do Brasil e da Argentina em relação ao Tratado da Antártica foi apresentada como uma contribuição para o estudo das políticas públicas em países da América do Sul, que passaram por diferentes formas de governo. Ao descrever o histórico da política antártica da Argentina foi possível fazer um paralelo com o Brasil em relação a sua política para uma região longínqua, mas estratégica.

O interesse do Estado em participar de um acordo internacional direciona a elaboração da política interna que irá interferir nas questões como orçamento, pessoal, estruturas e instituições. As negociações de um acordo internacional envolvem, dentro do país, uma série de instituições que são responsáveis pelas atividades diplomáticas, pela administração dos programas, pela aprovação de legislação que permite que o acordo seja internalizado nas metas e diretrizes dos governos.

Os acordos internacionais envolvem diferentes temas e no século XX, alguns deles emergiram no debate internacional como os direitos humanos, o meio ambiente, o narcotráfico, entre outros. O estudo proposto utilizou a situação do continente antártico como exemplo para descrever as ações do Estado, em função de um acordo internacional. O continente antártico possui a particularidade de ser uma área sem soberania e, por isso, alvo de disputas de países por territórios durante vários anos. O acordo internacional que organizou as atividades de gestão do continente foi o Tratado da Antártica, usado como

um exemplo para auxiliar na comparação de processos de construção de agenda nacional em resposta as demandas internacionais. A diretriz da política interna, que segue um conjunto de normas, irá refletir nas mudanças que ocorrem no contexto internacional, trazendo para o processo de elaboração de políticas públicas resultados das negociações externas.

O interesse dos Estados na região antártica e as conjunturas econômicas, políticas e sociais influenciaram as ações políticas e a criação de instituições que organizaram as ações na região. Os fatores internos (agenda doméstica) e externos (agenda internacional) contribuíram para a formação de uma política para a Antártica marcada por fases distintas em cada país e por abordagens diferenciadas, de acordo com o interesse no continente antártico para de dirigentes e formuladores da política de Brasil e Argentina.

A história, a organização política, as idéias e interesses na região antártica influenciaram a construção da política, a execução e a implementação de ações para região antártica. As conclusões podem ser resumidas a partir desses critérios de análise:

a) Os interesses na região,
b) O histórico do país em relação ao continente,
c) A construção da política (incluindo as ações de ciência, logística e meio ambiente).

No caso da Argentina, o governo desenvolveu uma linha de atuação no início do século XX, que era a da expansão territorial. O interesse argentino pela Antártica foi demonstrado por meio de argumentos históricos, geográficos e de ocupação. A Argentina disputou territórios com o Chile e o Reino Unido, em um setor da Península Antártica, antes da entrada em vigor do Tratado da Antártica. Em 1902, o país já monitorava um observatório nas ilhas Ano Novo e em 1904 recebeu como doação de um explorador inglês um observatório meteorológico nas ilhas Orcadas do Sul. O interesse argentino na região se iniciou com a possibilidade de expansão de seu território para a região sub-antártica e antártica, além do controle de uma importante via de acesso entre os oceanos Atlântico e Pacífico. A Argentina construiu sua política, antes do acordo da Antártica, visando à expansão territorial e o poder sobre a região. O

país esteve nos fóruns criados para discutir o assunto, com o objetivo de participar da administração da região e reafirmar seu direito a soberania na região.

Os vários interesses do Brasil na Antártica podem ser identificados como sendo político, econômico, científico, ecológico e de integração. O interesse político estava relacionado com posições estratégicas e questões de segurança e geopolítica, uma linha de atuação realizada pelos militares que acreditava que o Brasil era a potência da América do Sul e possuía poder suficiente para ser o país líder. O interesse econômico incluía a possibilidade de exploração de recursos minerais na região, além dos recursos vivos. O interesse científico tinha uma relação com o interesse político e econômico, pois as pesquisas poderiam auxiliar na exploração econômica, além de garantir a segurança do país. O interesse ecológico surgiu com a defesa da preservação ambiental por países signatários do acordo na década de 1990. A idéia de integração sul-americana está na lei da política para assuntos antárticos (POLANTAR) no destaque que diz: se promova a cooperação entre os países ativos na Antártica ou que tenham interesse sobre a região (BRASIL, 1987).

O histórico de ação da Argentina na região data do século XIX, quando o governo auxiliava com provimentos os navios que iam para a Antártica. O país colaborou também nos resgates de navios avariados. A presença ininterrupta do país na região, primeiro com a administração de um observatório, já em 1904, e depois com as bases e estações de pesquisa do governo demonstra que o país tinha interesse em ter poder e conquistar terras no continente antártico. No caso do Brasil, a ausência e o desinteresse marcaram as ações dos governos durante quase todo o século XX, apesar da atuação de estudiosos de geopolítica que defendiam a presença na Antártica.

A construção da política argentina teve inicio com a criação de uma organização administrativa para auxiliar a presidência, com subsídios sobre a Antártica. A provisória Comissão Consultiva Argentina para os Assuntos das Regiões Antárticas funcionou em 1939 com representantes da Marinha, Diplomacia e Agricultura. A comissão tinha como objetivo organizar a presença do país em um congresso internacional na Noruega, sobre assuntos polares, com destaque para a exploração dos recursos naturais. No ano seguinte, a Comissão se tornou permanente e subsidiava o presidente sobre os assuntos

antárticos. O início da institucionalização da questão na Argentina ocorreu com a criação do Instituto Antártico Argentino em 1951, na presidência de Juan Perón. A característica do governo populista era tornar a Argentina independente das economias dos países desenvolvidos e ampliar as suas fronteiras. O Instituto tinha apoio logístico do Ministério da Defesa, que neste período organizou as expedições ao continente, a construção de bases e o apoio as pesquisas. O Instituto Antártico Argentino participou das pesquisas realizadas na região durante o Ano Geofísico Internacional, o que fez com que a Argentina fosse um dos doze países convidados a participar da Conferência de Washington em 1959. A participação no acordo desde o início garantiu o poder de decisão na administração do continente.

A campanha para garantir a presença do Brasil na Antártica foi realizada por estudiosos da questão da geopolítica, como o Prof. Joaquim Ribeiro e Therezinha de Castro, e os primeiros artigos que saíram em revistas de grande circulação datam do final da década de 1940. O governo brasileiro só se interessou pela região na década de 1970 e com isso, apesar de ter participado do Ano Geofísico Internacional, o Brasil não foi convidado para a Conferência de Washington, apesar da manifestação da chancelaria brasileira na época, contra o veto a participação brasileira.

O primeiro esboço de participação do Brasil no continente antártico foi elaborado por um grupo de cientistas reunidos no IBEA que criaram o projeto da primeira expedição brasileira ao continente antártico no início da década de 1970, mas que não foi realizada por falta de apoio governamental. A ciência brasileira para a Antártica começou com um grupo pequeno de cientistas que estudavam áreas da oceanografia, da meteorologia e da biologia, convidados pela Marinha a desenvolver suas atividades no continente como uma forma de auxiliar a entrada do Brasil no grupo dos países membros do Tratado. Uma das exigências para ser aceito no grupo era a produção de ciência relevante na região. No que se refere aos interesses ecológicos e de integração, o Brasil defendeu os princípios de proteção do meio ambiente durante a assinatura da CRAMRA. A integração era importante por apresentar a possibilidade da cooperação com os outros países da América Latina. A teoria da defrontação, criada por Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro, afirmava que os países seriam soberanos em territórios antárticos por meio do prolongamento de seus meridianos até a região.

Esta teoria foi muito criticada por geopolíticos argentinos que não aceitavam a proposta, pois se fosse utilizar essa teoria, o setor reivindicado pela Argentina seria bem menor.

Com a entrada em vigor do Tratado da Antártica, os países se comprometeram a desenvolver suas ações internas de acordo com as deliberações das ATCMs que eram aprovadas somente com o consenso de todos os países. A partir deste marco, a Argentina mudou sua política que visava somente seus interesses territoriais, para uma política relacionada com a sua presença no Tratado da Antártica, contribuindo para que as suas ações valorizassem a cooperação e a liberdade científica e a não militarização da região. A administração das ações para a Antártica era feita a partir do Instituto Antártico Argentino, com a colaboração da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores e Culto. Este Instituto organizava as expedições científicas e de manutenção das bases e estações. Com a criação do Instituto Antártico Argentino em 1951, se iniciou a construção de bases na região e a organização de expedições anuais para o desenvolvimento de pesquisa científica e aperfeiçoamento da equipe nos transportes, manutenção e administração das atividades no continente antártico.

O Brasil não foi convidado para a Conferência de Washington em 1959 e nem realizou pesquisas na Antártica durante o Ano Geofísico Internacional, pois o governo tinha interesse maior em induzir o desenvolvimento e atuar dentro do seu território, com a expansão da indústria, a construção de uma nova capital, entre outros. A instabilidade política que iria resultar na ditadura militar, em 1964, também prejudicou a participação do Brasil no Tratado da Antártica. Apesar do desinteresse do governo, vários estudiosos brasileiros publicaram artigos confirmando a necessidade do Brasil de pertencer ao grupo de países signatários, que iriam decidir o futuro do continente antártico. O Ministério das Relações Exteriores foi responsável por elaborar estudos sobre o assunto, com a colaboração de um diplomata especialista no assunto, João Frank da Costa. Estes estudos subsidiaram a adesão do país ao Tratado em 1975.

Na Argentina, o governo também era ditatorial na década de 1970. As mudanças na organização e instituição do programa antártico argentino vieram com a edição da lei de 1969 que centralizava o planejamento e a execução das atividades, sem superposição, na Direção Nacional do Antártico. Este órgão executivo estava ligado a três instâncias: a

Defesa – responsável pelo planejamento e programação das atividades, a Diplomacia – responsável pela política exterior e as Forças Armadas – responsáveis pela logística. O Tratado ainda estava em vigência nesta época, mas o governo argentino adotou como diretrizes de atuação na Antártica, a defesa nacional e a segurança, além da soberania territorial, contrariando as normas do acordo internacional. Ao final da ditadura em 1983, o país retornou a democracia e a política antártica não se caracterizava mais com o viés territorialista e sim com a valorização da cooperação científica e da proteção do meio ambiente.

O Brasil aderiu ao Tratado somente em 1975, durante a presidência de Geisel. O estudo do MRE indicava que a presença do Brasil no continente antártico poderia trazer benefícios futuros, em função da revisão do Tratado em 1991. O Brasil nesta época estava em plena negociação da construção da Hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai. As desavenças com a Argentina fizeram com que o Conselho de Segurança adiasse a participação do Brasil no fórum da Antártica, temendo possíveis retaliações da Argentina, país que defendia a sua soberania na região com muito afinco. Ao se tornar membro consultivo do Tratado, o Brasil iniciou seu programa antártico a partir da estrutura da Marinha, sem ter elaborado suas diretrizes pelo órgão de planejamento, a CONANTAR. As primeiras expedições, a construção da estação científica e a efetivação dos projetos de pesquisa foram realizadas em 1982 e no ano seguinte o país se tornou membro consultivo, participando das ATCMs.

O Brasil tentou criar um Instituto Antártico, mas devido aos cortes orçamentários realizados na década de 1970, decidiu repassar a responsabilidade para a Marinha no que se referia à coordenação do programa, que incluía a parte cientifica e logística. As diretrizes da atuação do Brasil na Antártica eram elaboradas por uma comissão coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, a CONANTAR. A parte científica do Programa era da responsabilidade do CNPq e do MCT, e as resoluções científicas eram decididas por meio do CONAPA.

O período em que ambos os países estavam sob o regime militar foi marcado por mudanças nas políticas para a região. Na Argentina, as diferentes organizações responsáveis pelas atividades na Antártica, como as Forças Armadas, o IAA, a

Chancelaria e as Universidades enfrentavam dificuldades no que se refere à centralização das ações, pois não havia uma unificação da coordenação. O Ministério da Defesa e das Relações Exteriores e Culto enfrentaram disputas de poder, e as políticas implementadas não eram uniformes, com uma indagação sobre qual deveria ser a prioridade na região, a ciência ou a ocupação territorial.

O Brasil aderiu ao Tratado e iniciou suas atividades governamentais, em 1982, contando com o auxílio dos países mais experientes no que se refere a treinamento de seus militares em áreas inóspitas. O país investiu na compra de equipamentos e de um navio, construiu a estação científica e iniciou seu programa de pesquisa. Neste período foram editados decretos que organizaram a política, como a POLANTAR, as comissões e a parte logística do PROANTAR. A Marinha e a Aeronáutica foram responsáveis por conduzir as operações anuais ao continente e a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar foi responsável por todas as decisões em relação às atividades no continente.

Na década de 1990, a Argentina editou uma nova lei para a Antártica, atualizando suas diretrizes de acordo com as mudanças ocorridas tanto no âmbito do Tratado, quanto no país. Com a nova política, os seguintes temas eram destaque: a valorização da atividade científica com o oferecimento de seus serviços para outros países, o fortalecimento da capacidade dos portos e da logística em Ushuaia, a elaboração de um plano científico e técnico e a cooperação com os países da América do Sul.

O Brasil e a Argentina assinaram a CRAMRA, que não entrou em vigor devido à discussão sobre a proteção do meio ambiente e a atuação das organizações não governamentais, como o Greenpeace. O Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Meio Ambiente foi elaborado em 1991 e foi um marco na evolução do acordo ao valorizar as ações de proteção do meio ambiente antártico e proibir a exploração dos recursos minerais. Os dois países criaram organismos responsáveis pela efetivação do protocolo. A Argentina criou o Programa de Gestão Ambiental no DNA e o Brasil iniciou as atividades do Grupo de Avaliação Ambiental sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente.

Na Argentina, a volta da democracia favoreceu a participação ativa do país no Tratado, a ampliação da cooperação internacional e a construção de uma nova diretriz para a pesquisa científica. A nova política argentina de 1990 se sustenta por uma nova concepção de atuação do país no continente, em oposição às questões de soberania territorial, tão marcadas durante o período do regime militar.

A cooperação regional no fórum da RAPAL, iniciativa argentina, se constituiu em uma alternativa para reunir os países sul-americanos para defender os seus interesses, aperfeiçoar suas atividades e desenvolver projetos em conjunto. A possibilidade de receber a sede do Tratado em Buenos Aires fortaleceu a interação do Ministério da Defesa com o de Relações Exteriores e Culto em função dos esforços de negociação multilateral. Com a criação do Protocolo de Madri, as medidas relacionadas com o controle ambiental e de pesquisa foram incentivadas. O Brasil se tornou membro consultivo do Tratado em 1983 e novas instituições de pesquisa e projetos foram inseridos no PROANTAR. A entrada em vigor do Protocolo de Madri incentivou o país a se estruturou para cumprir com as medidas de proteção ao meio ambiente antártico.

Este estudo forneceu alguns elementos sobre a ação do Estado para responder as deliberações de um acordo de cooperação internacional. Foram apresentadas as idéias, o histórico e a construção da política de Brasil e Argentina para lidar com uma questão global. Os dados referentes à ação do Estado podem contribuir para esclarecer as formas de atuação do Brasil e da Argentina em temas contemporâneos.

Esta pesquisa teve como uma limitação a dificuldade de busca de fontes de dados confiáveis e disponíveis. Como a história do Brasil no continente Antártico é recente e possui um grupo pequeno de instituições envolvidas, algumas informações eram acessíveis. O tema é pouco explorado no âmbito de pesquisas na área de ciências sociais. No que se refere aos arquivos de pesquisas sobre a administração do programa antártico nas instituições como a Marinha e o MRE, o acesso é mais restrito, pois grande parte do material não está nas bibliotecas. Na Argentina, os dados foram coletados nas bibliotecas, com o material de divulgação e de pesquisa, pois não foi possível acessar os arquivos das instituições de Defesa e Relações Exteriores, possivelmente pelo tema envolver questões de soberania nacional.

A criação de um acordo internacional para a Antártica foi um instrumento que tentou amenizar as disputas na região. Em plena Guerra Fria, os países concordaram em assinar um Tratado que iria regulamentar temas como: a exploração dos recursos naturais, o processo de tomada de decisão para a administração da região e a questão da soberania nacional e os territórios reivindicados por sete países. A partir deste estudo, novas linhas de pesquisa podem ser pensadas tais como: a possibilidade da integração dos países latino-americanos em programas efetivos de cooperação científica para a região, a comparação das políticas científicas e de meio ambiente da Antártica a partir do século XXI, a emergência de temas contemporâneos como mudanças climáticas e bioprospecção e o papel do Estado e da sociedade. Outras propostas de investigação são as que estão relacionadas com: o histórico de ocupação da região por exploradores latino-americanos; o poder da ciência e sua influência nas deliberações políticas na Antártica: o papel das instituições não governamentais no STA; a questão de soberania no sistema internacional atual e com o papel da ciência na Antártica nas decisões políticas.

Na análise das políticas do Brasil e da Argentina para a Antártica pode-se destacar que a atuação dos governos argentinos favoreceu o desenvolvimento de uma consciência Antártica que despertou na sociedade um sentimento de posse sobre as terras e ilhas sub antárticas. O objetivo de expansão territorial argentina enfocava três áreas: o continente, a parte insular e a Antártica. Em função desse pensamento, suas ações na região datavam do início do século XIX, com um discurso e uma ação voltados para a efetiva presença na região antártica, com a instalação de observatórios de meteorologia e ao final da década de 1970, com a efetiva ocupação com a criação de uma vila militar no setor antártico argentino. Durante o primeiro governo Perón, na década de 1940, se iniciou a institucionalização de um órgão para organizar as expedições, construir bases e ocupar a península antártica. A participação da Argentina nas atividades desenvolvidas durante o AGI fez com que ela participasse da Conferência que elaborou o Tratado da Antártica, participando das discussões e decisões sobre o continente desde o início. A história argentina na Antártica é militar, com uma forte disputa entre as três forças armadas para atuar na região. A primeira Lei Argentina que criou um órgão coordenador das atividades antárticas foi elaborada em 1969 e a Direção Nacional do Antártico (DNA) ficou responsável por centralizar, organizar e coordenar

as atividades científicas, orçamentárias, gerencias e de manutenção das bases e equipamentos.

O governo brasileiro também possuía um interesse em expandir seu território, porém com um enfoque no desenvolvimento de suas áreas interiores, com a preocupação em ocupar a Amazônia, o que gerou um distanciamento da Antártica. O papel dos geopolíticos e pesquisadores brasileiros foi decisivo para mostrar ao governo brasileiro a importância de se fazer presente na Antártica, as vantagens e benefícios de pertencer a um grupo que administrava uma região com grande potencial de exploração, estratégica do ponto de vista da segurança no Atlântico Sul e importante como um laboratório de estudo do clima.

O Brasil não teve recursos financeiros para criar um Instituto Antártico e todas as atividades eram coordenadas pela CIRM, uma comissão formada por órgãos do Executivo e coordenada pela Marinha. O Programa Antártico é gerenciado por um colegiado, mas a Marinha possuía o poder, nos primeiros anos do Programa, em função do apoio logístico necessário para atuar na região e do período em que os militares estavam no poder. O arcabouço jurídico e administrativo do programa antártico foi iniciado durante a adesão do Brasil ao Tratado, em oposição à história argentina que, em função das reivindicações territoriais se inseriu no grupo de países interessados na Antártica já na década de 1940.

A ciência nos dois países foi desenvolvida dentro das metas elaboradas pelos sistemas de ciência e tecnologia e não havia uma ação prioritária para garantir grandes investimentos nas diferentes áreas do conhecimento na Antártica. Os recursos financeiros disponíveis apoiavam poucos projetos, tanto no Brasil quanto na Argentina. A diferença na criação do Instituto Antártico Argentino era a possibilidade de se ter cientistas trabalhando em regime de dedicação exclusiva para os projetos, mas a escassez de recurso também afetou o desenvolvimento dos projetos científicos;

A proposta de internalizar no seu arcabouço jurídico as questões ambientais permitiu que tanto o Brasil, quanto a Argentina desenvolvessem projetos de monitoramento ambiental nas suas estações e bases científicas. A Argentina já possuía um programa ambiental antes da criação do Protocolo de Madri e o Brasil criou um

procedimento administrativo coerente para analisar todas as ações brasileiras na região e seus impactos.

As análises possibilitaram concluir que as políticas desenvolvidas pela Argentina e pelo Brasil para a região Antártica não sofreram grandes mudanças. O interesse argentino de base nacionalista levou o país a reivindicar um território na região, desenvolvendo uma política ambígua, que defendia seu setor antártico e também apoiava as regras do Tratado. Ao longo do século XX, a Argentina atuou na região, considerando em primeiro plano a defesa de um território e para isso disponibilizou recursos humanos e financeiros para instalar diferentes bases e estações científicas ao longo do setor antártico argentino, localizado na península antártica. As Forças Armadas argentinas consideraram a questão antártica como parte de sua agenda e investiram mais na parte logística do programa argentino, o que às vezes prejudicou a atuação dos cientistas na região. O programa científico ficou em segundo plano, em algumas fases da história argentina, como na década de 1970, pois as ações de defesa e ocupação da região eram prioritárias.

O interesse governamental do Brasil na região foi tardio, se comparado com a Argentina e desenvolvido por estudiosos de geopolítico que mostraram ao governo as possibilidades de ganho econômico, político e de segurança nacional com a adesão ao Tratado. Os primeiros artigos sobre a região antártica começaram a ser publicados na década de 1950, mas somente na década de 1970 é que o Brasil inicia suas ações para se tornar membro do Tratado da Antártica. A Marinha brasileira desempenhou o papel de organizadora do programa antártico, pois foi na fase em que o Brasil estava sob uma ditadura militar é que foi incentivada a participação brasileira no acordo internacional. O desenho institucional brasileiro para a ação na Antártica, desde o início, foi baseado em uma comissão interministerial que desenvolve, coordena e implementa as ações na região, o que caracteriza uma administração que valoriza os diferentes setores do governo que atuam com o tema. Na parte científica, o país desenvolveu um programa que foi crescendo ao longo do tempo e que teve seu mérito reconhecido por outros países e pela comunidade científica polar. Os cientistas e as instituições que participaram das primeiras expedições ao continente antártico (USP, UNISINOS. UFRJ, UFPR) continuam atuando na região e formando recursos humanos.

A Antártica foi designada como um continente dedicado à paz e à ciência, garantindo que as decisões tomadas em relação à região deveriam seguir as regras elaboradas pelos países membros do Tratado Antártico e aprovadas por consenso. O fato de a ciência ser utilizada como um critério para adesão ao Tratado fez com que os países em desenvolvimento criassem projetos de pesquisa relevantes para legitimar a sua entrada no grupo de decisão. O papel do cientista, tanto no Brasil quanto na Argentina, foi ofuscado pelo grande investimento feito para a parte logística dos programas antárticos. Os primeiros pesquisadores do Brasil que foram escolhidos para atuar na Antártica foram indicados por um grupo de especialistas, coordenados pela Marinha. Na década de 1990, o CNPq assumiu a coordenação científica do programa. No caso argentino a criação do Instituto Antártico possibilitou a contratação de cientistas que trabalhavam para o Instituto, além de incentivar a parceria com diversas instituições de pesquisa do país.

Por fim, o estudo permitiu verificar em que medida uma questão global influencia a agenda política de um país. Ao analisar os dois países estudados, a ação do Estado não ocorreu em função da motivação em relação a uma questão global como tal (a Antártica) e sim devido à motivações internas dos dois países. Pode-se concluir que a política científica de ambos os países em relação à Antártica foi dependente de políticas internas de outra natureza, não diretamente ligada à ciência, tais como a expansão territorial, o interesse em explorar os recursos naturais da região e o cumprimento dos consensos realizados durante a elaboração do Tratado da Antártica. Pode-se afirmar assim que uma questão global, ao entrar para a agenda política de um país, necessita ser nacionalizada, incorporando as particularidades políticas de cada realidade. Com isso, a questão global passa a ser nacional, viabilizando a sua continuidade com um assunto de interesse difuso. Assim, uma questão global somente se constitui enquanto tal, quando passa a ser de interesse nacional e o estudo da política da Argentina e do Brasil para a Antártica permitiu verificar isso nos casos estudados. A pesquisa permitiu reforçar o conhecimento existente sobre as ações dos Estados em relação a uma questão global que possui grande influência nas relações econômicas, sociais e políticas, principalmente dos países da América do Sul.

Referências Bibliográficas

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Saraiva, 1966.

ALEXANDER, Caroline. **Endurance: a legendária expedição de Shackleton à Antártida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ALMEIDA, Paulo. Os problemas globais: a nova agenda internacional. In: SARAIVA, Jose Flavio. **Relações Internacionais**: Dois séculos de História: Entre a Ordem Bipolar e o Policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI. 2001. p. 154-157.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e temas sociais. A década das Conferências**. Brasília: IBRI, 2001.

ANGELO, Claudio. Marcamos passo na Antártida. In: **Caderno No Coração da Antártida**. Folha de São Paulo. São Paulo, 2009.

ANTARCTIC TREAT SYSTEM (ATS). **CEP Handbook**. Disponível em: http://www.ats.aq/documents/cep/CEP_Handbook_e.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2008.

ANTARCTIC TREAT SYSTEM (ATS). **Parties**. Disponível em: http://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e. Acesso em: 10 de maio de 2008.

ANTARCTIC TREAT SYSTEM (ATS). **Meetings**. Disponível em: http://www.ats.aq Acessado em: 10 de maio de 2008.

AQUINO, Francisco, SETZER, Alberto e SIMÔES, Jefferson. **Conexões climáticas entre o Rio Grande do Sul e o Mar de Weddell**. Disponível em http://cptec.inpe.br.Acessado em 20 de março de 2008.

ARGENTINA. **Ley nº 18513 de 31 de dezembro de 1969**. Dispõe sobre a Antártida, bases jurídicas, orgânicas y funcionales. Publicada em 9 de março de 1970.

ARGENTINA. **Decreto nº 2316 de 5 de novembro de 1990**. Dispõe sobre a Política Nacional Antártida. Publicada em 8 de novembro de 1990.

ASOC. Antarctic and Southern Ocean Coalization. Disponível em: http://www.asoc.org. Acessado em 12 de maio de 2008.

AZAMBUJA, Péricles. **Antártida: História e Geopolítica**. Rio Grande: Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas, 1981.

BACILA, Metry. **Cartas da Antártica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná,1986.

BAIARDI, Amilcar. **Sociedade e Estado no apoio à Ciência e Tecnologia**: uma análise histórica. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKKER, Mucio P. A posição do Brasil e alguns problemas antárticos. **Maritima Brasileira**. Rio de Janeiro: v.106, nº1/3, p. 21-36, jan/mar. 1986.

BARBARITO, Marta. Criterios y procedimientos para la evaluacion y selecion psicológicas de los integrantes de campanas antárticas. Buenos Aires. Anais...**V Simposio Argentino y I Latino Americano sobre investigaciones antárticas**.Buenos Aires:2004.Disponível em http://www.dna.gov.ar.Acessado em 20 de março de 2008.

BAREA, Calixto y BELTRAMINO, Juan Carlos. **Antártida al iniciarse la década de 1990**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1992.

BECK, Peter. A Antártica como uma irrelevância estratégica? **Contexto Internacional**, vol. 7, ano 4, p. 63-83. 1988. Disponível em: http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=57. Acessado em dezembro de 2008.

BECK, Peter. Twenty years on: The UN and the Question of Antarctica. In: **Polar Records**, United Kingdon, v. 40, nº 3, p. 205-212. 2004.

BECK, Peter and DOODS, Klaus. **Why study Antarctic?** Eghan, Surrey: Royal Hollowag College. (Cedar Research paper 26). 1998. Disponível em: http://www.gg.rhul.ac.uk/cedar/cedar-papers/paper26.pdf. Acessado em: maio de 2005.

BENDIX, Richard Concepts and generalizations in Comparative Sociological Studies.In: **American Sociological Review**, vol.28, nº 4, p. 532-539, aug. 1963.

BISCHOFF, Valter. **Antártica**. Colégio Interamericano de Defesa. Washington, 1996. Disponível em http://library.jid.org/en/mono35/bischof.pdf. Acessado em: 5 de dezembro de 2006.

BOIASKI, Natalie. **Extremos ultra-sazonais de temperatura na península antártica e mecanismos atmosféricos associados**. 2007. Dissertação (Mestrado em Meteorologia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BORGES, Durval. **Um brasileiro na Antártica**: crônicas de uma viagem ao redor do mundo. Rio de Janeiro: Sociedade Geográfica Brasileira, 1959.

BORGES, Luisa M. F. **O desafio de uma regulamentação jurídica para o continente Antártico** 1992. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

BOSOER, Fabian. **Malvinas capitulo final**. Buenos Aires: Editora Capital Intelectual, 2007.

BRASIL. **Programa Antártico Brasileiro**. Mimeo.s.d.

BRASIL. **Lei nº 1310 de 15 de janeiro de 1951**. Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 66682 de 10 de junho de 1970**. Cria a Comissão Interministerial de Assuntos relacionados com a política brasileira para os recursos do mar. Diário Oficial da União, de 11 de junho de 1970.

BRASIL. **Decreto nº 74557, de 12 de setembro de 1974**. Cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 13 de setembro de 1974.

BRASIL. **Decreto nº 75963, de 11 de julho de 1975**. Promulga o Tratado da Antártica Diário Oficial da União, de 14 de julho de 1975.

BRASIL. **Decreto nº 86830, de 12 de janeiro de 1982**. Dispõe sobre a atribuição da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, a elaboração do Programa Antártico Brasileiro e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 13 de janeiro de 1982.

BRASIL. **O Programa Antártico Brasileiro**. Brasília: CIRM, 1983.

BRASIL. **Decreto nº 94401, de 3 de junho de 1987**. Dispõe sobre a aprovação da Polítíca Nacional para Assuntos Antárticos. Diário Oficial da União, de 5 de junho de 1987.

BRASIL. **Programa Antártico Brasileiro: Relação de Projetos**. CNPq, 1991.

BRASIL. Seminário sobre Pesquisa Científica e Proteção Ambiental na Antártida, 1996, Brasília. **Anais**... Brasília: MMA, 1996.

BRASIL. **A Antártica e os interesses do Brasil**. CIRM. Brasília: Mimeo.1996.

BRASIL. **Legislação do Meio Ambiente**. Brasília: Editora do Senado, 1998.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Convenção sobre Mudança Climática**. Brasília: MCT, 1999.

BRASIL. **Referências e procedimentos para a avaliação de impactos ambientais na Antártica**. Brasília: MMA, 2000.

BRASIL. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Tratado da Antártica e Protocolo de Madri.** Brasília: SECIRM, 2001.

BRASIL. **O Brasil e o Meio Ambiente Antártico**. Brasília: MMA, 2007.

BRASIL. **Atos Internacionais.** Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/PraticaDiplomaticaBrasileira.pdf. Acesso em: 15 de dezembro de 2008.

BRITO, Tânia. **Levantamento das Medidas, Decisões e Resoluções do Comitê de Proteção Ambiental internalizadas pelo Brasil**. Mimeo. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2008.

CANDIOTI, Alberto. **El Tratado Antártico y nuestras Fuerzas Armadas**. Buenos Aires: Ed. Optimus, 1960.

CANDIOTI, Alberto. **El Tratado Antártico y el derecho publico argentino**. Buenos Aires: Ed. Optimus,1961.

CAPDEVILA, Ricardo y COMERCI, Santiago. **El Instituto Antartico Argentino en su 25 Aniversario**. Buenos Aires: Direccion Nacional del Antártico, 1984.

CAPOZZOLI, Ulisses. **Antártida.** A última Terra. São Paulo: Edusp, 1991.

CAPOZZOLI, Ulisses. Astronomia, história e jornalismo. **Observatório da Imprensa**. Vol. 2, nº 280, Jun. 2004. Disponível em: http://br.geocities.com/mcrost13/oi138.htm. Acessado em: 15 de março de 2008.

CARI. **Antartida y el Sistema Del Tratado Antartico**. Buenos Aires: Ediciones Manatial,1996.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. Biblex, 1971. 279 p.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de; CASTRO, Therezinha de. A questão da Antártica. **Revista do Clube Militar**. Rio de Janeiro, (142): 189-194, abr./jul.1956.

_____. (Org) **Atlas de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1960.

_____. **Atlas Histórico Escolar**. Rio de Janeiro, FENAME (Ministério da Educação e Cultura), 1970.

CARVALHO, Gustavo. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília,v. 41, nº 1, p. 110 – 126.1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Roberto M. B. **Desenvolvimento da pós-graduação e sistemas de Ciência e Tecnologia**. Uma comparação entre o caso brasileiro e o argentino. 2000. 222 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós Graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

CASTRO, Therezinha de. A Antártica, o assunto do momento. **Revista do Clube Militar**. Rio de Janeiro, XXX (146), p. 61-70. 1957.

_____. É tempo de acharmos a Antártica. **O Globo**. Rio de Janeiro, 22 de mar., 1971.

_____.A Antártica exige um Brasil unido. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 17de out., 1971.

_____. Antártida: assunto que renasce. **Cultura Militar**, Rio de Janeiro, XXII (218): 91-103, 2º sem., 1971.

_____. A Antártica e o desafio do espaço. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, (645): 133-141, set./out. 1972.

_____. **Rumo à Antártica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

_____. Antártica e suas implicações. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, LXIX (702): 77-89, jul./out. 1982.

_____. A Antártica no contexto internacional. **Revista do Clube Militar**. Rio de Janeiro, LX (275): 12-14, maio/jul. 1986.

CCAS. **Convention on the Conservation of Antarctic Seals**. Disponível em http://www.ats.aq.Acessado em 12 de abril de 2008.

CCAMLR. **Convention os the Conservation of Antarctic Marine Living Resources**. Disponível em http://www.ccamlr.org.Acessado em 10 de março de 2008.

CERVO, Luis Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3ª edição. Brasília: Editora da UnB, 2008.

CERVO, Luis Amado e RAPOPORT, Mario. **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Brasília: Editora Revan, 1998.

CGEE. **Avaliação preliminar do Programa Antártico Brasileiro. Resumo Executivo e relatório.** Brasília: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2006.

CHILD, Jack. South American Geopolitics and Antarctica: Confrontation or Cooperation? In: CHILD, J e KELLU, Philip (org). **Geopolitics of the Southern Cone and Antarctic**. Boulder: Lynne Rienne Publishers, 1988.

CNPq. Programa Antártico Brasileiro. **Noticiário Antártico**. São Paulo: Universidade de São Paulo, nº 2, p. 27-28.1997.

COELHO, Aristides P. **Nos Confins dos Três Mares, a Antártida**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1983.

COLACRAI, Myriam. **Continuidades y câmbios en la política antártica Argentina desde 1959 hasta el presente:** conjugacion de fatores internos y externos. 2003. 243 f. Tese (Doctorado en Ciências Sociales) - Faculdad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2003.

COLACRAI, Myriam. **El Ártico y la Antártida en las relaciones internacionales.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

COLACRAI, Myriam. La política antártica argentina desde 1959. In: MOLINARI, Angel. **La Argentina em la Antártida: 100 anos de presencia permanente e ininterrumpida.** Buenos Aires: Ed. CARI, 2005. p 43-53.

COLOMBO, Caio Márcio Ranieri. **Questão da Antártica:** aspectos jurídicos-político-diplomáticos: implicações para as relações internacionais. 1987. 125 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 1987.

COMERCI, Santiago. **La ciência argentina en el Antártico**. Contribuicion del Instituto Antártico Argentino, nº 258. Buenos Aires, 1979.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

COSTA, João Frank da. Antártida. A teoria dos setores polares. Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Rio de Janeiro, VII (13-14): 87-128, jan/dez. 1951.

_____. Antártida. O problema político (I). **Revista Brasileira de Política Internacional,** Rio de Janeiro, I (3): 41-58, set. 1958.

_____. Antártida. O problema político (II). **Revista Brasileira de Política Internacional,** Rio de Janeiro, I (4): 76-79, dez. 1959.

_____. Antártida. O problema político (III). **Revista Brasileira de Política Internacional,** Rio de Janeiro, II (5): 79-89, mar. 1959.

_____. Antártida. O problema político (IV). **Revista Brasileira de Política Internacional,** Rio de Janeiro, III (11): 118-131, set. 1960.

_____. Antártida. O problema político. **Revista Brasileira de Política Internacional,** Rio de Janeiro, IV (15): 85-102, set. 1961.

DAVEREDE, Alberto. Funcionamiento del régimen para la reglamentación de las actividades sobre los recursos minerales antárticos**.** In: BAREA, Calixto y BELTRAMINO, Juan Carlos. **Antártida al iniciarse la década de 1990**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1992. p. 151-161.

DELGADO, Carlos Alberto B. **Hacia uma Politica Antartida Nacional com Consenso Sudamericano**. Série Estudios y Investigaciones nº 5. Instituto de Relaciones Internacionales, Universidade de La Plata, Buenos Aires, 1994.

DEUTSCH, Karl W. **Análise das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

DIAZ, Emilio. La campana Antártica de 1951. **Annais da Sociedad Cientifica Argentina**, Buenos Aires, v. 155, p. 29-43, 1953.

DIAZ, Emilio. La campana Antártica de 1955-1956. **Annais da Sociedad Cientifica Argentina**, Buenos Aires, v. 162, p. 63-88, 1956.

DNA. **Antártida Argentina.** Buenos Aires: Ed. Codex, 1975.

DNA. **Annual SCAR Reporto n National Scientific Activities in the Antarctic**. Buenos Aires: Direccion Nacional del Antartico, 2000.

DUFER, George. **Operation Deepfreeze**. New York. Harcourt, Brace and World, 1957.

DUMONT, Norma. El turismo dentro del Sistema del Tratado Antartico. In: BAREA, Calixto y BELTRAMINO, Juan Carlos. **Antartida al iniciarse la década de 1990**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1992. p. 236-239.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1987.

EKLUND, Carl and BECKMAN, J. **Antarctica**. New York: Holt, Rinehart and Winston Inc., 1963.

ESCUDE, Carlos y CISNEROS, Andrés. **Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas**. Buenos Aires: Ediciones CARI, 2000.

ESG. **Escola Superior de Guerra**. Disponível em http://www.esg.br.Acessado em 8/10/2007.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERNANDES, Ana Maria. **A construção da ciencia no Brasil e a SBPC**. Brasília: Editora da UnB, 2000.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. **O Sistema do Tratado da Antártica**: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto Rio Branco, Brasilia, 2005.

FIGUEROA, Cristiano, DUTRA JUNIOR, Aniel, COSTA Felipe, MORAES, Lanier e CARDOSO, Rodrigo. Direito dos Fundos Marinhos Internacionais: O patrimônio comum da humanidade vinte anos após a Convenção de Montego Bay. In: TRINDADE, Antônio. **A Nova Dimensão do Direito Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003. p. 35-62.

FONSECA, Fúlvio Eduardo. **As organizações não-governamentais e a implementação dos acordos ambientais multilaterais: entre a participação formal e a influência formal**. 2006. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FRAGA, Jorge. **Ensayos de geopolítica**. Buenos Aires: Inst. Publicaciones Navales, 1985.

FRAGA, Jorge. **La Antártida – Reserva Ecológica**. Buenos Aires: Inst. Publicaciones Navales, 1992.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasilia, nº 21, p. 212-259, jun. 2000.

GARCIA, Eugenio V. **O Brasil e a Liga das Nações**: Vencer ou Não-Perder. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GAUBET, Christian. As questões Antárticas: algumas perspectivas brasileiras. In: Revista **Sequencia**. Florianópolis, (13): 69-81, dez., 1986. Disponível em: http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/Seq13Gaubet-QuestoesAPB.pdf. Acessado em: 10 de outubro de 2006.

GENDRE, Antonio y RABALLO, Maria de los Milagros. Actividades mineras. Operaciones en tierra firme y en mar, sus problemas y perspectivas económicas. In: BAREA, Calixto y BELTRAMINO, Juan Carlos **Antartida al iniciarse la década de 1990**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2005. p. 193-199.

GENEST, Eugenio. **Antartida Sul Americana: aportes para su compreension**. Publicacion nº 28 del Instituto Antártico Argentino. Buenos Aires: IAA, 2001.

GENEST, Eugenio. Presencia argentina en la Antártida. In: MOLINARI, Ángel. **La Argentina en la Antártida:** 100 anos de presencia permanente e ininterrumpida**.** Buenos Aires: Ediciones CARI, 2005. p 13-23.

GENEST, Eugenio. **Política Antártida Argentina** (2004). Disponível em: http://www.dna.gov.ar/DIVULGAC/CPA04.HTM2005.Acessado em: 10 de abril de 2007.

GENEST, Eugenio. **La Comisión Nacional del Antártico**, impulsora de la actividad antártica argentina. Disponível em http://derroteros.perucultural.org.pe/textos/derroteros13/c.pdf. Acessado em: 5 de novembro de 2008.

GONZALEZ, Rodrigo. O Método Comparativo e a ciencia política. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v. 2, nº 1, jan-jun. 2008. Disponível em: http://vsites.unb.br/ics/ceppac/revistas.php.

GREENPEACE. **Antarctic Expedition Report 1996/1997**. The Neatherlands: Greenpeace, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo, ARAUJO JR, José Tavares e ERBER, Fabio. **A política científica e tecnológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

GURNEY, Alan. **Abaixo da Convergência:** Expedições Antárticas 1699-1839. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.

HASENCLEVER, Andreas; MAYER, Peter; RITTBERGER, Volker. **Theories of International Regimes.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HERZ, Monica. Teoria das Relações Internacionais no Pós Guerra Fria. **Dados - Revista de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, v. 40, n.2. p. 307-324.1997

HEYWOOD, Andrew. **Politics**. London: Macmillan, 1997.

HOWKINS, Adrian. Icy relations: South American Antarctica in the South Second World War. **Polar Record**, Cambridge,v. 42, nº 221, p. 153-165, 2006.

HOWKINS, Adrian. **Frozen Empires: a history of the Antarctic sovereighty dispute between Britain, Argentina and Chile. 1939-1959**. 2008. 390 f. Dissertation (PHD in History) - University of Texas at Austin, Austin, 2008.

IAA. **Plan de Actividades para 1963.** Instituto Antártico Argetino. Informe ao SCAR sobre as actividades cientificas antarticas . Buenos Aires: IAA, 1963.

IMMERGUT, Ellen. As Regras do Jogo: a lógica da política de saúde na França. Na Suiça e na Suécia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, nº11, p. 139-165. 1996.

INOUE, Cristina. **Regime Global de Biodiversidade: o caso Mamiraua**. Brasilia: Editora da UnB, 2007.

JOYNER, Christopher. **Governing the Frozen Commons**. South Carolina: University of South Carolina Press, 1998.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives and public policies**. Boston: Little Boston, 1984.

KLOTZ, Frank. **America on Ice**. Washington, DC: National Defense University Press, 1990.

KONRAD, Kaiser. **Missão Antártida**. Presença na Antártida - 2008. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/missao/ant08/ant.htm. Acessado em março de 2009.

KRASNER, Stephen. D. **International Regimes.** Ithaca: Cornell University Press, 1983**.**

LAFER, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LAFER, Celso**.** Política Externa Brasileira-Reflexão e ação. In**:** MARCOVITCH, Jacques (Org)**. Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão.** São Paulo: Editora Edusp, 1994. p 26-46.

LESCHACK, Leonard. The Instituto Antartico Argentino. In: **Arctic**, v. 16, nº 2. June 1963. p. 82-93. Disponível em: http://pubs.aina.ucalgary.ca/arctic/Arctic16-2-82.pdf. Acessado em: 10 de março de 2008.

LINDBLOM, Charles. **O Processo de decisão política**. Tradução Sergio Bath. Brasília: Editora UnB, 1981.

LOPEZ, Angel M Olivieri. Convencion para la conservacion de los recursos vivos marinos antárticos.In: BAREA, Calixto y BELTRAMINO, Juan Carlos. **Antártida al iniciarce la década de 90**. Buenos Aires: Ediciones Manatial, 1992. p. 121-132.

LOVISOLO, Hugo. **Vizinhos Distantes**: Universidade e ciência na Argentina e no Brasil. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2000.

McGONICAL, David and WOODWORTH, Lynn. **Antarctica**; the blue continent. London: Frances Lincoln, 2004.

MACHADO, Maria Cordélia e BRITO, Tânia. **Antártica**. Coleção Explorando o Ensino. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

MANCILLA GONZALEZ, Pablo. "Chile, Argentina y Gran Bretana em El continente antártico, 1906-1961. Una aproximacion a las controversias diplomáticas". **Revista de Estudios Historicos,** Santiago do Chile, v. 3, nº 1, ago. 2006.

MARTINS, Edison. **Retorno a Ferraz**: Histórias de um pioneiro. Brasília: Editora da UnB, 1998.

MELLO, Leonel I. A. **Argentina e Brasil**: A balança de poder no Cone Sul. São Paulo: Annablume, 1996.

MENDES, Cristiano Garcia. A Organização das Nações Unidas. In: OLIVEIRA, Henrique e LESSA, Antônio (org.). **Política Internacional Contemporânea - mundo em transformação.** São Paulo: Editora Saraiva, 2006. p.17-30.

MOLINARI, Angel. Protocolo al Tratado Antartico sobre Proteccion Del Medio Ambiente.In: BAREA,Calixto y BELTRAMINO, Juan Carlos. **Antartida al iniciarse la década de 1990**. Buenos Aires: Ediciones Manatial, 1992. p. 223-231.

MONETA, Carlos. La Antartida u el Atlantico Sur em el Sistema Internacional: percepciones , intereses y posibilidades de conflicto y cooperacion. In: MONETA, Carlos. **La Antartida em el Sistema Internacional del Futuro**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

MONTALBAN, Cristina y CAPDEVILA, Ricardo. Los puertos del Plata em la ruta antártica durante la etapa heróica. In: IX Encuentro de Historiadores Antarticos Iberoamericanos. Lima. 2005. **Anais do XVI Reunion Administradores de Programas Antarticos Latinoamericanos**. Derroteros de la Mar do Sur n 13, p 79-94. Disponível em : http://www.histarmar.com.ar/Antartida/PuertosdelPlata3.htm. Acessado em: 21 de outubro de 2007.

MOREIRA, Luis Carlos. **Antártica Brasileira**: Sonho ou Realidade? Rio de Janeiro: Feplan, 1982.

MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma História**: Ciência e Tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora da USP, 2004.

MULLER, Pierre. **Las Políticas Publicas.** Argentina: Ed. Universidad Externado de Colombia, 2006.

MUNIZ, Nancy. **O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T**: história para não dormir, contadas pelos seus técnicos (1975-1995). 2008. 357 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NASCIMENTO, Claudia N. **O Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR**: questões de gestão e representação da informação no contexto da produção científica. 2007. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ONU.**Organização das Nações Unidas**. Disponível em http://www.un.org/en.Acessado em 20 abril de 2007.

PALAZZI, Ruben Oscar. El médio aéreo em la Antartida. In: MOLINARI, Angel (Org) **La Argentina en la Antartida:** 100 anos de presencia permanente e ininterrupida. Buenos Aires: CARI, 2005. p. 24-36.

PANZARINI, Rodolfo. **Cooperacion Cientifica Internacional en el Antartico**. Contribuicion nº 100 del Instituto Antártico Argentino. Buenos Aires: IAA, 1966.

PARADISO, José. **Um Lugar no Mundo**. A Argentina e a busca de identidade internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PATTO, Ruben Nestor. La politica argentina en material antártica. Situacion y perspectivas. In: MOLINARI, Angel. **La Argentina en la Antartida:** 100 anos de presencia permanente e ininterrupida. Buenos Aires: CARI, 2005, p. 173-178.

PELLINEN, Risto. **The International Polar Year History in Finland.** Finish Meteorologial Institute. Disponível em http:// www.sos.siena.edu.Acessado em: 23 de fevereiro de 2008.

PERI, Antonio y BARABARITO, Marta. Cultural Dimensions in the Argentina Antarctic Station. Buenos Aires. Anais... **V Simposio Argentino y I Latino Americano sobre Investigacion antártica**. Buenos Aires: 2004. Disponível em: http://www.dna.gov.br/CIENCIA/SANTAR04/CD/PDF/401SP.PDF. Acessado em 12 de março de 2008.

PINTO, Ricardo. **A Antártica e a sua importância para a América do Sul**. Uma análise jurídico-institucional. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1991.

PIOVESAN, Márcia. **A construção política da Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2002.

PRADO, Maria Ligia. **O populismo na América Latina (Argentina e México)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

RAPAL. **Rede de Administradores de Programa Antárticos Latino Americanos**. Disponível em http://www.rapal.org.ar. Acessado em 20 de julho de 2005.

RESEK, Jose Francisco**. O Direito do Tratado.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1984.

RINALDI, Carlos. Actividad cientifica em la Antártida. In: BAREA, Calixto y BELTRAMINO, Juan Carlos. **Antártida al iniciarse la década de 1990**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1992, p. 105-112.

RIZZO, Hidely. O Protocolo de Madrid sobre proteção do meio ambiente. In: BRASIL. **Seminário sobre Pesquisa Científica e Proteção Ambiental na Antártica**. Brasília, 1996. p. 35-42.

ROCHA-CAMPOS, Antonio. O Programa Antártico Brasileiro. In: BRASIL, **Seminário sobre Pesquisa Científica e Proteção Ambiental na Antártica**. Brasília, 1996. p. 9-26.

RODRIGUES, Vasco J. **O Sistema do Tratado da Antártica**. Implicações para o Direito Internacional. 1999. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ROTHWELL, Donald. The Antarctic Treaty System: Resource Development Environmental Protection or Desintegration? **Arctic**, vol 43, n 3, p. 284-291, sept. 1990.

ROUQUIE, Alan. El poder militar em la Argentina de hoy: cambio y continuidad. In: WALDMANN, P. y VALDES, E. (org). **El Poder Militar em la Argentina** (1976-1981). Buenos Aires: Editorial Galeana, 1983. p. 65-154.

SALVIOLO, Marcelo. **Provincias y Convenios Internacionales**. Uma propuesta desde el Federalismo de Concertación. Buenos Aires: Nuevohacer, 2005.

SANCHEZ, Rodolfo. **Antartida** Introduccion a um continente remoto. Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2007.

SANCHEZ, Rodolfo y ACERO, Jose. El Comite de Protección Ambiental del Tratado Antártico: su trabajo y la influencia ejercida por la Argentina.Disponível em: http://www.dna.gov.ar/DIVULGAC/P3304IAA.PDF.Acessado em janeiro de 2008.

SANTOS, Leo Evandro Figueiredo. **O Pensamento político-jurídico e o Brasil na Antártida**. Curitiba: Editora Juruá, 2004.

SANTOS, Marques Victor. **A Humanidade e o seu Patrimônio – reflexões contextuais sobre conceptualidade evolutiva e dinâmica operatória em Teoria das Relações Internacionais.** Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.

SANTOS, Paulo Marques dos**. Instituto Astronômico e Geofísico da USP**: Memória sobre a sua formação e evolução. São Paulo: EdUSP, 2005.

SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elizabete. **Políticas Públicas**, Coletânea. Vol. 1. Brasília: ENAP, 2006.

SATO, Eiiti. A Agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 43, nº1. p.13-169.2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da Comunidade Científica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a Ciência** Formação da Comunidade Científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

SCHELLMANN, Karina e KOZEL, Salete. A Conquista da Antártida: signos e representações. **Revista discente Expressões Geográficas**. Florianópolis-SC, nº01, p.15-26, jun 2005. Disponível em: http://www.geograficas.cfh..ufsc.br/arquivo/ed01/artigo01.pdf. Acessado em: março de 2009.

SCHMIDT, Caroline e FREITAS, Mariana. **Tratados Internacionais de Direito Ambiental** - textos essenciais ratificados pelo Brasil. Curitiba: Editora Juruá, 2004.

SENADO. **Projeto lei 7 de 21 de março de 1973** de autoria do Senador Vasconcelos Torres que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio logística a Expedição Brasileira a Antártica, organizada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/ExecutaPesquisabasicaaction. Acessado em 20 de março de 2009.

SILVA, Maria Cristina Lima Ribeiro. **Contribuição ao estudo da Antártica no sistema de relações internacionais.** 1987. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais: Formas da diplomacia e as imunidades**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001.

SOUZA, José Eduardo Borges de. **Brasil na Antártica- 25 anos de História**. São Carlos: Vento Verde Editora, 2008.

SOUZA, Heitor, ALMEIDA, Darcy e RIBEIRO, Carlos. **Política Científica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

STRAYER, Joseph, **Origens medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Ed. Gadiva, 1959.

SUMMERHAYES, Colin. International collaboration in Antarctic: the International Polar Years, the International Geophysical Year and the Scientific Committee on Antarctic Research. **Polar Record**. Cambridge, v. 44, nº 231, p. 321-334. 2008.

TESSLER, Moyses. A participação do Instituto Oceanográfico da USP na primeira expedição brasileira à Antártica. In: **O Brasil na Antártida**: Brasília, Câmara dos Deputados, 1985, p. 37- 45.

TOMMASI, Luiz Roberto. Impactos Ambientais na região Antártica. **Noticiário Antártico**. São Paulo. nº1, p. 9-10, março. 1996.

VIANA, Ana Luisa. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 30, nº 2, p. 5-43, mar/abr. 1996.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil-Argentina**: a construção do entendimento (1962-1986). 2007.338 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VIEIRA, Friederick. O Tratado da Antártica: Perspectivas territorialista e internacionalista. **Cadernos PROLAM/USP**. São Paulo, v. 2, ano 5, p. 49-82. 2006. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_2.pdf. Acessado em: 12 de janeiro de 2007.

VILLA, Rafael. **A Antártida no Sistema Internacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

VILLA, Rafael. Atores não estatais e meio ambiente nas relações internacionais: Greenpeace e a Antártica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, nº 4, p. 45-57.2001.Disponível em http://ojs.c3sl.ufpr.br/oj2/index.php/made/article/viewPDFInterstitial/3039/2430. Acessado em: 12 de janeiro de 2007.

VIOLA, Eduardo. As Complexas negociações internacionais para atenuar as mudanças climáticas. In: TRIGUEIRO, André. **Meio Ambiente no Século 21**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

VOGEL, John. The Global Commons. Environmental and Technological Governance. Oxford: John Wiley & Sons, 2000.

VOGT, Carlos e KNOBEL, Marcelo. **Ciência, Tecnologia e Inovação**. 2004. Disponível em http://www.comciencia.br/reportagens/2004/08/01.shtml Acessado em 10 de janeiro de 2009.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1999.

ZARANKIN, Andres y SENATORE, Maria. Hasta el fin del mundo, Arquelogia Antartica.**Praehistoria**, Buenos Aires,v.3, p.219-236.2000.

ANEXO 1

Lista de pessoas entrevistas

No Brasil

Carmen Arroio - CNPq	entrevista realizada em 12/12/08
Enio Pereira - INPE	entrevista realizada em 06/02/09
Rubens J. Villela - USP	entrevista realizada em 29/04/09
Theresinha Absher - UFPR	entrevista realizada em 13/05/09
Cordelia Machado - MCT	entrevista realizada em 27/04/09
José Teixeira – GCEE	entrevista realizada em 27/05/09

Na Argentina

Jose Acero - ATS	entrevista realizada em 16/04/07
Rodolfo Sanchez - DNA	entrevista realizada em 17/04/07
Angel Molinari - CARI	entrevista realizada em 18/04/07
Felipe Rodrigues – Consulado Brasileiro Buenos Aires	entrevista realizada em 25/02/09
Claudio Parica – Universidade Geral de San Martin	entrevista realizada em 03/06/09
Nestor Coria - DNA	entrevista realizada em 09/06/09
Maria Marquez - DNA	entrevista realizada em 10/06/09

ANEXO 2

Roteiro de Entrevista

Nome: _____

Formação:_____

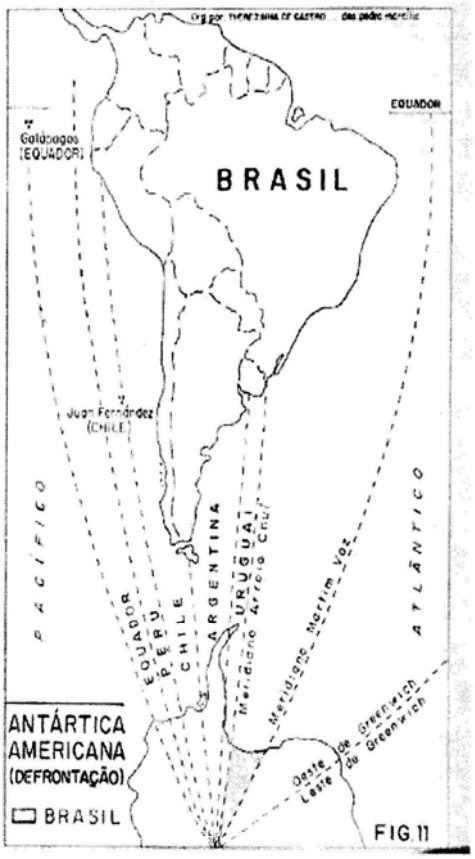
Atuação/Cargo:_____

Instituição:_____

1) Por que a antártica é vista como uma questão global?
2) Como a ciência contribui para a efetividade do acordo?
3) O seu país como membro do SCAR tem uma boa atuação no que se refere à ciência?
4) Qual a sua formação e como foi a sua inserção no grupo de pesquisadores da Antártica? Em que período você realizou suas pesquisas?
5) Quais as dificuldades enfrentadas para se realizar pesquisa na antártica?
6) Qual o apoio recebido pela sua instituição durante o desenvolvimento da pesquisa? Era uma área prioritária?
7) O grupo que atua na antártica se reconhece como grupo ou há alguma disputa entre as diferentes áreas - ciências da terra, da atmosfera e da vida?

ANEXO 3

Mapa com os setores na Antártica da Teoria da Defrontação, desenvolvida por Therezinha de Castro (1976).



FONTE: Therezinha de Castro (1976)